

RELATÓRIO DE GESTÃO

2019

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente

Silvio Roberto Vizeu Lima

Procuradora-Chefe

Lúcia Pampolha de Santa Brígida

Diretor de Administração e Finanças

Josino Luiz Veloso Lobato

Diretora de Previdência

Renata Alves Faciola de Souza

Belém - Pará

2019

Agradecimento às áreas responsáveis que contribuíram para a construção deste relatório:

Presidência - PRESI

Procuradoria - PROJUR

Diretoria de Administração e Finanças - DAFIN

Diretoria de Previdência – DIPRE

Agradecimento à área responsável pela elaboração deste relatório de gestão:

Núcleo de Planejamento – NUPLAN

Coordenadora: Mirian Rocha Kahwage

Sumário

1. APRESENTAÇÃO	8
1.1. O INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ - IGEPEV ...	10
1.1.1. Estrutura Patrimonial	10
1.1.2. Competência Institucional	10
1.1.3. Organograma Institucional	12
2. GESTÃO ESTRATÉGICA	13
2.1. PROGRAMA: CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS	13
2.1.1. Ação: Estação Cidadania	13
2.2. PROGRAMA GOVERNANÇA PARA RESULTADOS	14
2.3. PROGRAMA MANUTENÇÃO DA GESTÃO	17
2.4. RESULTADOS ALCANÇADOS PELO IGEPEV	19
3. PROCURADORIA JURÍDICA – PROJUR	20
3.1. EVOLUÇÃO DA PROCURADORIA JURÍDICA EM 2019	20
3.2. RESULTADOS ALCANÇADOS	20
3.3. DESAFIOS PARA 2020	22
4. GESTÃO DE INVESTIMENTOS	23
4.1. O RPPS DO ESTADO DO PARÁ	23
4.2. RENDIMENTO	24
4.3. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	25
4.4. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25
4.5. DISTRIBUIÇÃO DE RECURSO GLOBAL (FUNPREV + FINANPREV)	27
4.6. ANÁLISE DE DESEMPENHO	30
5. AVALIAÇÃO ATUARIAL	31
6. GESTÃO DO CONTROLE INTERNO	35
7. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	36
8. ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO – ASCOM	39

8.1. AÇÕES.....	39
8.1.1. Cobertura	39
8.1.2. Site	39
8.1.3. SECOM e atendimento à imprensa	40
9. GESTÃO DA ÁREA DE ATUAÇÃO DO RPPS – DIPRE	41
9.1. GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO	41
9.1.1. Do atendimento aos Beneficiários	42
9.1.2. Da Concessão de Benefícios	43
9.1.3. Da Manutenção dos Benefícios Previdenciários.....	46
9.1.4. Do Censo Previdenciário.....	47
9.2. EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA.....	48
9.2.1. Cursos e capacitações.....	48
9.2.2. Palestras.....	48
9.2.3. IGEPREV Itinerante.....	49
9.2.4. Rodas de Conversas	49
9.3. CONSOLIDAÇÃO DA GOVERNANÇA DO RPPS.....	49
9.3.1. Ações de Auditoria.....	49
9.3.2. Devolução de Valores.....	50
9.4. CENTRAL DE ATENDIMENTO – CATEN	51
9.5. NÚCLEO REGIONAL DE CASTANHAL	53
9.6. NÚCLEO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - NAPS	54
9.7. GERÊNCIA DE REGISTRO E CERTIDÕES – GRC.....	57
9.8. COORDENADORIA DE CADASTRO E HABILITAÇÃO – CCAH.....	59
9.8.1. Processos analisados	59
9.9. COORDENADORIA DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS – CCOB.....	61
9.10. GERÊNCIA DE DILIGÊNCIAS – GDIL.....	63
10. GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA – DAFIN	66
10.1. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	66

10.2. COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS – COAS.....	67
10.3. COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL.....	69
10.4. COORDENADORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTIN	73
10.4.1. Data Center IGEPREV.....	73
10.4.2. Data Center PRODEPA.....	74
10.4.3. Rede local	75
10.4.4. Serviços	76
10.4.5. Sistemas	76
10.5. COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS - CODP	80
10.5.1. Fortalecimento quantitativo e qualitativo do quadro funcional do IGEPREV....	80
10.5.2. Desenvolvimento de Habilidades e Competências Profissionais.....	85
10.5.3. Valorização do Servidor e Qualidade de Vida no Trabalho	87
10.6. COORDENADORIA DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO - COAF	93
10.6.1. Receitas Previdenciárias	93
10.6.2. FINANPREV	93
10.6.3. FUNPREV	95
10.6.4. Procedimentos Contábeis no RPPS do Estado do Pará: Adoção da conta múltipla	97
10.6.5. Módulo de Arrecadação do Sistema E-prev - Municipalização do Ensino	99
10.6.6. Arrecadação e Fiscalização Previdenciária de Servidores Cedidos.....	100
10.6.7. Compensação Previdenciária – COMPREV.....	101
10.6.8. Atividades desenvolvidas	102
10.6.9. Ações consideradas positivas de 2019.....	103
10.6.10. Comportamento financeiro da COMPREV em 2019	104
10.6.11. Perspectivas para 2020.....	104
10.7. COORDENADORIA DE FINANÇAS - COFIN	106
10.7.1. Execução das despesas administrativas.....	106
10.7.2. Execução das despesas previdenciárias.....	106

10.7.3.	Execução das outras despesas (Recursos do Tesouro)	107
10.7.4.	Desafios da Coordenadoria de Finanças	108
CONSIDERAÇÕES		109

1. APRESENTAÇÃO

O Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará, uma instituição jovem, que atua motivada pela determinação, sendo leal à sua missão institucional, traz o ímpeto da superação, do movimento e da energia que mantém sua atuação voltada à sustentabilidade do Regime Próprio de Previdência Social e qualidade de vida dos Segurados. O IGEPREV que tem como uma de suas competências, a Gestão dos Fundos (FUNPREV e FINANPREV) o zelo para com o interesse público, dedica-se, também, a atender às expectativas dos Segurados Ativos, Inativos e Pensionistas.

Um pouco dessa dedicação é relatada neste documento: o Relatório de Gestão Institucional, referente às atividades e aos resultados alcançados no ano de 2019. Por meio dele, apresentamos as ações desenvolvidas, as metas atingidas pela atuação proativa movida pelos programas e ações de Governo e, também, pelos impactos sociais dos serviços prestados.

No Relatório de Gestão como peça da Prestação de Contas Anual junto aos Órgãos de controle, também apresentamos os resultados alcançados pelo Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará, demonstrando o detalhamento da execução das ações constantes no Plano Plurianual de Governo, em seus aspectos quantitativos e qualitativos, priorizando a “Gestão Pública Eficiente e Presente, visando atender as exigências da Sociedade, por meio do fortalecimento da Instituição”.

Assim, por meio do reaparelhamento e da Reestruturação Administrativa do IGEPREV e pelas recentes reformas legislativas do Regime Próprio de Previdência Social, esta Autarquia vêm adotando estratégias que preservem o Equilíbrio Financeiro e Atuarial, garantindo a manutenção dos pagamentos dos benefícios previdenciários.

Tendo como missão institucional “Gerir o Regime de Previdência Social do Pará, de forma sustentável e transparente, contribuindo para a satisfação da dignidade humana”, alinhando-se com as diretrizes do Governo Estadual, o Instituto aderiu a 03(três) Programas do PPA 2016-2019: Cidadania e Direitos Humanos; Governança para Resultado e Manutenção da Gestão.

No Intuito de alcançar os resultados e gerenciar de forma mais efetiva o Fundo Previdenciário e o Financeiro, foram implantadas ações estratégicas, consideradas relevantes, tais como: A Descentralização dos Serviços de Atendimento aos segurados realizados nas Estações Cidadanias e no Polo localizado na cidade de Castanhal; Gestão Previdenciária com foco em Resultados; Desenvolvimento de Competências e Habilidades; Transparência dos Atos da Administração Pública e expansão da Gestão

de Tecnologia da Informação e Comunicação. Além, do fortalecimento do quadro de pessoal, com a nomeação, em 2019, de 69 (sessenta e nove) servidores efetivos aprovados no Concurso Público C-184.

No ano de 2019, o foco foi buscar as melhores práticas para o RPPS/PA, especialmente: A Sustentabilidade dos Fundos (FINANPREV e FUNPREV); preparação para realização do Censo Previdenciário em 2020; reestruturação administrativa do IGEPREV e a reformulação do Regime Próprio de Previdência Social.

1.1.0 INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ - IGEPREV

Criado por meio da Lei Complementar n.º 44/2003, como Autarquia Estadual com personalidade jurídica de Direito Público, que sob a orientação do Conselho Estadual de Previdência - CEP, responsabiliza-se pela Gestão do Fundo Financeiro de Previdência do Estado do Pará – FINANPREV e Previdenciário do Estado do Pará – FUNPREV, bem como dos processos de concessão, revisão e pagamento de benefícios previdenciários, pagamento de Benefício social e despesas de custeio com a Previdência Estadual.

1.1.1. Estrutura Patrimonial

O **FINANPREV** possui natureza contábil, em regime de repartição simples, vinculado ao IGEPREV, com a finalidade de prover recursos, para o pagamento dos Benefícios de Aposentadoria, Reserva Remunerada, Reforma e Pensão aos beneficiários do Regime de Previdência Estadual. A Lei Complementar n.º 112/2016 que alterou a data da segregação de massa entre os Fundos, promovendo a migração das contribuições previdenciárias dos Segurados e do Patronal do FUNPREV para o FINANPREV, de todos os servidores que ingressaram no RPPS até 31 de dezembro de 2016. O FINANPREV, até dezembro de 2019, possuía o valor de Patrimônio Líquido de R\$1.059.967.758,85.

O **FUNPREV** é um fundo de natureza contábil, em regime de capitalização, também vinculado ao IGEPREV, cuja finalidade é prover recursos, para o pagamento dos benefícios de aposentadoria, pensão, reserva remunerada e reforma aos segurados do Regime de Previdência Estadual que ingressaram no Estado, a partir de 01 de janeiro de 2017, conforme disposto na Lei Complementar n.º 112/2016. O FUNPREV, até dezembro de 2019, possuía o valor de Patrimônio Líquido de R\$4.272.246.499,38.

1.1.2. Competência Institucional

O Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, tem por finalidade a Gestão dos benefícios previdenciários do Regime Estadual de Previdência e do Fundo Financeiro de Previdência do Estado do Pará.

A Lei Complementar n.º 129, de 13 de janeiro de 2020, que alterou a Lei Complementar n.º 111/2016 (Regime de Previdência Complementar), estabelece ao

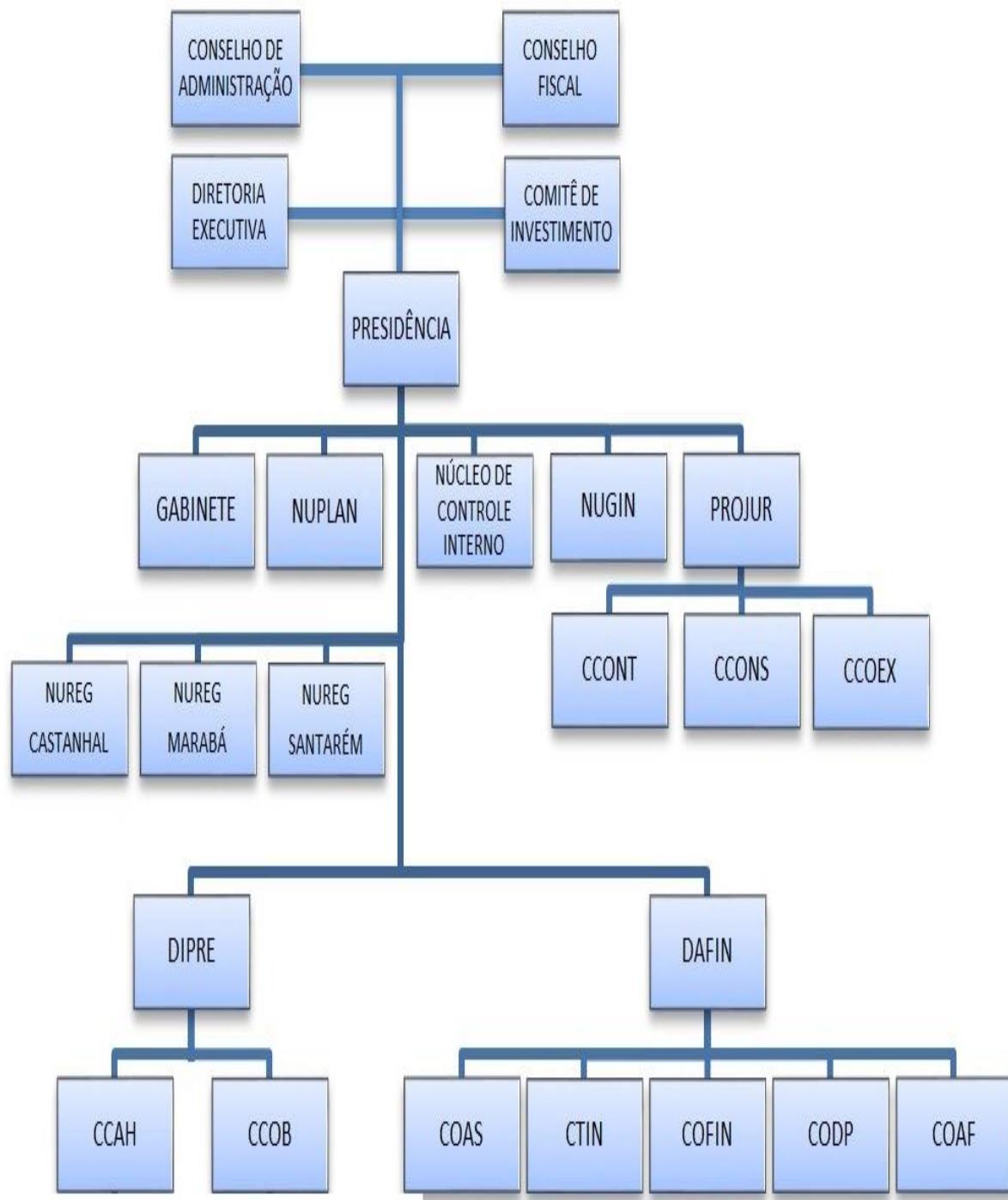
Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará, a responsabilidade de prover os meios necessários para articular as Gestões e providências pertinentes à implantação e ao funcionamento do Regime de Previdência Complementar.

São funções básicas do IGEPREV: executar, coordenar e supervisionar os procedimentos operacionais de concessão dos benefícios do Regime Básico de Previdência; executar as ações referentes à inscrição e ao cadastro de segurados e beneficiários; processar a concessão e o pagamento dos benefícios previdenciários de que trata a Lei Complementar nº 039, de 09 de janeiro de 2002 e suas alterações; acompanhar e controlar o Plano de Custeio Previdenciário; gerenciar os Fundos Financeiros (FINANPREV) e o Previdenciário (FUNPREV) do Estado do Pará.

As ações desenvolvidas pelo Instituto visam garantir aos seus segurados o pronto atendimento, tratamento digno e acesso efetivo aos serviços e benefícios previdenciários, em cumprimento a sua Missão Institucional e ao novo modelo de Governança que prioriza a Gestão Pública Eficiente e Presente, visando atender as exigências da sociedade, por meio do fortalecimento Institucional.

1.1.3. Organograma Institucional

Figura 1: Estrutura Organizacional do IGEPEV



Fonte: NUPLAN/IGEPREV

2. GESTÃO ESTRATÉGICA

2.1. PROGRAMA: CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

2.1.1. Ação: Estação Cidadania

A Estação Cidadania consiste no atendimento mais próximo à população, com a finalidade de disponibilizar a prestação de serviços públicos, mediante a integração de diversos órgãos no mesmo local, oferecendo atendimento ágil, eficiente e de qualidade.

O IGEPREV está presente em 04 (quatro) Estações Cidadanias: Guamá, Shopping Bosque Grão Pará, Shopping Pátio Belém e Shopping Metrópole Ananindeua, oferecendo os seguintes serviços: a) Cadastro de processos: Pensão, revisão de pensão, revisão de aposentadoria, revisão de reserva/ reforma, auxílio-funeral, isenção de imposto de renda, certidão de tempo de contribuição, inclusão de dependentes, solicitação de cópia de processo, solicitação de declaração de recadastramento de pensão alimentícia, declaração de dependentes, atualização de cadastro, comunicado de óbito, juntada de documentos, outros processos, liberação/cadastro de conta corrente para pagamento. b) Consulta de Processos: Pensão, revisão de pensão, aposentadoria, revisão de aposentadoria, revisão de reserva/ reforma, auxílio-funeral, certidão de tempo de contribuição, inclusão de dependentes, cópia de processo, liberação/cadastro conta corrente para pagamento, declaração de dependentes, reserva/reforma, abono permanência, tempo utilizado, isenção de imposto de renda e outros processos. c) Outros: Certidão negativa, portaria declaração de dependentes, 2^a via de contracheque, informação, 2^a via cédula C, atualização de endereço e outros.

Nesse sentido, institucionalmente, o Programa Cidadania e Direitos Humanos atingiu seu objetivo principal, pois, fomentou a interlocução com os segurados do RPPS e a sociedade civil, promovendo igualdade e garantia de direitos. As Estações Cidadanias possibilitam a descentralização dos serviços prestados, assim como, amplia a capacidade de atendimento nos municípios da Região Guajará, de forma mais célere.

No ano de 2019, foram realizados, aproximadamente, 11 mil atendimentos, nas 04 (quatro) Estações Cidadanias, tendo como maior demanda a emissão da 2^a via de contracheques. A participação do Instituto no Programa Cidadania e Direitos Humanos gerou um impacto positivo, em função da aproximação com seu público-alvo; promoveu a redução dos gastos com os frequentes deslocamentos dos segurados até a Central de Atendimento do Instituto; otimizou o tempo em função da proximidade espacial;

permitiu o acesso às informações processuais de modo mais célere; gerou praticidade e comodidade aos segurados.

O valor total com essa ação foi de R\$36.497,28.

2.2. PROGRAMA GOVERNANÇA PARA RESULTADOS

O programa permitiu o avanço na Política de Governança proposta, impactando positivamente nas atividades planejadas, que terá continuidade no PPA 2020-2023, visando atingimento das ações do Programa Pró- Gestão e prioridades regionais do Estado, no que se refere ao RPPS. Contemplam as políticas setoriais do Instituto 05(cinco) ações do Programa: Descentralização do Serviço Público, Desenvolvimento de Competências e Habilidades, Edição e Publicação de Atos da Administração Pública, Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação e a Gestão Previdenciária do Estado.

O valor investido nessa ação foi de R\$10.198.253,24.

A **Descentralização do Atendimento**, viabilizado pelo Polo de Atendimento de Castanhal, ampliou sobremaneira a cobertura dos serviços prestados, oportunizando agilidade, eficiência e qualidade, valorizando os segurados que residem ou circulam na Região do Guamá.

No período de janeiro a dezembro de 2019 foram realizados 11.133 atendimentos.

Para o fortalecimento da **Gestão de Pessoas**, foram ofertados cursos e treinamentos, possibilitando capacitação aos servidores do IGEPREV. A maioria dos membros da Diretoria Executiva possui certificação CPA 10, junto a ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais.

A equipe de Analistas de Investimentos do IGEPREV, também, possui a certificação CPA 10 e superiores, cumprindo assim, as exigências legais estabelecidas pela Portaria MPS nº 519/2011.

No ano de 2019 foram capacitados 166 servidores, envolvidos em 29 cursos/eventos, cumprindo a meta planejada.

Os eventos de capacitação envolveram as áreas prioritárias, tratando de temáticas, como: Benefícios, Investimentos e Gestão Atuarial, relacionando-se ao Plano de Ação de Capacitação, na dimensão Educação Previdenciária do Programa Pró-Gestão.

Em observância aos dispositivos legais na Lei n.º 12.527/2011, Lei de Acesso à Informação, ficou estabelecido as seguintes diretrizes: Observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção; a divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitação; a utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação; o fomento a uma cultura de transparência; o desenvolvimento do controle social.

No período de janeiro a dezembro de 2019, foram realizadas 2.706 **publicações no Diário Oficial do Estado**, resultando no montante de R\$114.832,12.

No tocante a **Gestão Tecnológica** foram implantados e otimizados os seguintes Sistemas: SIAAG (Sistema de Atendimento Agendado), SISJURI (Sistema Jurídico), E-PREV e SIGEP (Sistema de Gestão de Pessoas).

A utilização desses Sistemas possibilitou celeridade no atendimento interno e externo; maior e melhor controle dos Processos; melhor integração das bases de dados, obtendo um fluxo contínuo das informações disponíveis, abrangendo todas as áreas do IGEPREV.

A **Gestão da Previdência Estadual** vem intensificando um processo continuado de adequação aos padrões normatizados pela Secretaria de Previdência Social, por meio do Reaparelhamento, da Reestruturação Administrativa do IGEPREV e da reformulação legislativa do Regime Próprio de Previdência Social, dos servidores públicos estaduais.

Em abril de 2019, o IGEPREV, com a anuência do Governo do Estado, aderiu ao Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - **Pró-Gestão RPPS**.

O Pró-Gestão RPPS tem por objetivo incentivar os Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS a adotarem melhores práticas de gestão previdenciária, que proporcionem maior controle dos seus ativos e passivos e mais transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade.

Figura 2: Termo de adesão ao Pró- Gestão

ANEXO 2 - TERMO DE ADESÃO AO PRÓ-GESTÃO RPPS

Ente Federativo		
Nome		CNPJ
Governo do Estado do Pará		05.054.861.0001/76
Endereço	Nº	Complemento
Avenida Dr Freitas	2.531	
Bairro	UF	CEP
Marco	PA	66087-812
E-Mail		Telefone
		(91) 3216 8869
Responsável Legal		Cargo
Helder Zahluth Barbalho		Governador
Data Início Gestão	RG	CPF
01/01/2019	2421147	625.943.702/15

Unidade Gestora do RPPS		
Nome		CNPJ
Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará		05.873.910/0001-00
Endereço	Nº	Complemento
Avenida Alcindo Cacela	1.962	
Bairro	UF	CEP
Nazaré	PA	66.040/020
E-Mail		Telefone
silvio.vizeu@igeprev.pa.gov.br		(91) 3182 3587 / 3182 3585
Responsável Legal		Cargo
Silvio Roberto Vizeu Lima		Presidente
Data Início Gestão	RG	CPF
01/01/2019	1108948 SSP/PA	137.659.492/72

Os representantes legais do ente federativo e da unidade gestora do RPPS, acima qualificados, resolvem, nesta data, aderir ao Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - Pró-Gestão RPPS, instituído pela Portaria MPS nº 185/2015, manifestando ciência e concordância em relação às diretrizes, objetivos, requisitos e procedimentos estabelecidos para o Programa e comprometendo-se a adotar as providências necessárias para sua implantação, visando à obtenção da certificação institucional do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.

Belém, Pará, de	de 2019
REPRESENTANTE LEGAL DO ENTE FEDERATIVO	REPRESENTANTE LEGAL DA UNIDADE GESTORA

Fonte: Secretaria de Previdência/Ministério da Economia, 2019.

Visando adoção de melhores práticas de gestão foram desenvolvidas as ações no âmbito da Educação Previdenciária, buscando inicialmente, garantir à qualificação dos servidores que atuam nas áreas de Recursos Humanos, no intuito de tornar mais célere o processo de concessão dos benefícios, garantindo os direitos dos segurados.

Os eventos voltados à Educação Previdenciária propiciaram melhor interação entre o IGEPREV e Órgãos da Administração Estadual, como por exemplo: HEMOPA, SEDUC, Hospital Ophir Loyola e UEPA, aperfeiçoando a gestão do Regime de Previdência Estadual.

Esses encontros estreitaram a relação com esses Órgãos, possibilitando saneamento da instrução processual, reduzindo, o tempo para análise e concessão do benefício previdenciário.

No transcorrer do ano de 2019, ocorreram vários encontros técnicos entre IGEPREV, SEPLAD, BANPARÁ e IASEP visando o alinhamento e o aperfeiçoamento da gestão da folha de pagamentos dos ativos, inativos e pensionistas.

Destaca-se a economia de R\$54.700.155,52 (cinquenta e quatro milhões, setecentos mil, cento e cinquenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos), provenientes da aplicação das rubricas de redutor constitucional, relativas às competências de 01 a 12/2019.

O programa Governança para Resultados permitiu ao Instituto o avanço na Política de Governança proposta na gestão do RPPS, impactando positivamente em suas atividades, processo que terá continuidade no PPA 2020-2023, possibilitando o atingimento dos níveis I e II do Programa Pró- Gestão.

2.3. PROGRAMA MANUTENÇÃO DA GESTÃO

O IGEPREV aderiu as Ações de Abastecimento de Unidades Móveis do Estado, Concessão de Auxílio Alimentação, Concessão de Auxílio Transporte, Operacionalização das Ações Administrativas e Operacionalização das Ações de Recursos Humanos, o que possibilitou a melhoria na qualidade da gestão administrativa, envolvendo diretamente na área de suporte administrativo.

O IGEPREV possui uma frota com 05(cinco) veículos locados, que atenderam demandas das diversas Unidades Administrativas, realizando deslocamentos, tanto, na região metropolitana, como para outros municípios do Estado do Pará, objetivando visitas técnicas e/ou sociais.

Excepcionalmente, no mês de junho, em função da substituição dos veículos, foram abastecidos 10 (dez) veículos. Neste período, o valor total com abastecimento dos veículos foi de R\$41.385,62.

O desembolso financeiro com a utilização do Auxílio Transporte foi da ordem de R\$138.540,99, beneficiando 207 (duzentos e sete) servidores efetivos, temporários e estagiários.

O montante destinado ao Auxílio Alimentação, no período de janeiro a dezembro de 2019, foi de R\$ R\$1.389.686,31, contemplando 232 (duzentos e trinta e dois) servidores efetivos e temporários.

Para execução das Ações Administrativas e melhoria da gestão foram celebrados 64 (sessenta e quatro) Contratos Administrativos, com o escopo de atender as diversas demandas originadas pelas Unidades Administrativas.

2.4. RESULTADOS ALCANÇADOS PELO IGEPREV

Figura 3: Resultados PPA 2016-2019

PPA 2016-2019	
	Estação Cidadania [IGEPREV]
	Gestão Previdenciária do Estado [IGEPREV]
	Desenvolvimento de Competências e Habilidades Profissionais [IGEPREV]
	Descentralização de Serviço Público [IGEPREV]
	Edição e Publicação de Atos da Administração Pública [IGEPREV]
	Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação [IGEPREV]
	Abastecimento de Unidades Móveis do Estado [IGEPREV]
	Concessão de Auxílio Alimentação [IGEPREV]
	Concessão de Auxílio Transporte [IGEPREV]
	Operacionalização das Ações Administrativas [IGEPREV]
	Operacionalização das Ações de Recursos Humanos [IGEPREV]

Fonte: SIGPLAN/NUPLAN

3. PROCURADORIA JURÍDICA – PROJUR

A Procuradoria Jurídica, diretamente subordinada ao Presidente, compete representar o IGEPEV judicial e extrajudicialmente e exercer a advocacia consultiva e de assessoramento jurídico do Instituto, na forma da lei, observando as orientações técnicas da Procuradoria Geral do Estado, órgão responsável pela orientação jurídica da Administração Pública Estadual (Lei 8.613/2018).

3.1. EVOLUÇÃO DA PROCURADORIA JURÍDICA EM 2019

Procuradoria Chefe

Coordenadoria da Execução

Coordenadoria do Contencioso

Coordenadoria do Consultivo

3.2. RESULTADOS ALCANÇADOS

1) Coordenadoria da Execução

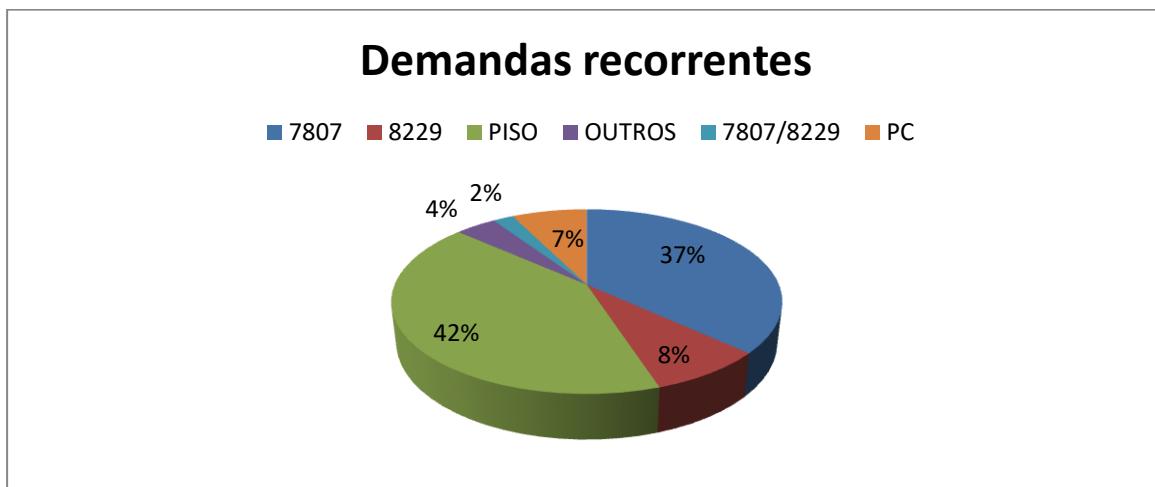
Tabela 1: Quantitativo total executado/impugnado e devido - 2019

Total Executado	Impugnações (Quantitativa)
R\$ 71.874.022,92	1.404
Total Impugnado	Média Mensal (Quantitativa)
R\$ 25.680.596,57	117
Total Devido	Total Acordado
R\$ 88.928.881,07	R\$ 27.035.406,75

Nota: Valores referentes ao período jan-out/2019.

Fonte: PROJUR/IGEPEV

Gráfico 1: Demandas recorrentes



Fonte: PROJUR/IGEPREV

- O Índice de sucesso das impugnações é superior a 80%. Logo, do valor impugnado teremos um sucesso de cerca de R\$ 20.544.477,25.
- Valores acordados são as quantias executadas que estão iguais ao valor entendido como correto pela coordenadoria, ou a menor como ocorre na grande maioria dos casos.
- Há quase uma neutralização das quantias acordadas com as quantias impugnadas.
- De maneira geral, a advocacia privada se excede em seus cálculos, de modo que a magistratura tem se mostrado simpática à metodologia de cálculo do IGEPREV.

2) Economicidade

Acordos do Piso do Magistério vem representando grande economia

Tabela 2: Acordos do Piso do Magistério

	Executados	Acordados	Economicidade
Total Geral Valor Histórico	11.077.470,45	9.970.119,71	1.107.350,74
Total Geral Estimado Corrigido Até 05/02/2020	11.952.590,62	9.970.119,71	1.982.470,91

Fonte: PROJUR/IGEPREV

Colhemos amostragem de aproximadamente 28% dos processos onde houve proposta de acordo. Nota-se uma economia total imediata de R\$ 1.107.350,74. Ao considerarmos que os valores de acordo não têm sofrido atualização e juros, temos uma economia total de R\$ 1.982.470,91.

3.3. DESAFIOS PARA 2020

Consultivo

- Especialização com divisão de atuação da equipe.
- Atualização do Ementário das Manifestações e Pareceres.
- Unificação de Posições Jurídicas e Administrativas com as demais autarquias e fundações estaduais.

Contencioso

- Especialização de atuação e aperfeiçoar o serviço desta Procuradoria.
- Implementação total do SISJURI.
- Existem em torno de 10.000 processos judiciais em que o IGEPREV é parte.
- 11.293 prazos em 2018 e 14.645 prazos processuais em 2019 (22.11.2019).
Incremento de aproximadamente 23% na quantidade de prazos.
- Demandas de massa.

Execução

- Orçamento para pagamento de RPV's.
- Otimização do trâmite IGEPREV – PGE – IGEPREV para pagamento de RPV's.
- Crescente aumento de demanda, e criação da 2^a vara do Juizado da Fazenda Pública.

4. GESTÃO DE INVESTIMENTOS

A **Política de Investimentos**, devidamente aprovada pelos Órgãos colegiados, norteou os investimentos financeiros realizados ao longo de 2019. Os recursos financeiros provenientes das arrecadações previdenciárias foram aplicados observando-se também, as disposições legais previstas na Resolução n. 3.922/2010 - CMN, tendo presentes as condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência.

O Núcleo Gestor de Investimentos - NUGIN administra 02 (dois) Fundos (FUNPREV e FINANPREV) que totalizaram uma monta de **R\$5.331.306.096,70 (FUNDOS: R\$ 5.310.554.675,69 e LFT – R\$ 20.751.421,01)** em 31/12/2019.

Em cumprimento às diretrizes da Política de Investimentos, apresentados no Balanço Geral do desempenho do FUNPREV, FINANPREV e na Taxa de Administração, com um apanhado de todos os eventos relevantes ocorridos nos últimos 05 anos para a gestão de recursos previdenciários.

- Ranking RPPS
- Rendimento;
- Taxa de Administração
- Patrimônio Líquido
- Distribuição de Recursos
- Análise de Desempenho – Rentabilidade e Meta Atuarial
- Avaliação Atuarial

4.1. O RPPS DO ESTADO DO PARÁ

O volume de recursos financeiros administrado pelo IGEPEV proporcionou a 6^a colocação no ranking de RPPS do Brasil, em termos de Patrimônio Líquido, conforme dados do Sistema Quantum Axis.

Quadro 1: Lista dos RPPS do Brasil

Posição	Nome do Ativo	Data	RPPS Total de Aplicações
1	RPPS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO / RJ (RIO PREVIDENCIA)	31/12/2019	R\$ 180.690.432.453,58
2	RPPS DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU / RJ (PREVINI)	29/11/2019	R\$ 70.608.965.333,05
3	RPPS DO ESTADO DO PARANÁ / PR (PARANA PREVIDÊNCIA)	31/12/2019	R\$ 6.012.261.512,58
3	RPPS DO ESTADO DO AMAZONAS / AM (AMAZONPREV)	31/12/2019	R\$ 5.983.691.691,00
5	RPPS DO DISTRITO FEDERAL / DF (IPREV)	31/12/2019	R\$ 5.615.731.925,30
6	RPPS DO ESTADO DO PARÁ / PA (IGEPEV)	31/12/2019	R\$ 5.451.318.911,04

Fonte: NUGIN/IGEPEV

No quadro abaixo, é possível visualizar que os demais RPPS estão à frente, devido aos Royalties, Imóveis e Disponibilidades Financeiras, sendo assim, em termos de Patrimônio Líquido de Fundos de Investimentos, o RPPS do Estado do Pará, está em 3º lugar na colocação dos RPPS do Brasil.

Quadro 2: Lista dos RPPS do Brasil - Royalties, Imóveis e Disponibilidades Financeiras.

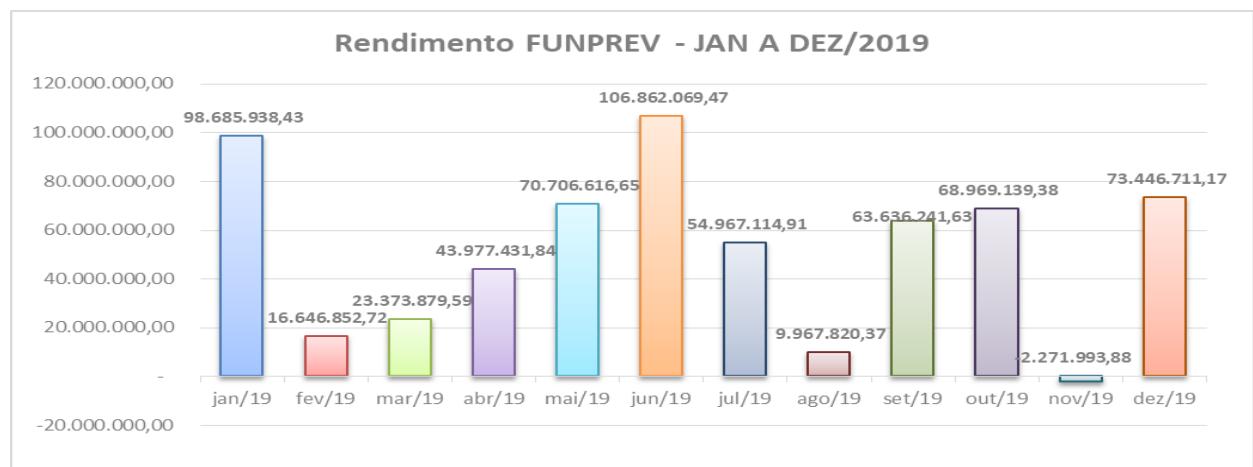
Posição	Nome do Ativo	Data	Fundos	Royalties, Imóveis e Disponibilidades Financeiras	RPPS Total de Aplicações
1	RPPS DO ESTADO DO AMAZONAS / AM (AMAZONPREV)	31/12/2019	R\$ 5.910.911.693,10	R\$ 72.779.997,90	R\$ 5.983.691.691,00
2	RPPS DO ESTADO DO PARANÁ / PR (PARANA PREVIDÊNCIA)	31/12/2019	R\$ 5.782.100.268,09	R\$ 230.161.244,49	R\$ 6.012.261.512,58
3	RPPS DO ESTADO DO PARÁ / PA (IGEPREV)	31/12/2019	R\$ 5.332.312.662,76	R\$ 119.006.248,28	R\$ 5.451.318.911,04
4	RPPS DO DISTRITO FEDERAL / DF (IPREV)	31/12/2019	R\$ 3.768.034.939,84	R\$ 1.847.696.985,46	R\$ 5.615.731.925,30
5	RPPS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO / RJ (RIO PREVIDENCIA)	31/12/2019	R\$ 1.841.868.655,70	R\$ 178.848.563.797,88	R\$ 180.690.432.453,58
6	RPPS DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU / RJ (PREVINI)	29/11/2019	R\$ 7.828.553,98	R\$ 70.601.136.779,07	R\$ 70.608.965.333,05

Fonte: NUGIN/IGEPREV

4.2. RENDIMENTO

- A Gestão de Investimento obteve no ano de 2019 um rendimento para carteira Global (FUNPREV + FINANPREV) o valor de **R\$ 765.265.006,98**, sendo que:
 - Carteira FUNPREV - **R\$ 628.967.822,28**
 - Carteira FINANPREV – Fundos – **R\$ 135.280.708,00**
 - Carteira FINANPREV – LFT – **R\$ 1.016.476,69**

Gráfico 2: Rendimento do FUNPREV



Fonte: NUGIN/IGEPREV

A Lei Complementar n.º 115, de 17 de junho de 2017, estabeleceu que os rendimentos apurados a partir do exercício de 2016, decorrentes da capitalização do FUNPREV, seriam revertidos ao FINANPREV, com a finalidade de viabilizar o pagamento dos benefícios previdenciários de sua competência.

Para cumprimento desse diploma legal foi resgatado, desde o mês de agosto de 2017 até dezembro de 2019, o valor de R\$2.269.709.525,98, dos rendimentos apurados na carteira FUNPREV e transferido ao FINANPREV.

4.3. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

O cálculo para apuração da Taxa de Administração do ano de 2015 a 2017 foi baseado no percentual de 2% das folhas de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas do FUNPREV do exercício anterior. Entretanto, no ano de 2018, houve a mudança no cálculo do montante da taxa apurada passando a utilizar as folhas de pagamento do FUNPREV e FINANPREV dos servidores ativos, inativos e pensionistas.

Tabela 3: Taxa de Administração

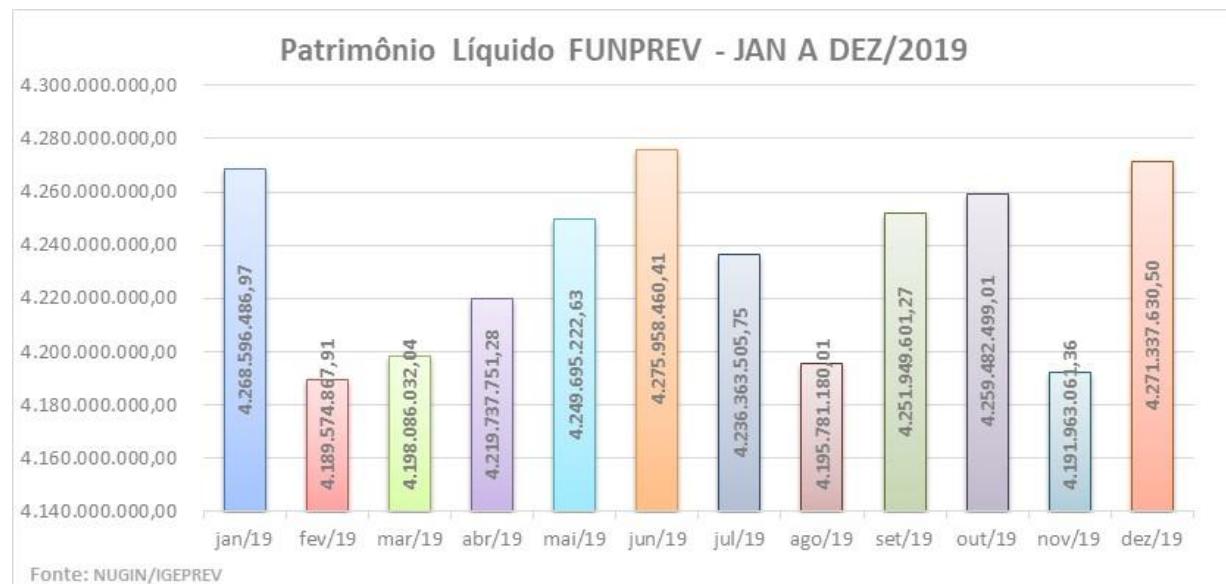
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO								
ANO	TAXA APURADA	SALDO ANO ANTERIOR	TAXA RESGATADA FUNDOS DE INVESTIMENTOS DA CARTEIRA FUNPREV	RENDIMENTO	TOTAL	TAXA DISPONIBILIZADA PARA PAGAMENTO DESPESAS DO IGEPEV	Devolução FUNPREV	SALDO FINAL
2015	60.193.548,60	15.172.068,67	37.245.700,66	3.181.404,69	55.599.174,02	27.834.109,28	-	27.765.064,74
2016	69.590.352,55	27.765.064,74	41.803.458,00	3.150.581,55	72.719.104,29	17.023.433,76	24.739.705,80	30.955.964,73
2017	72.966.900,84	30.955.964,73	41.132.716,19	659.304,36	72.747.985,28	37.933.968,14	34.814.017,14	-
2018	235.966.402,13	-	14.000.000,00	-	14.000.000,00	14.000.000,00	-	-
2019	225.210.169,36	-	4.184.439,31	-	4.184.439,31	4.184.439,31	-	-

Fonte: NUGIN/IGEPREV

4.4. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

1) CARTEIRA FUNPREV: O Patrimônio Líquido do FUNPREV evoluiu de acordo com o gráfico abaixo:

Gráfico 3: Patrimônio Líquido do **FUNPREV** – 2019



Fonte: NUGIN/IGEPREV

2) CARTEIRA FUNPREV E FINANPREV: Com a transferência da receita de rendimento do **FUNPREV** para o **FINANPREV**, o gráfico abaixo demonstra o Patrimônio dos 02(dois) Fundos Previdenciários sob a gestão do IGEPREV.

Gráfico 4: Patrimônio Líquido Global (**FUNPREV + FINANPREV**)

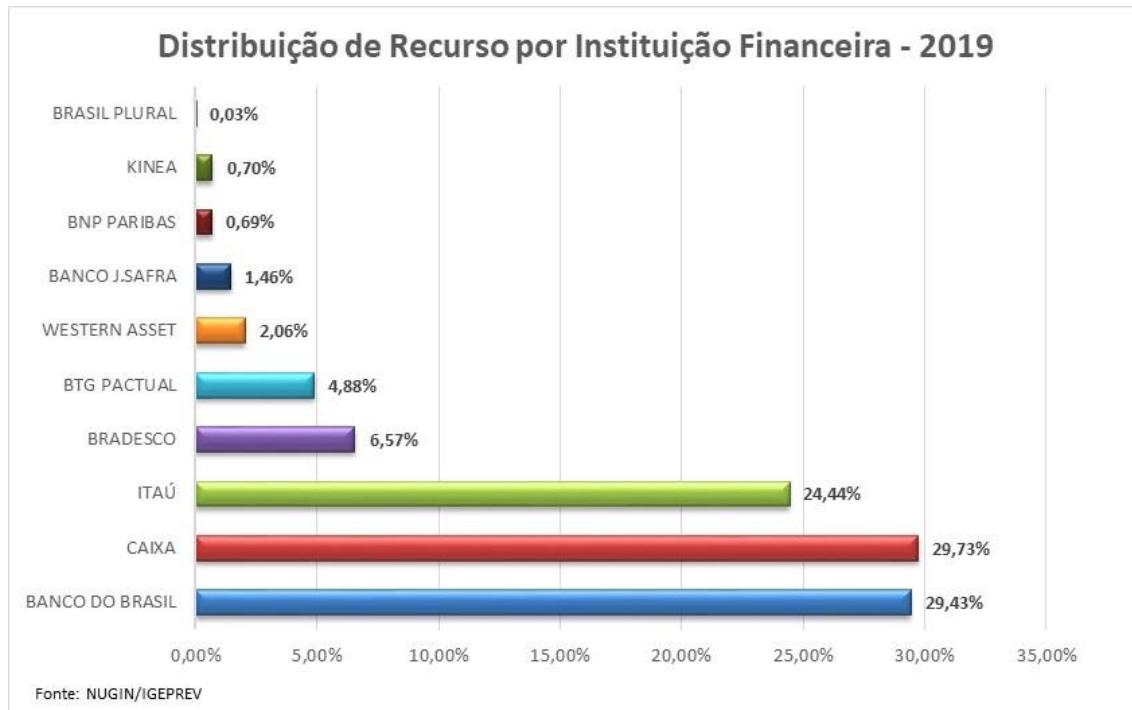


Fonte: NUGIN/IGEPREV

4.5. DISTRIBUIÇÃO DE RECURSO GLOBAL (FUNPREV + FINANPREV)

1) Distribuição por Instituição Financeira – 2019

Gráfico 5: Patrimônio Líquido Global



Fonte: NUGIN/IGEPREV

A Carteira Global é composta por 59 (cinquenta e nove) Fundos de Investimentos distribuídos entre 10 (dez) Gestores. Em Dezembro de 2019 o quadro de distribuição dos recursos da Carteira Global (**FUNPREV** e **FINANPREV**), de acordo com o patrimônio alocado por Fundos e Gestores:

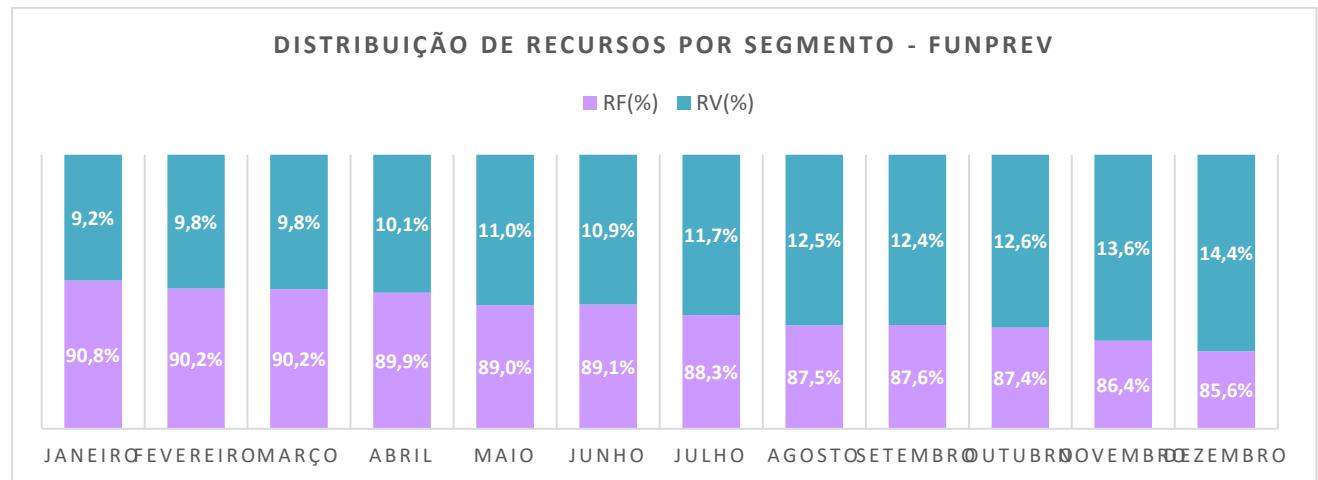
Tabela 4: Patrimônio do RPPS

Data-Base: 31/12/2019	Fundos de Investimentos	PL	%
Art. 7º, inciso I, alínea "b" - Limite % RPPS até 100% - Limite % PL até 15%		2.926.732.675,51	55,11%
BB IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	9.678.439,34	0,18%	
BB IMA-B 5 FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO LP	187.101.946,63	3,52%	
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	20.888.700,98	0,39%	
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA I FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	33.172.807,92	0,62%	
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA II FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	33.740.419,57	0,64%	
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA IV FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	110.063.732,48	2,07%	
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA VI FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	93.013.689,64	1,75%	
BB TÍTULOS PÚBLICOS VII FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	126.790.125,59	2,39%	
BB ALOCAÇÃO ATIVA FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	255.758.506,20	4,82%	
BRADESCO INSTITUCIONAL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA	44.487.788,60	0,84%	
BTG PACTUAL 2024 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	10.412.552,16	0,20%	
CAIXA BRASIL 2024 IV TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	36.576.613,92	0,69%	
CAIXA BRASIL 2024 V TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	30.341.740,00	0,57%	
CAIXA BRASIL 2020 II TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	16.269.693,00	0,31%	
CAIXA BRASIL 2024 I TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	50.886.600,00	0,96%	
CAIXA BRASIL 2020 V TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	26.726.760,00	0,50%	
CAIXA BRASIL IRF-M 1+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	26.264.860,33	0,49%	
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	358.392.178,15	6,75%	
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	167.221.909,89	3,15%	
CAIXA BRASIL IRF-M 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	298.441.659,27	5,62%	
SAFRA IMA FIC RENDA FIXA	59.779.189,77	1,13%	
ITAU INSTITUCIONAL INFILAÇÃO 5 FIC RENDA FIXA	190.328.431,63	3,58%	
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RENDA FIXA	66.075.007,99	1,24%	
CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	16.993.669,26	0,32%	
Art. 7º, inciso III, alínea "a" - Limite % RPPS até 60% - Limite % PL até 15%		335.728.916,93	6,32%
CAIXA NOVO BRASIL IMA-B FIC RENDA FIXA LP	335.728.916,93	6,32%	
Art. 7º, inciso IV, alínea "a" - Limite % RPPS até 40% - Limite % PL até 15%		1.053.962.039,65	19,85%
BRADESCO PREMIUM FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	129.335.092,05	2,44%	
BB PERFIL FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1.705.073,58	0,03%	
BNP PARIBAS INFILAÇÃO FI RENDA FIXA	18.600.277,43	0,35%	
ITAU INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA FIC RENDA FIXA	687.225.440,78	12,94%	
WESTERN ASSET ATIVO FI RENDA FIXA	52.776.186,05	0,99%	
BRADESCO H NILO FI RENDA FIXA	108.334.106,07	2,04%	
BRADESCO INSTITUCIONAL IMA-GERAL FIC RF	34.845.486,19	0,66%	
WESTERN ASSET IMA-B ATIVO FI RENDA FIXA	21.140.377,49	0,40%	
Art. 7º, inciso VII, alínea "a" - Limite % RPPS até 5% - Limite % PL até 5%		1.619.974,06	0,03%
BBIF MASTER FIDC LP	1.619.974,06	0,03%	
Art. 7º, inciso VII, alínea "b" - Limite % RPPS até 5% - Limite % PL até 5%		93.370.510,80	1,76%
BTG PACTUAL YIELD FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI CRÉDITO PRIVADO	93.370.510,80	1,76%	
TOTAL RENDA FIXA		4.411.414.116,94	83,07%
Art. 8º, inciso I, alínea "a" - Limite % RPPS até 30% - Limite % PL até 15%		59.157.323,52	1,11%
ITAU FOF RPI IBOVESPA ATIVO FIC AÇÕES	15.963.305,30	0,30%	
CAIXA BRASIL IBOVESPA FI AÇÕES	12.386.399,25	0,23%	
BB INDEXADO IBRX FI AÇÕES	12.167.918,13	0,23%	
CAIXA BRASIL IBX 50 FI AÇÕES	18.639.700,84	0,35%	
Art. 8º, inciso I, alínea "b" - Limite % RPPS até 30% - Limite % PL até 15%		7.020.775,19	0,13%
CAIXA BRASIL ETF IBOVESPA FI AÇÕES	7.020.775,19	0,13%	
Art. 8º, inciso II, alínea "a" - Limite % RPPS até 20% - Limite % PL até 15%		632.207.045,38	11,90%
BRADESCO SMALL CAP PLUS FI AÇÕES	20.894.318,99	0,39%	
ITAU INSTITUCIONAL PHOENIX FIC AÇÕES	274.372.954,98	5,17%	
BNP PARIBAS ACTION FIC AÇÕES	3.762.251,55	0,07%	
BRADESCO H VALUATION IBOVESPA FI AÇÕES	4.303.750,26	0,08%	
BNP PARIBAS SMALL CAPS FI AÇÕES	14.408.898,68	0,27%	
ITAU DUNAMIS FIC AÇÕES	108.082.362,70	2,04%	
BTG PACTUAL ABSOLUTO INSTITUCIONAL FIC AÇÕES	148.699.867,98	2,80%	
BB GOVERNANZA FI AÇÕES PREVIDENCIÁRIO	11.287.429,07	0,21%	
ITAU DIVIDENDOS FI AÇÕES	22.043.802,51	0,42%	
CAIXA VALOR DIVIDENDOS RPPS FIC AÇÕES	24.351.408,66	0,46%	
Art. 8º, inciso III - Limite % RPPS até 10% - Limite % PL até 5%		106.295.323,17	2,00%
SAFRA S&P REAIS PB FI MULTIMERCADO	17.978.531,01	0,34%	
WESTERN ASSET US INDEX 500 FI MULTIMERCADO	35.270.359,38	0,66%	
BRADESCO MACRO INSTITUCIONAL FIC MULTIMERCADO	6.591.828,03	0,12%	
CAIXA ALOCAÇÃO MACRO FIC MULTIMERCADO LP	36.059.646,15	0,68%	
BB FI MULTIMERCADO PREVIDENCIÁRIO LP	10.394.958,60	0,20%	
Art. 8º, inciso IV, alínea "a" - Limite % RPPS até 5% - Limite % PL até 5%		43.952.141,67	0,83%
BTG PACTUAL INFRAESTRUTURA II FICFIP	6.815.140,51	0,13%	
KINEA PRIVATE EQUITY IV FEEDER INSTITUCIONAL I MULTIFESTRATÉGIA FIP	37.137.001,17	0,70%	
Art. 9º, inciso III, alínea "a" - Limite % RPPS até 10% - Limite % PL até 10%		50.507.949,80	0,95%
CAIXA INSTITUCIONAL FI AÇÕES BDR NÍVEL I	50.507.949,80	0,95%	
TOTAL RENDA VARIÁVEL		899.140.558,74	16,93%
TOTAL FUNDOS DE INVESTIMENTOS		5.310.554.675,68	100,00%
FINANPREV - LFT		20.751.421,01	
TOTAL CARTEIRA GLOBAL		5.331.306.096,69	

Fonte: NUGIN/IGEPREV

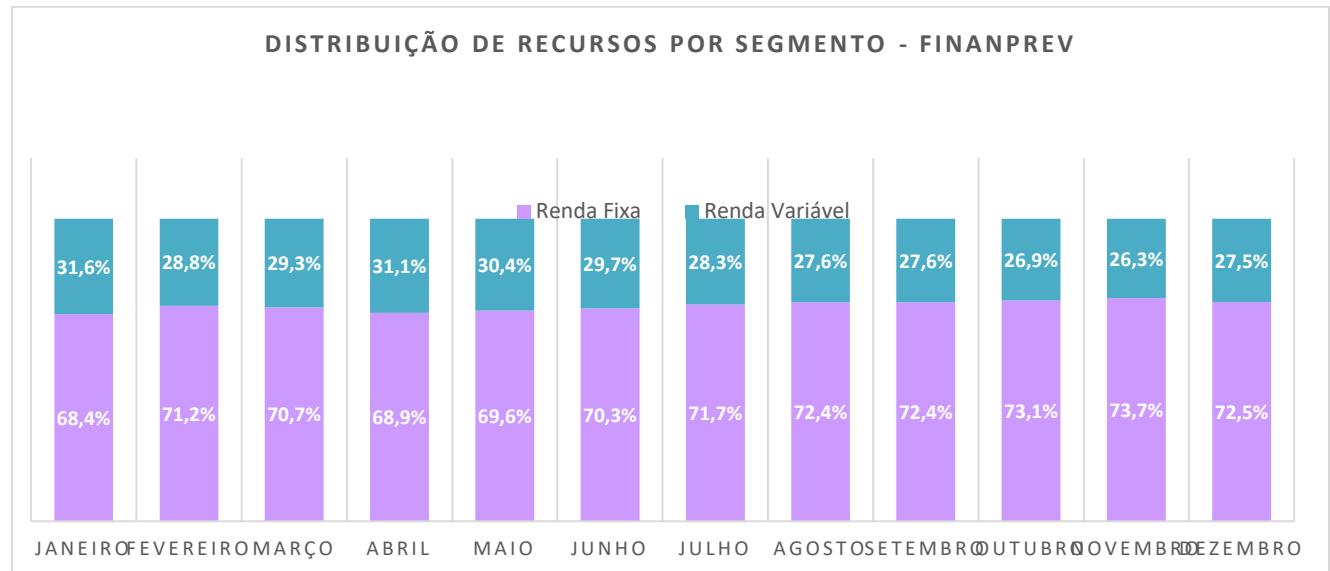
1) Distribuição do Recurso por segmento Renda Fixa e Renda Variável

Gráfico 6: Distribuição de Recursos do **FUNPREV**



Fonte: NUGIN/IGEPREV

Gráfico 7: Distribuição de Recursos do **FINANPREV**



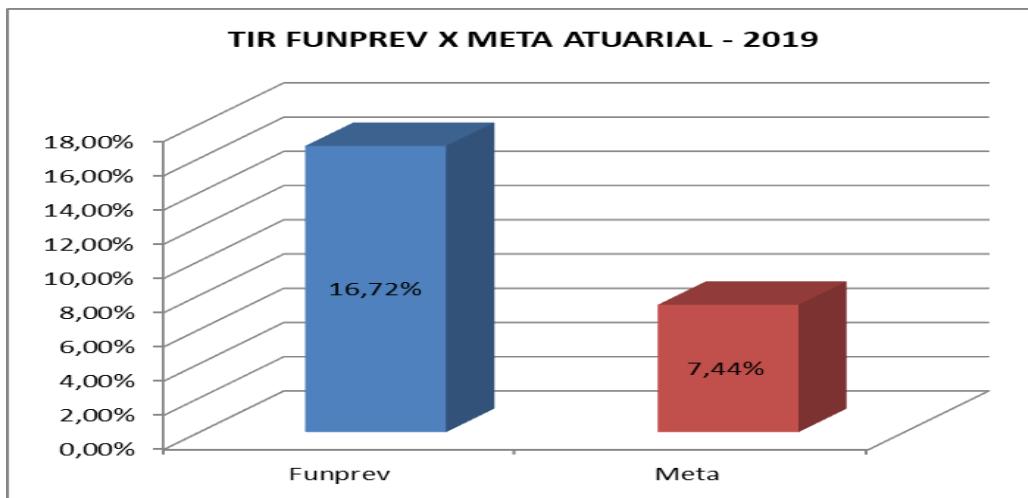
Fonte: NUGIN/IGEPREV

4.6. ANÁLISE DE DESEMPENHO

1) Rentabilidade da carteira **FUNPREV** em Relação à Meta Atuarial:

O gráfico abaixo demonstra a rentabilidade global da carteira **FUNPREV** em relação à Meta Atuarial em 2019.

Gráfico 8: Desempenho Acumulado da Rentabilidade x Meta Atuarial de Jan/2019 a Dez/2019



Fonte: NUGIN/IGEPREV

Em 2019 o desempenho da carteira **FUNPREV** conseguiu superar a Meta Atuarial em 124,90%.

5. AVALIAÇÃO ATUARIAL

A avaliação atuarial, referente ao exercício de 2019, do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Pará, foi realizada pela empresa Vesting Consultoria Atuarial, sediada na cidade de Fortaleza-CE.

As avaliações atuariais têm o objetivo de dimensionar os compromissos do Plano de Benefícios e estabelecer o Plano de Custeio para a observância do equilíbrio financeiro e atuarial dos RPPS que deverão ser elaborados, tendo os parâmetros técnicos estabelecidos nas Normas aplicáveis aos RPPS definidas pelas EC. Nº 20/1998, EC. Nº 41/2003, EC. Nº 47/2005, Lei nº 9.717/98 e Portaria MPS nº 403/08.

A Avaliação Atuarial é um estudo técnico baseado nas características biométricas, demográficas e econômicas da população analisada, com o objetivo principal de estabelecer, de forma suficiente e adequada, os recursos necessários para a garantia dos pagamentos dos benefícios previstos pelo plano.

Na elaboração das Avaliações Atuariais, do plano financeiro denominado FINANPREV e do plano previdenciário denominado FUNPREV, para o exercício 2019, foram utilizados os dados cadastrais e financeiros, na data base de novembro de 2018, dos servidores dos seguintes Poderes e Órgãos Autônomos: Executivo, Tribunal de Justiça do Estado, Justiça Militar do Estado, Assembleia Legislativa Estadual, Tribunal de Contas do Estado, Tribunal de Contas dos Municípios, Ministério Público do Estado do Pará, Ministério Público junto ao Tribunal de Contas dos Municípios e do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Pará.

A Lei Complementar nº 039/2002 e suas alterações, através da LC nº 044/2003, LC nº 049/2005 e LC nº 051/2006, organiza o Sistema Previdenciário do Estado do Pará em dois regimes distintos, integrantes do RPPS:

- Regime Orçamentário, em extinção, destinado aos servidores que ingressaram até 31 de dezembro de 2016, denominado **Fundo Financeiro de Previdência do Estado do Pará – FINANPREV**; e
- Regime Capitalizado, formado pelos servidores que ingressaram após janeiro de 2017, denominado **Fundo Previdenciário do Estado do Pará – FUNPREV**.

As premissas utilizadas na elaboração dos cálculos foram as seguintes:

Hipóteses Financeiras:

- Para os servidores abrangidos pelo **FINANPREV**, o regime financeiro é o de Repartição Simples;
- Para os servidores abrangidos pelo **FUNPREV**, o regime financeiro é o de Capitalização;
- Taxa de juros - FINANPREV: usou-se a taxa de 0,00% a.a.;
- Taxa de juros - FUNPREV: usou-se a taxa de 3,00% a.a. e sua equivalente mensal;
- Crescimento salarial: a taxa de crescimento real das remunerações de 1,00% ao ano;
- Crescimento salarial benefício: a taxa de crescimento real dos benefícios de 0% ao ano;
- Fator de Capacidade Salarial: 100%;
- Fator de Capacidade de Benefício: 100%;
- Taxa administrativa: 2% sobre salários e benefícios;
- Idade de início da fase de contribuição para regime previdenciário: 25 anos;
- Indexador do RPPS: IPCA;
- Teto do RGPS: R\$ 5.645,80;

Hipóteses Biométricas

- Novos Entrando (FUNPREV): Grupo aberto;
- Novos Entrando (FINANPREV): Grupo fechado;
- Tábuas de Mortalidade de Válido (evento gerador morte): RP-2000 masculina;
- Tábuas de Mortalidade de Inválido: Experiência IBGE-2016 unissex;
- Tábuas de Entrada em invalidez: Álvaro Vindas;
- Composição Familiar: Esposa 3 anos mais nova e dois filhos, com diferença de idade de 22 e 24 anos em relação ao servidor;
- Hipótese de geração futura: Grupo de ativos de tamanho constante. As adesões de novos servidores serão todas no Plano Previdenciário.
- Os valores projetados tomaram como base os seguintes dados abaixo relacionados:

Tabela 5: Quantitativo dos servidores ativos, inativos e pensionistas por fundo – Base de dados Nov /2018

SEGURADOS	QUANTIDADE		TOTAL
	FINANPREV	FUNPREV	
ATIVOS	84.316	4.055	88.371
INATIVOS	37.105	0	37.105
PENSIONISTAS	10.808	0	10.808
TOTAL	132.229	4.055	136.284

Fonte: VESTING Consultoria Financeira e Atuarial/Avaliação Atuarial - 2019

Evolução dos dados utilizados nas avaliações atuariais de 2019, 2018 e 2017.

Tabela 6: Evolução do Quantitativo dos servidores ativos, inativos e pensionistas do **FINANPREV**

SEGURADOS	QUANTIDADE		
	2018	2017	2016
ATIVO	84.316	86.888	38.881
Inativos	37.105	35.676	35.924
Pensionistas	10.808	11.374	11.134
Total	132.229	133.938	85.939

Fonte: VESTING Consultoria Financeira e Atuarial/Avaliação Atuarial - 2019

Avaliação 2019 (Base de dados nov/2018)

Avaliação 2018 (Base de dados nov/2017)

Avaliação 2017 (Base de dados nov/2016)

Tabela 7: Evolução do Quantitativo dos servidores ativos, inativos e pensionistas do **FUNPREV**

SEGURADOS	QUANTIDADE		
	2018	2017	2016
Ativos	4.055	612	49.767
Inativos	0	0	124
Pensionistas	0	0	402
Total	4.055	612	50.293

Fonte: VESTING Consultoria Financeira e Atuarial/Avaliação Atuarial - 2019

Avaliação 2019 (Base de dados nov/2018)

Avaliação 2018 (Base de dados nov/2017)

Avaliação 2017 (Base de dados nov/2016)

Tabela 8: Evolução do Quantitativo dos servidores ativos, inativos e pensionistas do Regime Próprio de Previdência do Estado do Pará – RPPS

SEGURADOS	QUANTIDADE		
	2018	2017	2016
Ativos	88.371	87.500	88.648
Inativos	37.105	35.676	36.048
Pensionistas	10.808	11.374	11.536
Total	136.284	134.550	136.232

Fonte: VESTING Consultoria Financeira e Atuarial/Avaliação Atuarial - 2019

Avaliação 2019 (Base de dados nov/2018)

Avaliação 2018 (Base de dados nov/2017)

Avaliação 2017 (Base de dados nov/2016)

O resultado da reavaliação atuarial do FINANPREV apresenta um déficit atuarial de R\$ 186.587.860.452,72, cujo valor será equacionado com aportes do Governo do Estado, de forma a complementar as despesas previdenciárias até a extinção da massa de servidores a ele vinculado.

A reavaliação atuarial do FUNPREV apresenta resultado superavitário na ordem de R\$ 3.099.734.464,28, derivado da diferença entre o valor do patrimônio existente em 31/12/2018 que representa o montante de R\$ 4.219.369.338,91 e as provisões matemáticas do plano previdenciário de R\$ 1.119.634.874,63.

De acordo com a avaliação atuarial, os planos de custeio utilizados no cálculo da situação atuarial do IGEPREV apresentam as seguintes alíquotas, segundo Fundo:

- FINANPREV
 - a) 11,00% para os servidores e pensionistas;
 - b) 18,00% a título de contribuição normal para o Tesouro Estadual.
- FUNPREV
 - a) 11,00% para os servidores e pensionistas;
 - b) 11,00% a título de contribuição normal para o Tesouro Estadual.

As alíquotas sugeridas poderão sofrer modificações ao longo do tempo, tendo em vista mudanças no perfil etário, previdenciário, salarial ou familiar dos segurados do regime previdenciário.

Por fim, é oportuno consignar que os modelos previdenciários são arranjos concebidos para longo tempo de maturação e, portanto, requerem planejamento de igual dimensão e ajustes imediatos, tão logo sejam identificados problemas estruturais ou conjunturais que venham a desequilibrar financeiro, econômica e atuarialmente o regime previdenciário. Assim, a manutenção do equilíbrio de qualquer fundo previdenciário requer constante e contínuo monitoramento das obrigações do ente federativo vis-à-vis a sua justa fundação.

6. GESTÃO DO CONTROLE INTERNO

1) Ações relevantes de Controle Interno:

- Conformidade do pagamento das folhas de Benefícios Previdenciários;
- Conformidade das despesas administrativas;
- Conformidade da concessão de benefícios previdenciários – Pensões (a partir de Novembro/2019);
- Conformidade das receitas (contribuições previdenciárias) – por amostragem;
- Auxílio nas auditorias programas, realizadas pelo órgão de Controle Interno-AGE, e externo – TCE; apresentação de relatórios e prestação de contas anuais a estes órgãos.

2) Processos analisados pelo Núcleo de Controle Interno

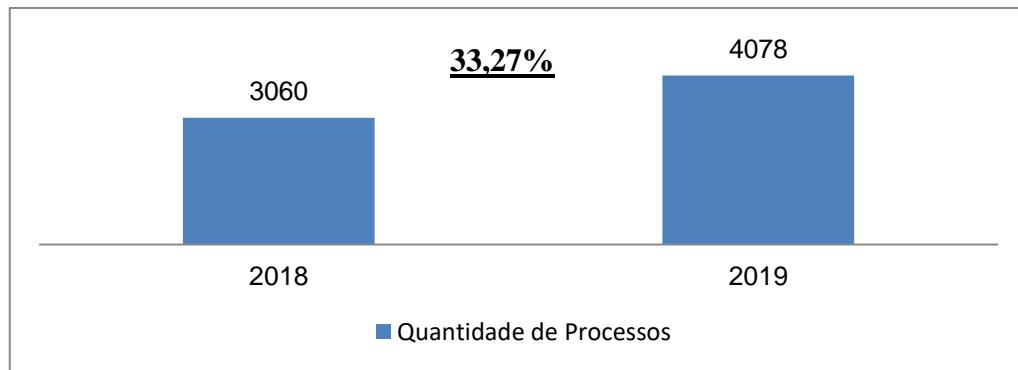
Tabela 9: Quantidade de processos analisados pelo Controle Interno – 2019

Tipo de processo	Quantidade
Auxílios Funerais	1015
Contratos Administrativos	115
Diárias, Suprimentos e Outros	120
Folha de Pagamento	257
Liberação de Crédito	357
Judiciais	519
Concessões – Pensões	86
Totais Físicos	2.469
PAE	1.610
PAE(com parte física)	346
Total Geral	4.078

Fonte: NCI/IGEPREV

3) Análise Comparativa entre 2018 e 2019

Gráfico 9: Evolução do quantitativo de processos analisados -2018/2019



Fonte: NCI/IGEPREV

7. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

1) Comparativo do autorizado e executado do IGEPREV de 2018 e 2019

Tabela 10: Execução das despesas de Custeio por exercício – Valores correntes

EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR EXERCÍCIO EM VALORES CORRENTES			
GRUPO DE GASTO	CRÉDITO	EXERCÍCIO	
		2018	2019
PESSOAL	Autorizado	17.000.000,00	20.053.251,00
	Executado	15.661.252,01	17.075.061,90
	Saldo	1.338.747,99	2.978.189,10
OUTRAS DESPESAS CORRENTES - ODC	Autorizado	35.664.282,00	30.200.410,00
	Executado	18.398.599,93	17.564.002,00
	Saldo	17.265.682,07	12.636.408,00
INVESTIMENTO - OBRAS E MATERIAL PERMANENTE	Autorizado	5.000.000,00	5.000.000,00
	Executado/IGEPREV	559.936,30	12.718,95
	Executado/SEDOP	1.185.621,47	0,00
	Saldo	3.254.442,23	4.987.281,05
TOTAL	Autorizado	57.664.282,00	55.253.661,00
	Executado	35.805.409,71	34.651.782,85
	Saldo	21.858.872,29	20.601.878,15
	Executado/autorizado	62,09%	62,71%

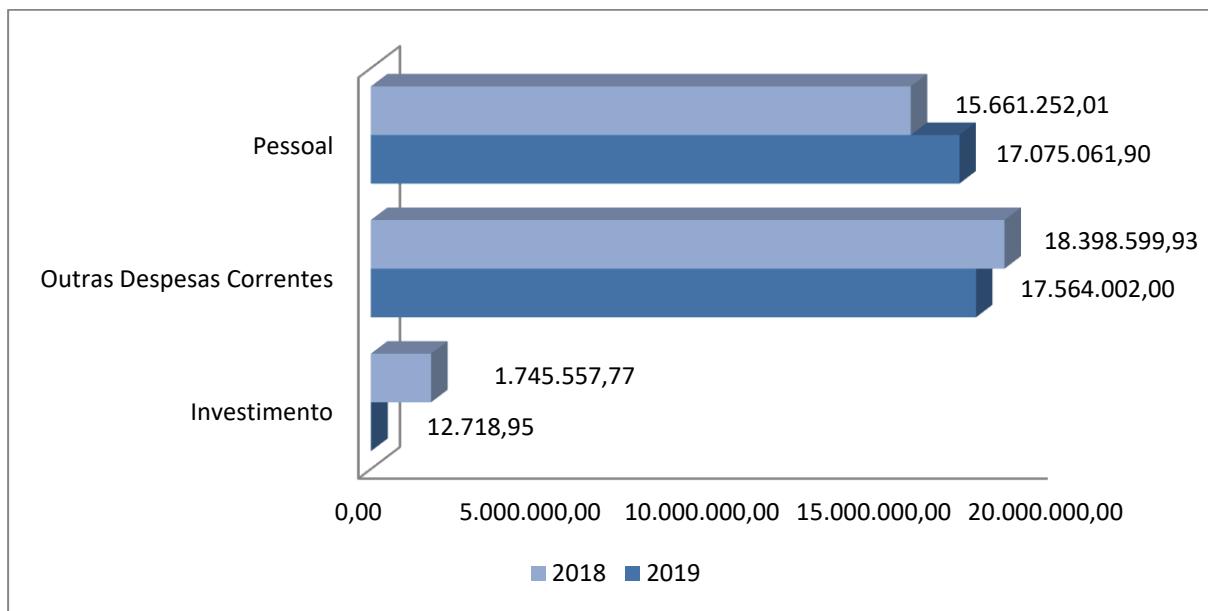
Nota: Em 2018, foi solicitado Credito com Redução de R\$700.000,00, Doc. 92- SEOWEB e em 2019, foi solicitado

Credito com Redução de R\$3.500.000,00, Doc. 80- SEOWEB, computados com os gastos de ODC das folhas de pagamento do IGEPREV.

Fonte: NUPLAN/IGEPREV

2) Despesas de Custeio do IGEPREV

Gráfico 10: Comparativo dos valores executado do IGEPREV em 2018 e 2019



Fonte: NUPLAN/IGEPREV

Em análise comparativa da execução financeira entre os exercícios de 2018 e 2019, cujos dados estão na tabela 10, verificou-se que em 2019 houve a redução de 2,52% com o gasto total para o Custeio do IGEPEV. Em que pese o acréscimo de 9,63%, com a despesa de Pessoal, no que se refere aos grupos de Outras Despesas Correntes – ODC e no Investimento – obra e material permanente, houve a redução de 4,80% e 99,27%, respectivamente. As reduções ocorreram em função das boas práticas de contenção de gastos adotadas pela atual gestão. Percebe-se que ambos os anos possuem uma similaridade de gastos.

Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias – **FINANPREV** e **FUNPREV**.

Tabela 11: Fluxo das folhas de Inativo e Pensionista do Poder Executivo **FINANPREV-2018/2019**

RESUMO	2018	2019	VARIAÇÃO
Contribuição (0254)	573.365.578,96	531.336.330,90	-7,33%
Contribuição Patronal (258)	960.270.329,38	866.152.331,93	-9,80%
Contribuição (0654)	42.092.631,73	42.219.905,35	0,30%
Contribuição Patronal (0658)	67.686.405,17	71.718.119,91	5,96%
Rentabilidade (0254006914)-2018	154.067.961,46	0,00	0,00%
Rentabilidade (0654006914)-2017	185.141.093,09	0,00	0,00%
Rentabilidade (0654006914)-2018	0,00	21.241.021,36	0,00%
Rentabilidade (0254006914)-2019	0,00	235.741.751,31	0,00%
Total da Receita	1.982.623.999,79	1.768.409.460,76	-10,80%
Folha Bruta Pensionista Militar	166.614.300,02	177.143.998,26	6,32%
Folha Bruta Pensionista Civil	394.090.985,11	416.963.609,44	5,80%
Folha Bruta Inativo Militar	797.011.696,68	961.617.311,27	20,65%
Folha Bruta Inativo Civil	549.295.593,20	619.055.183,91	12,70%
Folha Bruta Inativo Saude	50.547.175,26	46.588.427,98	-7,83%
Folha Bruta Inativo Educação	1.118.129.179,17	1.202.547.501,88	7,55%
Salário Família - Ativos	1.909.058,49	2.003.157,10	4,93%
Total das Despesas	3.077.597.987,93	3.425.919.189,84	11,32%
Contribuição Complementar (0101)	-1.094.973.988,14	-1.657.509.729,08	51,37%

Fonte: COAF/CCOB/NUPLAN

Em análise comparativa, observa-se que houve um decréscimo nas Receitas de Contribuição Previdenciária, Segurado e Patronal, ocasionado pelo incremento no quantitativo de Concessão de Benefícios previdenciários em 2019. Haja vista, que ao passar da Atividade para a Inatividade o valor de contribuição do segurado, reduz consideravelmente, pois, somente, haverá incidência de alíquota de contribuição (11%) no valor que exceder o teto do Regime Geral de Previdencia Social, que era de R\$5.839,45. Em contra partida, houve o crescimento da despesa com as folhas de

pagamento do FINANPREV, aumentando em 51,37% o valor repassado como Complementação do Tesouro Estadual.

Tabela 12: Fluxo das folhas de Inativo e Pensionista do Poder Executivo **FUNPREV** – 2018/2019

RESUMO	2018	2019	VARIAÇÃO
Contribuição Segurado (0254)	12.554.870,43	22.627.472,52	80,23%
Contribuição Patronal (0258)	12.554.870,43	22.625.186,05	80,21%
Contribuição Segurado - Superávit (0654)	331.780,13	1.408.057,86	324,39%
Contribuição Patronal - Superávit (0658)	331.780,13	1.408.057,86	324,39%
Total da Receita	25.773.301,12	48.068.774,29	86,51%
Folha Bruta Pensionista Militar	0,00	0,00	-
Folha Bruta Pensionista Civil	0,00	0,00	-
Folha Bruta Inativo Militar	0,00	27.437,58	-
Folha Bruta Inativo Civil	0,00	0,00	-
Folha Bruta Inativo Saúde	0,00	0,00	-
Folha Bruta Inativo Educação	0,00	0,00	-
Salário Família - Ativos	0,00	2.945,34	-
Total das Despesas	0,00	30.382,92	-
Excedente Financeiro	25.773.301,12	48.038.391,37	86,39%

Fonte:COAF/CCOB/NUPLAN

Considerando os impactos ocasionados pela Lei Complementar de nº.112, de 28 de dezembro de 2016, que alterou a data de corte da segregação de massa do Regime de Previdência Estadual, passando de 11 de janeiro de 2002 para 01 de janeiro de 2017, deste modo todos os servidores que, antes, pertenciam ao FUNPREV migraram para o FINANPREV, no intuito de aumentar a Receita previdenciária e reduzir o déficit financeiro e, consequentemente, o repasse da Complementação do Tesouro Estadual, que, à época, correspondia a 89% do valor total das despesas com as folhas de Inativos e Pensionista.

Em 2018, efetivamente, a Receita para o FUNPREV foi sendo consolidada, com o ingresso de novos servidores efetivos concursados, e sem haver despesas previdenciárias com Inativos e/ou Pensionistas. Somente, em 2019, com a Concessão de 01(um) benefício de Aposentadoria por Invalidez, gerou-se a primeira folha de Inativo Militar do FUNPREV. Importante destacar, que a variações de 324,39%, é resultante da inexistência de despesas previdenciárias que gerou o Superávit de Arrecadação nas fontes de Segurado (654) e de Patronal (658), conforme tabela 12.

8. ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO – ASCOM

A Assessoria de Comunicação é a unidade responsável pela gestão da informação, pelo relacionamento com os veículos de comunicação, com o público interno e com o público-alvo.

8.1. AÇÕES

8.1.1. Cobertura

A ASCOM fez a cobertura dos principais eventos do IGEPPREV, com fotos e matérias/notas no site. No total, foram 1.478 registros fotográficos, até o dia 16/12/2019.

Figura 4: Registros fotográficos de eventos - 2019



Fonte: ASCOM/IGEPREV

8.1.2. Site

Aumentou a publicação no site com matérias, notas, fotos e documentos para o banco de dados (formulários, boletins informativos, contratos...), bem como, a frequência das postagens, passando a ser semanal. Os assuntos são tanto de interesse do público interno, quanto do externo, sobre ações e serviços que beneficiam a ambos. Além disso, foi dado início à publicação de material no site Agência Pará.

Em 2019, houve um incremento na produção de conteúdos com matérias e notas publicadas nos sites do Instituto e da Agência Pará, com a divulgação do conteúdo para a sociedade.

1) Publicações de Conteúdo

Gráfico 11: Quantidade de matérias publicadas em 2019



Fonte: ASCOM/IGEPREV

8.1.3. SECOM e atendimento à imprensa

Contato direto com a Secretaria de Comunicação do Estado, com discurso alinhado ao Governo em relação ao atendimento à imprensa, por meio de entrevistas, notas e assessoramento direto do Presidente do Instituto, em pautas que tenham cobertura jornalística.

Figura 5: Atendimento à imprensa



Fonte: ASCOM/IGEPREV

9. GESTÃO DA ÁREA DE ATUAÇÃO DO RPPS – DIPRE

O quantitativo de segurados vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Pará, na condição de Ativos, Inativos Civis, Militares e Pensionistas previdenciários, incluindo-se os demais poderes é de 136.082 (cento e trinta e seis mil, oitenta e dois) ressaltando que a variação mensal do quantitativo, decorre da concessão contínua de novos benefícios previdenciários, bem como a extinção, nos casos de perda dessa condição (de segurado) e nas hipóteses legais.

O Instituto de Gestão Previdenciária do Estado Pará possui, aproximadamente, 46.567 (quarenta e seis mil quinhentos e sessenta e sete) beneficiários (dezembro/2019) entre Inativos Civis, Militares, em Reserva Remunerada ou Reforma, e Pensionistas.

A Diretoria de Previdência, ao longo de 2019, desenvolveu, conjuntamente com seus diversos setores, algumas ações estratégicas adotando medidas que visam atingir melhores padrões de desempenho, na busca pela consecução de sua missão Institucional, garantindo, com sustentabilidade, a concessão e a manutenção dos benefícios previdenciários.

As ações realizadas pela DIPRE têm como objetivo primordial, ampliar a atuação do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS Estadual. Para tanto, agrupamos as atividades em 03 (três) ações macros: a Gestão Previdenciária do Estado, a Educação Previdenciária e a Consolidação da Governança de nosso RPPS.

9.1. GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO

A Diretoria de Previdência – DIPRE, com o objetivo de consolidar boas práticas de gestão e garantir a proteção dos interesses de todos aqueles que com ela se relacionam, interna e externamente, aumentando a confiança de seus segurados, vem constantemente implantando ações de Governança Corporativa, ajustando procedimentos internos com a finalidade assegurar o atingimento da missão institucional do IGEPEV, preservando os direitos dos segurados e a proteção dos interesses do Estado.

Neste sentido, o modelo de gestão em implantação tem como base o uso de mecanismos que inovam a forma de administrar, utilizando ferramentas gerenciais modernas, necessárias para atender às exigências, cada vez maiores, dos órgãos de controle externo, em especial, do Tribunal de Contas do Estado – TCE.

9.1.1. Do atendimento aos Beneficiários

A Central de Atendimento e o Setor Psicossocial são responsáveis pela gestão de atendimento ao público, efetuando o acolhimento ao beneficiário, atualização cadastral, prestação de informações e esclarecimentos em geral, expedindo declarações, automatizando os atendimentos mais simples, ofertando atendimento consultivo, ampliando e diversificando os canais de atendimento, além de controlar e apurar a ocorrência de fraudes contra a Previdência.

O Instituto implantou o SIAAG (Sistema de Atendimento Agendado), que consiste em acolher os usuários que realizam cadastro via internet e agendar o serviço, propiciando maior comodidade ao beneficiário, que terá seu atendimento realizado em data e hora pré-determinados. Este serviço será ampliado em 2020, devendo ser expandido aos Núcleos Regionais e às Estações Cidadanias.

Promoveu-se o minicurso de atualização previdenciária, voltada aos atendentes da Central de Atendimento do IGEPREV, objetivando incrementar o conhecimento previdenciário dos servidores e qualificá-los em relação à instrução dos requerimentos previdenciários. Assim, propiciou melhor atendimento ao público que busca os serviços prestados pelo Instituto.

O atendimento é descentralizado, facilitando o acesso dos usuários aos serviços ofertados, que podem ser atendidos pessoalmente na Central de Atendimento, nas Estações Cidadanias e no Núcleo Regional de Castanhal.

O acesso digital é disponibilizado via sitio institucional, onde o beneficiário tem acesso a seu contracheque, Cédula C, extrato previdenciário, Portarias publicadas no IOE, simulador de aposentadoria, além de poder acompanhar a tramitação de seu processo. Para o ano de 2020, mais produtos estarão disponíveis via digital.

Em relação aos Núcleos Regionais de Castanhal, Marabá e Santarém, legalmente instituídos pela Lei Estadual nº 8.613, de 03/04/2018, vale destacar a necessidade permanente de estruturá-los e fortalecê-los, uma vez que viabilizam o acesso de nossos segurados, e de toda a sociedade, paraense que residem em municípios longínquos ao atendimento célere de suas demandas.

Atualmente, o Núcleo Regional de Castanhal está em pleno funcionamento, atendendo aos segurados da Região Guamá e entornos. Em 2020, deverão ser inaugurados os Núcleos Regionais de Marabá e Santarém, que atenderão aos municípios das Regiões do Carajás e do Baixo Amazonas, e seus entornos. Tais Núcleos possibilitarão que o segurado obtenha informações pertinentes ao seu

processo, podendo resolver e dirimir quaisquer dúvidas, no seu próprio domicílio, evitando o longo deslocamento até Belém.

Os segurados do IGEPREV, da Região Guajará e Guamá, estão adaptando-se à descentralização do atendimento, procurando os núcleos e/ou Estações Cidadanias mais próximos de suas residências, quando necessitam de acesso aos serviços/informações prestados por esta Autarquia.

O Setor Psicossocial se encarrega, principalmente, das chamadas visitas *in loco* com o objetivo de esclarecer eventuais contradições detectadas na análise administrativa ou dos processos judiciais, visando elucidar dúvidas quanto à caracterização da qualidade de beneficiário, quando da análise dos requerimentos previdenciários, apurando os fatos por meio de observações da situação fática e da realização de entrevistas, emitindo, ao final, um Relatório Técnico referente ao objeto da diligência, a fim de garantir uma gestão previdenciária mais segura e eficaz, bem como, apurando suspeitas e/ou denúncias de óbitos e fraudes.

9.1.2. Da Concessão de Benefícios

São analisados os pedidos de concessão e revisão de Aposentadoria, Reserva Remunerada, Reforma, Pensão por morte, Reversão ao Serviço Ativo, Abono de Permanência e Auxílio Funeral, além de outros assuntos inerentes às questões previdenciárias. Assim, o desenvolvimento de fluxos procedimentais que auxiliem na maior celeridade da análise e concessão dos requerimentos.

A instrução processual dos requerimentos previdenciários influencia, diretamente, a conclusão da análise. Portanto, a evolução do número de concessões efetivadas pelo setor competente sofre a influência direta da atuação prévia dos órgãos/interessados em anexar aos pedidos a correta documentação exigida em Regulamento.

Neste sentido, o Instituto vem estreitando sua relação com os órgãos de origem, a fim de possibilitar que os requerimentos de Aposentadoria e Abono de Permanência, sejam saneados com maior rapidez e cheguem com toda a documentação exigida, diminuindo a espera do servidor.

A nomeação dos servidores efetivos, aprovados no Concurso Público C-184, realizado pelo IGEPREV em 2018, caracterizou-se, também, como medida propulsora para o fortalecimento da gestão e da imagem institucional, visto que fomentou o aumento da mão de obra permanente em todos os setores, notadamente os vinculados

à Diretoria de Previdência, viabilizando maior segurança e celeridade na conclusão das análises e manifestações.

A equipe de técnicos que atuam nas análises dos requerimentos de Pensão por morte e Auxílio Funeral foi fortalecida em 2019, tendo em vista a necessidade em reduzir seu estoque processual, em razão de sua natureza alimentar, bem como a situação de hipossuficiência dos interessados. Com essas medidas, observou-se a redução em 60% (sessenta porcento) do lapso temporal entre a protocolização do requerimento de Pensão por morte e sua análise, bem como a regularização do passivo de requerimentos de Auxílio Funeral, restando pendentes apenas os que aguardam a finalização dos processos de pensão e os pendentes de documentação.

Desde 2017, o IGEPEV conta com a colaboração de uma equipe de servidores da Polícia Militar para análise dos processos de Reserva e Reforma da Instituição. A presente parceria mostrou-se muito eficaz, tendo sido mantida e fortalecida ao longo de 2019, proporcionando a regularização do passivo dos pedidos de Reserva e Reforma de Policiais Militares. Atualmente, o tempo médio para a conclusão dos processos de Reserva/Reforma é de 90 (noventa) dias.

A Gerência de Diligência, em 2019, reduziu em 70% (setenta porcento) seu passivo, referente às demandas mais antigas sobre benefícios previdenciários, oriundas do Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Observa-se que os ajustes procedimentais no âmbito da instrução e análise processual por parte do IGEPEV, possibilitaram um aumento de 230% (duzentos e trinta porcento) dos registros dos Atos de concessão de benefícios previdenciários, sem ressalva alguma do plenário, e uma redução de 33% (trinta e três porcento) dos registros indeferidos.

Em 2020, buscar-se-á o estreitamento com a Secretaria de Controle externo do TCE, visando ajustes e consenso nos entendimentos técnico-jurídicos, além do aperfeiçoamento e desenvolvimento de medidas preventivas e corretivas na concessão e revisão dos benefícios, juntamente com os demais setores da Diretoria de Previdência, fomentando procedimentos internos e externos para reduzir o tempo de conclusão das demandas das diligências do TCE.

Dentre as iniciativas implementadas pela gestão, visando os Princípios da Celeridade, Eficiência e Eficácia, além do mapeamento dos fluxos de processos concessórios e a definição de uma série de Políticas e Controles Internos, também estamos em vias de adotar o modelo digital de concessão e revisão de benefícios previdenciários, por meio da implantação de sistema automatizado, que está em fase

de homologação para a concessão de Pensões e que, posteriormente, almejamos expandir sua utilização para a concessão e revisão de Aposentadorias, Reservas e Reformas, permitindo melhor gerir as informações cadastrais, relativas à vida funcional do servidor, bem como a aplicação das regras de negócio atinentes à matéria previdenciária, reduzindo o tempo de análise e conclusão dos pleitos Administrativos.

Tal sistema possui funcionalidades comuns às demais tecnologias relativas aos processos eletrônicos, mas, além disso, dispõe de especificidades que visam garantir a efetivação de objetivos estratégicos e operacionais nas concessões de benefícios previdenciários, além de viabilizar a gestão de cada etapa dos processos administrativos, com a finalidade de assegurar o cumprimento das leis, regulamentos, normativas internas e diretrizes de planejamento, sendo capaz de utilizar as informações nele disponíveis para subsidiar análises de cunho previdenciário, estudos de impacto financeiro e avaliação do nível de produtividade, auxiliando o aperfeiçoamento da gestão estratégica do Instituto.

O Sistema aqui referenciado é fruto de um projeto intitulado “Processo Previdenciário Digital – PPD” o qual se compõe de diversas fases e inaugura uma visão sistêmica de todos os procedimentos aplicáveis aos processos que versem sobre benefícios previdenciários, com foco na melhoria do mapeamento de processos e padronização dos mesmos de acordo com indicadores de qualidade e desempenho que visam melhorar diversos aspectos de governança do RPPS alinhado às melhores práticas institucionais.

O sistema será disponibilizado aos setores de recursos humanos dos órgãos de origem para utilização obrigatória, facilitando a instrução processual e garantindo que todas as normas e procedimentos sejam obedecidos, sob pena de indeferimento preliminar do processo por falta de cadastro ou requisitos para concessão do benefício pleiteado. Tal medida evitará que servidores sejam afastados do efetivo exercício sem prévia análise dos requisitos legais.

Ao final do projeto, teremos um sistema informatizado, especializado em processos previdenciários, que irá realizar a tratativa eletrônica dos pleitos, objetivando o fácil mapeamento de dados funcionais, financeiros e procedimentais, assegurando maior segurança, confiabilidade e integridade das informações geridas pelo IGEPEV.

Em 2020, tem-se como metas principais a parametrização do sistema E-prev às novas regras previdenciárias, a completa automatização da concessão de benefícios através da customização do Sistema Previdenciário E-prev, a digitalização de todos os

processos previdenciários que tramitam no Instituto, a diminuição do tempo de tramitação dos processos de aposentadoria e a ampliação das ferramentas de atendimento ao segurado.

Ademais, em atendimento ao mandamento Constitucional que impõe a gestão única dos benefícios previdenciários, o IGEPREV deverá gerir, até final de 2020, as folhas de inativos e pensionistas dos poderes Legislativo e Judiciário.

9.1.3. Da Manutenção dos Benefícios Previdenciários

De acordo com os relatórios atualizados gerados pelo sistema E-Prev, o IGEPREV realiza a gestão da folha de pagamento de 46.567 (quarenta e seis mil quinhentos e sessenta e sete) beneficiários (dezembro/2019), entre Aposentadoria, Reserva, Reforma e Pensão por Morte, totalizando o custo anual de R\$ 3.295.359.755,06 (três bilhões, duzentos e noventa e cinco milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e seis centavos) em Recursos Públicos.

Buscando melhorar as práticas de gestão previdenciária, realizadas na manutenção dos benefícios previdenciários, podemos destacar a realização dos seguintes avanços:

- Aprimoramentos na ferramenta BI (*Business Intelligence*), com indicadores de gestão;
- Criação da funcionalidade relativa às simulações de execuções judiciais no Sistema E-Prev, para levantamento de retroativos, com a finalidade de subsidiar acordos extrajudiciais;
- Otimização dos procedimentos e análises dos processos administrativos de ressarcimento de valores creditados, após o óbito, com o intuito de resguardar a sustentabilidade dos Fundos Previdenciários;
- Alinhamento e estreitamento da interação técnica entre o IGEPREV e outros órgãos públicos, em especial com a SEPLAD, BANPARÁ e IASEP, relativos à gestão das folhas de pagamentos dos Inativos e Pensionistas, a partir de reuniões e discussões com os setores responsáveis nos referidos órgãos;
- Estudo e suporte para a regularização da base cadastral do sistema E-Prev;
- Desenvolvimento de novos relatórios para subsidiar as folhas de Inativos e Pensionistas;

- Criação de funcionalidades na tela de cadastro, como: cadastro de valor financeiro na DIRF, agendamento da importação de arquivos das entidades consignatárias e validação do arquivo bancário;
- Finalização da plataforma de folha de pagamento dos inativos da ALEPA;
- Criação da funcionalidade de visualização da composição salarial no contracheque das pensões paritárias;
- Aprimoramentos nos procedimentos dos processos de liberação de crédito e rejeições bancárias;
- Criação de Pareceres Técnicos nos processos de Salário Família, isenção de Imposto de Renda e de dependentes para abatimento de Imposto de Renda;
- Customização do sistema E-Prev para pagamento da antecipação da primeira parcela de 13º Salário, em outubro de 2019, bem como pagamento da segunda parcela no mês de dezembro;
- Economia anual de R\$ 54.700.155,52 (cinquenta e quatro milhões, setecentos mil, cento e cinquenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos), proveniente da aplicação das rubricas de Redutor Constitucional, relativas às competências de janeiro a dezembro/2019.

Destacamos, ainda, as seguintes perspectivas de aprimoramentos para 2020: desenvolvimento de plataforma de retroativos; efetiva implementação da folha de pagamento dos inativos da ALEPA; demonstrativo, em forma de relatório, do cálculo de retroativo automático no sistema E-Prev, para a definitiva substituição das planilhas manuais; revisão e atualização do Regulamento Geral do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Pará; elaboração de normas e procedimentos, a fim de uniformizar entendimentos no âmbito da Diretoria de Previdência.

9.1.4. Do Censo Previdenciário

No ano de 2019, o IGEPPREV ultimou os procedimentos para a realização do Censo Previdenciário dos segurados do Poder Executivo, Inativos, Civis e Militares, do Regime Próprio de Previdência do Estado do Pará, bem como de seus dependentes, e dos beneficiários de Pensão por Morte, visando atualizar as bases de dados previdenciários, empregando a tecnologia de biometria, coleta da imagem do segurado e digitalização de seus documentos.

Em 2019, foram determinados os locais que sediarão o Censo nos 12 (doze) Municípios do interior do Estado, com a realização de visitas técnicas, a fim de

verificar a acessibilidade, instalações físicas e lógicas. Foi elaborada e publicada a Instrução Normativa que norteará a execução do Censo Previdenciário, bem como os Termos de Referência para contratação das empresas que viabilizarão a execução do Censo, os quais foram disponibilizados para Consulta Pública.

Com a realização do Censo Previdenciário em 2020, obteremos a atualização dos dados cadastrais e o maior conhecimento sobre o perfil do beneficiário, o desenvolvimento de rotinas de checagem de dados dos segurados (Biometria), a apuração precisa do Cálculo Atuarial e a elevação da qualidade da gestão. Após a realização do Censo, será implantado o Recadastramento anual dos beneficiários por mês de aniversário.

9.2. EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

As ações desenvolvidas no âmbito da Educação Previdenciária visam garantir à Previdência Social seu papel como Política Pública. O trabalho engloba a explicação dos conceitos básicos sobre Previdência, formas de contribuição, diferenciações das regras e tipos de benefícios previdenciários. Ademais, é fundamental que a entidade tenha transparência e que saiba se comunicar com o participante, para demonstrar uma boa gestão dos Fundos.

Os eventos voltados à Educação Previdenciária propiciam maior interação entre o IGEPPREV e os Órgãos da Administração Estadual, aperfeiçoando a gestão do Regime de Previdência Estadual.

Visando alcançar os objetivos almejados, foram desenvolvidas, ao longo deste ano, as seguintes ações:

9.2.1. Cursos e capacitações

A DIPRE promove semestralmente a capacitação dos Atendentes da Central de Atendimento – CATEN do IGEPPREV, orientando-os nos assuntos previdenciários, com noções sobre os benefícios abrangidos pelo IGEPPREV, de forma a estarem aptos, quando necessários a elucidar dúvidas básicas sobre previdência.

9.2.2. Palestras

Foram realizadas palestras voltadas para a atualização e capacitação dos servidores dos Recursos Humanos - RH dos demais órgãos da Administração Estadual, quanto à correta instrução e pré-análise dos processos de Aposentadoria e Pensão, bem como da matéria previdenciária como um todo.

9.2.3. IGEPREV Itinerante

Elaboração do projeto, em parceria com a EGPA. A presente ação versa sobre atividades de Workshops itinerantes, com a realização de curso intensivo de curta duração, em que técnicas, habilidades e saberes são demonstrados e aplicados promovendo a atualização e capacitação dos servidores dos RH, gestores de USEs, UREs e Escolas Sede da Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, bem como a pré-análise dos processos de Aposentadoria usando sua correta instrução documental, além de intensificar o debate acerca da matéria previdenciária como um todo.

A execução do IGEPREV Itinerante deverá ocorrer ao longo de 2020 com os servidores da SEDUC, após, a ação será expandida aos demais órgãos da Administração Pública Estadual.

9.2.4. Rodas de Conversas

A presente ação consiste na realização de um experimental piloto e um ciclo contínuo de encontros na modalidade Roda de Conversa, tendo como público alvo os servidores Inativos e pensionistas vinculados ao RPPS. Esses encontros objetivam promover qualidade de vida aos segurados. O Primeiro Ciclo foi bem sucedido, já estando planejando para 2020, diversos encontros.

9.3. CONSOLIDAÇÃO DA GOVERNANÇA DO RPPS

A DIPRE, visando preservar os direitos de seus Segurados, proteger os interesses do Ente Federativo e aumentar a confiança de seus Investidores, realiza as ações a seguir:

9.3.1. Ações de Auditoria

As ações de Auditoria desenvolvidas têm por finalidade examinar, assessorar, orientar, acompanhar e avaliar os Atos de gestão, identificando as deficiências no âmbito da Diretoria de Previdência – Cadastro, Habilitação e Manutenção dos benefícios previdenciários, e elaborando estratégias para melhorá-los. Tais ações são contínuas e ininterruptas, objetivando desonerar a folha de inativos e pensionistas, bem como restituir ao erário os valores pagos indevidamente.

Tal processo garante o controle de execução das atividades previdenciárias, bem como valoriza a organização, interna e externa, servindo como instrumento estratégico e preventivo da gestão. As ações de auditoria realizadas em 2019 foram:

A) Apuração de Denúncias e Comprovação de Vida, por meio de visita domiciliar aos beneficiários com mais de 70 anos de idade: corresponde às atividades realizadas pelos profissionais da área Psicossocial do IGEPREV, a fim de confirmar a identidade dos segurados acima de 70 anos, atestando que o mesmo está vivo e, na oportunidade, atualizar seus dados cadastrais; verificar o recebimento do benefício por familiares, após o falecimento do servidor Inativo ou Pensionista, e caso ocorra à perda da qualidade de dependente previdenciário, nos termos da LC nº 039/2002.

Esta ação objetiva minimizar as ocorrências de fraudes contra a previdência, aprimorar e atualizar os cadastros de Inativos e Pensionistas, bem como reduzir os pagamentos indevidos. Ao longo de 2019 foram realizadas 1.057 (mil e cinquenta e sete) provas de vida, cujos resultados foram repassados ao setor da Folha de pagamento para realização das manutenções devidas.

B) Auditoria na folha de pagamento e no banco de dados dos segurados e beneficiários de pensão por morte, com o intuito de evitar que beneficiários sejam contemplados com o pagamento de benefício previdenciário acima do teto remuneratório constitucional; que pensionistas (filhos, enteados, netos, menores tutelados e menores sob a guarda), civis e militares, sejam contemplados com o pagamento de benefício previdenciário após a maioridade; que beneficiários de aposentadorias civis e pensionistas, civis e militares, sejam contemplados com o pagamento de benefício previdenciário após o óbito.

9.3.2. Devolução de Valores

Nos casos de demora da comunicação do óbito, não é possível cessar o pagamento do Inativo imediatamente após seu falecimento, o que ocasiona o pagamento indevido de benefícios. Nesses casos, a Coordenadoria de Concessão de Benefícios – CCOB efetua o cálculo dos valores pagos indevidamente, no período entre o óbito e a suspensão do benefício, e realiza a Compensação dos valores nos casos em que do falecimento do ex-servidor resultar em Pensão previdenciária.

Quando se verifica que o saldo do retroativo de Pensão é insuficiente, ou mesmo, quando o ex-segurado não deixou dependentes, desde setembro de 2017, o IGEPREV, após estudo capitaneado pela DIPRE, viabiliza por meio de procedimentos adotados no âmbito da CCOB e Procuradoria Jurídica – PROJUR, a devolução dos

valores pagos indevidamente após o óbito, preservando o Fundo Previdenciário Estadual e minimizando seus prejuízos.

A seguir, apresentamos o desempenho dos setores que integram a Diretoria de Previdência.

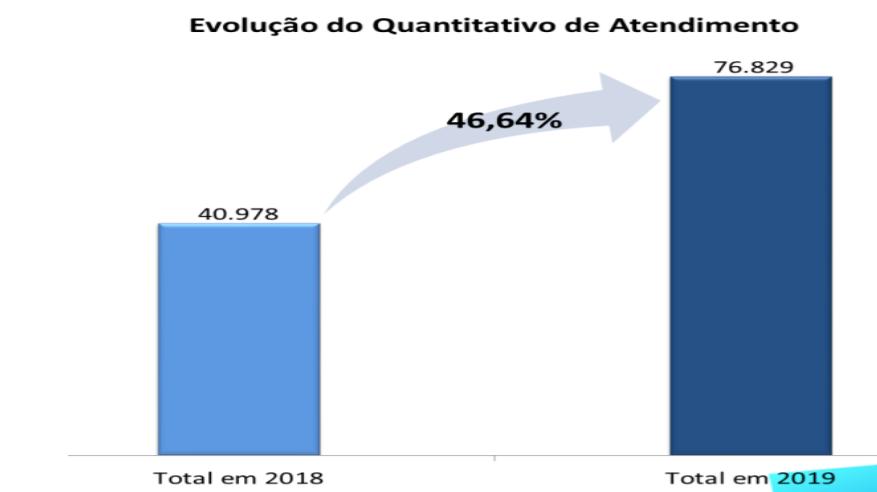
9.4. CENTRAL DE ATENDIMENTO – CATEN

A Central de Atendimento – CATEN está incumbida de recepcionar e atender os beneficiários e usuários do IGEPREV. Neste setor, os interessados podem protocolizar seus requerimentos, bem como obter informações relevantes acerca do andamento de seus processos; solicitar emissão de contracheques; declarações e outros serviços. Em 2019, foram realizadas algumas modificações na estrutura da CATEN, buscando maior eficácia.

A CATEN possui 10 (dez) guichês de atendimento, ocupados por servidores efetivos do Instituto, atendentes terceirizados, equipamento de totens para autoatendimento e Espaço Digital, voltado à inclusão e capacitação de nossos segurados e seus dependentes, quando da utilização de serviços disponibilizados via “online”. O atendimento, também é realizado nas Estações Cidadanias do Guamá, Shopping Grão Pará, Shopping Pátio Belém e Shopping Metrópole Ananindeua.

Observou-se, em 2019, um aumento de, aproximadamente, 40% (quarenta porcento) no total de atendimento realizado pela CATEN, nos postos da Estação Cidadania e no Núcleo Regional de Castanhal.

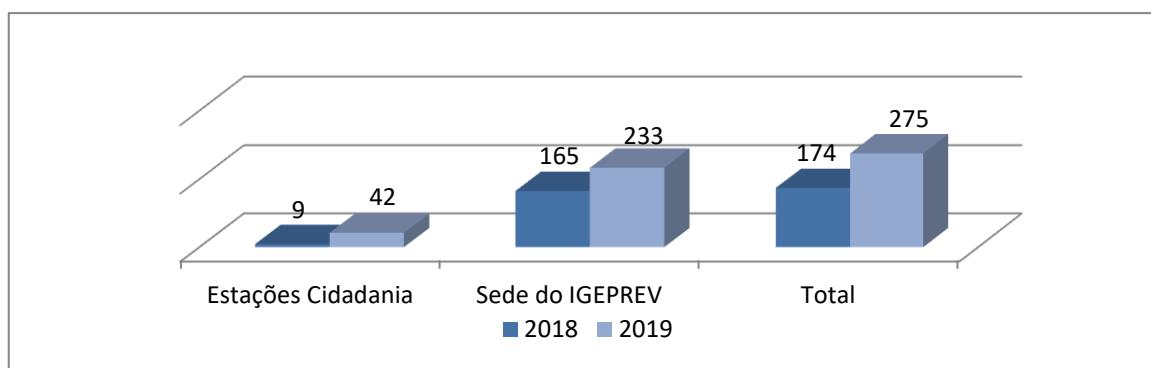
Gráfico 12: Atendimentos realizados – Período dez/2018-dez/2019



A quantidade de atendimento na CATEN variou entre 200 (duzentos) a 300 (trezentos) usuários ao dia. As Estações Cidadania atendem cerca de 50 (cinquenta) usuários ao dia.

Em 2019, os postos da Estação Cidadania realizaram 10.074 (dez mil e setenta e quatro) atendimentos. Neste sentido, observou-se efetivo aumento dos atendimentos realizados nesses locais, tendo sido disponibilizado serviços de atualização cadastral, consultas ao andamento de processos, emissão de documentos e esclarecimentos aos segurados e ao público acerca dos serviços do IGEPREV.

Gráfico 13: Comparativo da média de atendimento diário na CATEN e postos da Estação Cidadania - Período dez/2018-dez/2019



Fonte: DIPRE/CATEN

As Estações do Shopping Pátio Belém e do Shopping Metrópole Ananindeua, foram inauguradas em julho e setembro de 2018, respectivamente, fato que contribuiu, significativamente, para o aumento de quase 79% (setenta e nove porcento) no atendimento descentralizado, durante o ano de 2019, demonstrando o quanto cada Posto de Atendimento pode contribuir para ampliação e o alcance dos serviços disponibilizados pelo IGEPREV.

O incremento demonstrado no quantitativo de atendimentos realizados pelo IGEPREV, em grande parte, é reflexo da adoção da emissão de 100% (cem porcento) digital dos contracheques, o que demandou um atendimento diferenciado aos Usuários, a fim de auxiliá-los em seus cadastros e acessos ao portal do Instituto, tendo em vista a especificidade do público, em relação ao manuseio de equipamentos eletrônicos e impressão dos documentos.

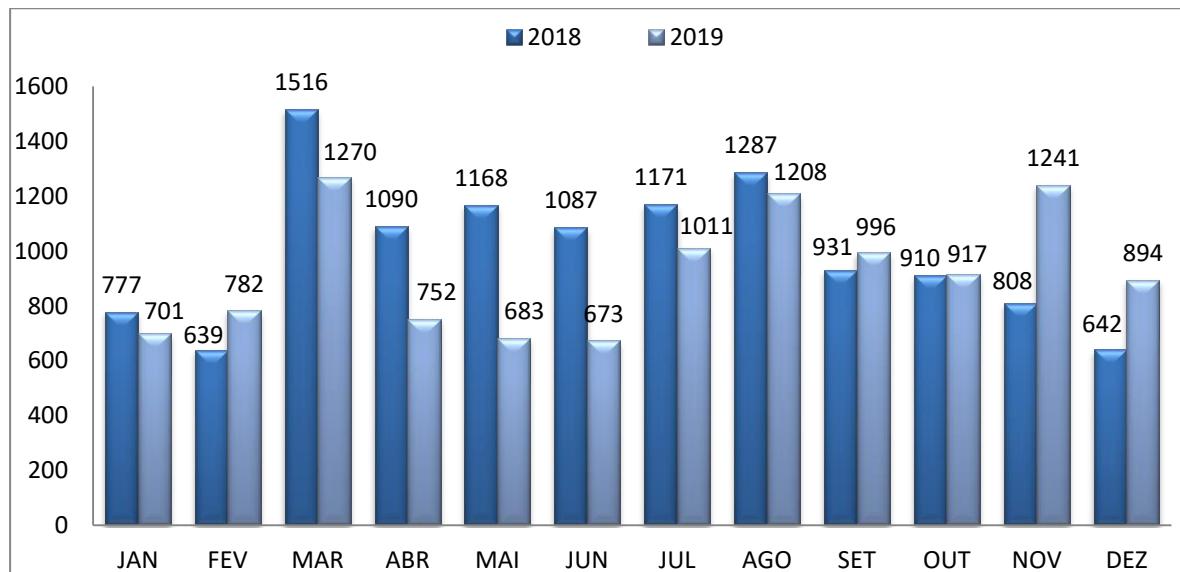
Destaca-se que, em abril/2019, foi cancelado o envio do contracheque pelos correios, ocasionando o aumento na emissão da segunda via do contracheque, pelos segurados, representando cerca de 43% (quarenta e três porcento) dos atendimentos

realizados pela CATEN, estimulando maior empenho do setor para orientar aos Segurados à realização do cadastro no site, e aprendam e passem a emitir seus contracheques, por conta própria, sem precisar se deslocar ao Instituto ou para as Estações Cidadania.

9.5. NÚCLEO REGIONAL DE CASTANHAL

O Núcleo Regional para atendimento no município de Castanhal está localizado na sede do Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Pará-IASEP, funcionando no horário de 08h às 13h, prestando os mesmos serviços da CATEN. Ressalta-se que o funcionamento do Núcleo é necessário e imprescindível para que o segurado não tenha que se deslocar até Belém, a fim de obter informações pertinentes ao seu processo, podendo resolver e dirimir quaisquer dúvidas no seu próprio domicílio.

Gráfico 14: Atendimentos realizados no Núcleo Regional de Castanhal – jan a dez/2019

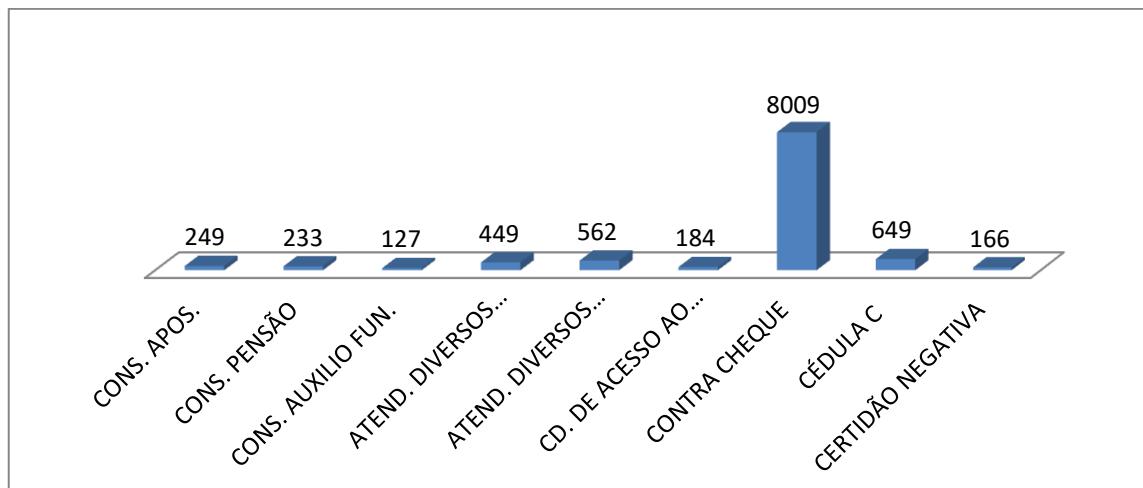


Fonte: DIPRE/NRC

Dentre os principais atendimentos realizados no ano de 2019, destacamos a emissão de Contracheques e Cédulas “C”, em razão da descontinuidade da entrega, via Correios. Outros serviços bastante procurados pelos segurados são as consultas de processos de Aposentadoria e Pensão, Auxílio Funeral, emissão de Certidões Negativas e atendimentos diversos. Destacamos também, o atendimento para cadastro de *login* e senha de acesso ao autoatendimento, disponibilizado através do portal. Ao longo de 2019 (até 12/12/2019) foram realizados 10.634 (dez mil, seiscentos e trinta e

quatro), atendimentos, distribuídos em diversos serviços disponibilizados por esta Autarquia. conforme demonstrativo gráfico abaixo;

Gráfico 15: Assuntos mais procurados para atendimento no Núcleo Regional de Castanhal – jan a dez/2019

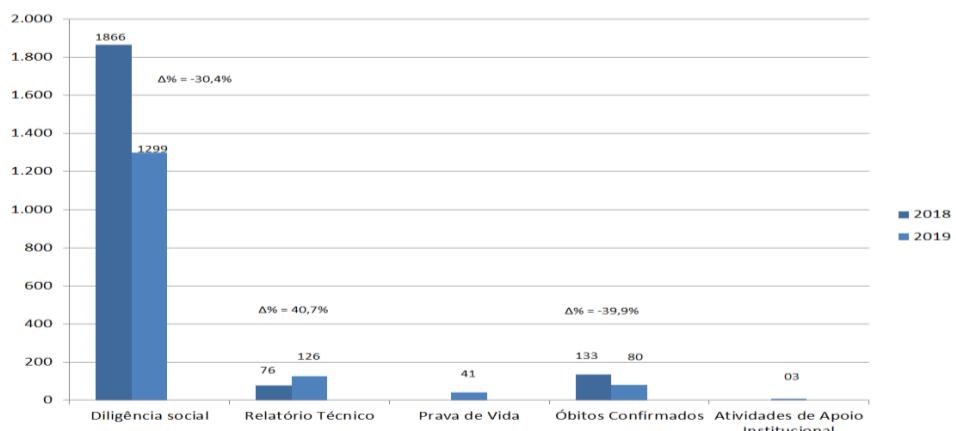


Fonte: DIPRE/NRC

9.6. NÚCLEO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - NAPS

O Núcleo de Atenção Psicossocial, subordinado diretamente à Diretoria de Previdência, possui atuações específicas no IGEPREV, executando serviços relacionados à realização de Perícias Psicossociais, bem como recebimento e apuração de denúncias e prova de vida, além de fornecer apoio institucional às diversas atividades realizadas pelo Instituto, especialmente os projetos voltados ao acolhimento dos nossos Inativos e Pensionistas.

Gráfico 16: Atendimentos realizados pelo SPS – anos 2018 e 2019



Fonte: DIPRE/SPS

Na comparação dos dados entre os anos de 2018 e 2019, verificou-se um decréscimo de, aproximadamente, 30% (trinta porcento) nas Diligências Sociais, todo o tipo de deslocamento até uma fonte de informações possível para averiguar as demandas relativas aos processos atendidos por este Núcleo.

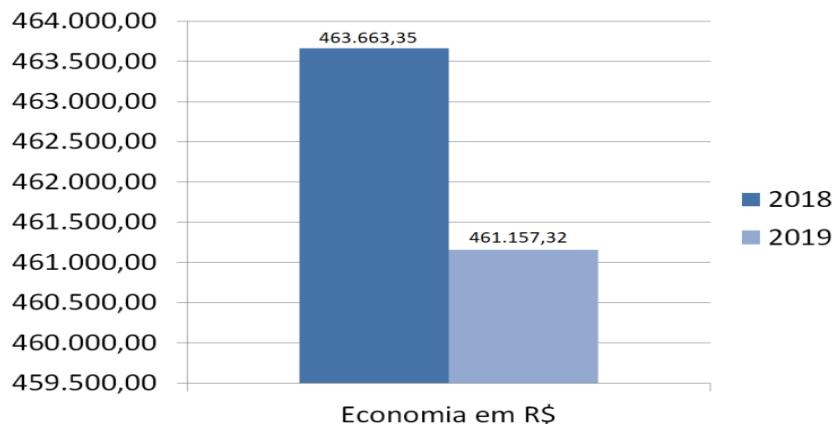
Cumpre destacar que esta variação negativa foi resultado da nova configuração logística de atendimento no ano de 2018, quando as provas de vida, ainda, estavam englobadas no cômputo das diligências sociais, sendo desmembradas destas, após a Reestruturação do IGEPREV, Lei Complementar 8.613, de 03 de abril de 2018.

Não obstante, ocorreu um aumento de, aproximadamente, 40% (quarenta porcento) no número de Relatórios Técnicos produzidos, fato este refletido diretamente na produtividade, devido à chegada de 03 (três) novas servidoras, Técnicas Previdenciárias “B”, no ano de 2019. Esses relatórios compreendem os documentos oficiais resultantes das atividades de Perícia Social, Prova de Vida e Apuração de Denúncias, que dão subsídios para as demais providências, no que diz respeito aos benefícios previdenciários. Destaca-se que as provas de vida configuram o procedimento realizado para verificação dos dados cadastrais, com objetivo de confirmar se o beneficiário permanece com vida, dentre outros critérios.

Em relação aos óbitos confirmados, ocorreu uma variação negativa de 40% (quarenta porcento). A confirmação do óbito, com o consequente cancelamento do benefício, se dá somente com a certidão de óbito. Embora a variação entre os anos de 2018 e 2019 seja negativa, houve uma economia de valores maior 2019, haja vista a suspensão/cancelamentos de 80 (oitenta) benefícios, em decorrência de irregularidades detectadas, ocasionando um ganho de R\$461.157,32 (quatrocentos e sessenta e um mil, cento e cinquenta e sete reais e trinta e dois centavos) ao Instituto.

Esse ganho pode ser compreendido como a soma do valor correspondente ao último benefício recebido pela pessoa, antes da detecção de fraude. No gráfico a seguir, estão demonstrados os valores relativos à economia nos anos de 2018 e 2019.

Gráfico 17: Economia advinda da detecção de fraudes, em reais - Período: 2018 a 2019



Fonte: DIPRE/SPS

A variação verificada acerca desta economia foi de aproximadamente 0,5%, o que significa que houve uma constância nas apurações. Vale destacar que as variáveis para a consolidação desta economia (quantidade confirmada de benefícios em situação de fraude, tipo de benefício, ano/mês do óbito, último valor do benefício, período geados em folha de pagamento, projeção estimada de valores gerados no período) não correspondem a um padrão pré-determinado, podendo sofrer alterações diversas com o decorrer dos anos.

Ainda que possam sofrer alterações não previsíveis, a seguir está demonstrada uma possível projeção desta economia para o ano de 2020, considerando cenário base, onde as condições das variáveis estariam mantidas, um cenário com diferença positiva de 20%, bem como um cenário com diferença negativa de 20%, no que diz respeito às variáveis.

Tabela 13: Projeção estimada de valores gerados para 2020

Estimativa por média (2018-2019)	Projeção estimada de valores gerados para 2020		
Média de denúncias	Valor Médio	Cenário base	R\$ 21.997.541,39
81,50	R\$ 5.989,06	Cenário + 20%	R\$ 26.373.049,67
-	-	Cenário – 20%	R\$ 17.582.033,11

Fonte: DIPRE/NAPS.

O apoio institucional prestado pelo setor se materializou na realização de 02 (duas) Palestras, voltadas ao público de servidores Inativos e Pensionistas; 15 (quinze) capacitações para entrevistadores, além da realização de entrevistas com candidatos ao Processo Seletivo Simplificado, realizado pelo Instituto em 2019.

As visitas *in loco* têm como objetivo esclarecerem eventuais contradições detectadas na análise administrativa ou no processo judicial. Tais demandas provêm de diversos setores deste IGEPREV, originando-se, em sua maioria, da Coordenadoria de Cadastro e Habilitação (CCAH), Coordenadoria de Concessão de Benefícios (CCOB), bem como, não raras vezes, o setor é demandado pela Procuradoria Jurídica – PROJUR para realização de diligências específicas voltadas à verificação da veracidade dos fatos arguidos em ações judiciais.

O Núcleo de Atenção Psicossocial auxilia nas ações de auditoria efetuando visitas domiciliares aos beneficiários inativos com idade superior a 70 (setenta) anos, com o intuito de apurar eventuais óbitos não comunicados a este Instituto, bem como à apuração de denúncias diversas, as quais se referem, em sua maioria, ao óbito de beneficiários e a ocorrência de novas Núpcias ou estabelecimento de nova União Estável em benefícios de Pensão por Morte, fatos que resultam em pagamentos indevidos.

O Setor recebe e apura denúncias sobre possíveis fraudes contra a Previdência Estadual. Grande parte de Denúncias são realizadas de forma anônima e versam sobre os mais variados assuntos, como por exemplo: recebimento de benefício por familiares, após falecimento do servidor Inativo ou Pensionista; perda da qualidade de dependente previdenciário, nos temos da LC nº 039/2002.

Além da prova de vida em visitas, também é apurada a ocorrência de novas núpcias/união estável e pesquisas aos beneficiários com CPF cancelado por falecimento, evitando assim inspeção desnecessária.

9.7. GERÊNCIA DE REGISTRO E CERTIDÕES – GRC

A Gerência de Registro e Certidões, setor diretamente subordinado à Diretoria de Previdência, compete à emissão de Certidão de Tempo de Contribuição, Histórico das Contribuições Previdenciárias e Relação das Contribuições, para fins de regularização funcional. Dentre suas principais atribuições, destaca-se a realização de

pesquisa de registro de Contribuições Previdenciárias e a elaboração de documentos inerentes a tais assentamentos.

Os Históricos das Contribuições Previdenciárias devem instruir os processos de Aposentadoria, Pensão por Morte, Abono Permanência e Declaração de Tempo utilizado na Aposentadoria. As Certidões de Tempo de Contribuição e as Declarações de Tempo de Contribuição são emitidas via requerimentos de Ex-servidores que contribuíram para o Regime Próprio de Previdência deste Estado, a fim de que o tempo de contribuição seja Averbado em outro Regime de Previdência.

Tabela 14: Produção do GRC Período dez/2018-dez/2019

SERVIÇOS – GRC	ESTOQUE DEZ/2018	PRODUÇÃO 2018	ESTOQUE DEZ/2019	PRODUÇÃO 2019
Aposentadoria	2824	2180	1898	2477
Abono de Permanência	462	150	82	239
Declaração de Tempo Utilizado	43	10	61	21
Pensão	53	332	6	181
Outros (prestação de informações)	0	2	20	19
Certidão de Tempo de Contribuição	1059	318	1332	966
Regularização Funcional	115	63	25	156
Declaração de Tempo de Contribuição	3	1	5	0
TOTAL	4559	3056	3429	4059

Fonte: DIPRE/GRC

Observou-se, em 2019, um aumento de, aproximadamente, 33% (trinta e três porcento) na produção de Certidões de Tempo de Serviço – CTC, bem como a redução de seu estoque em 25% (vinte e cinco porcento) em comparação ao ano anterior. Obteve-se esse incremento com a automatização do Sistema E-prev, para emissão dos Históricos de Contribuição Previdenciária, permitindo uma maior celeridade no atendimento às demandas. Neste sentido, reduziu-se, também, face à publicação da Lei de Desburocratização, às exigências documentais na Instrução Processual, além de realizar treinamentos específicos aos atendentes da CATEN, com o intuito de dirimirem-se as dúvidas quanto à documentação exigida para compor os requerimentos de CTC. Em 2020, as ações implantadas terão como objetivo:

- Maior celeridade à emissão de Históricos de Contribuições Previdenciárias para aposentadorias, pensões e abonos de permanências;

- Consolidar a implantação da CTC eletrônica por meio do EPREV com o fim de promover a digitalização desse serviço, em consonância com a implantação do Processo Previdenciário Digital (PPD) no IGEPREV.

9.8. COORDENADORIA DE CADASTRO E HABILITAÇÃO – CCAH

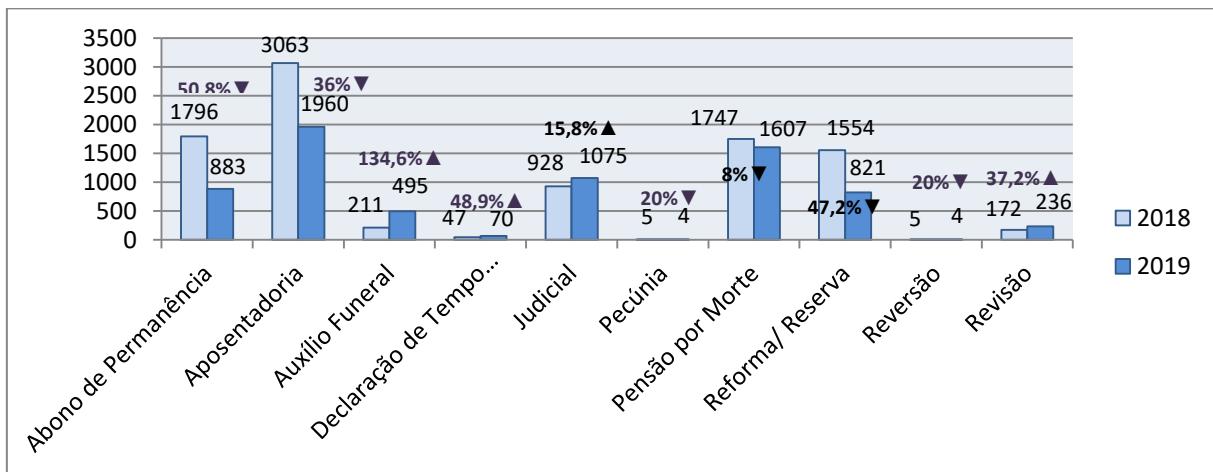
À Coordenadoria de Cadastro e Habilitação, diretamente subordinada à Diretoria de Previdência, compete Coordenar, Supervisionar, Controlar e Avaliar as atividades de Cadastro e habilitação de beneficiários do Regime Próprio de Previdência dos servidores do Estado do Pará.

Dentre suas principais atribuições, podemos destacar a análise dos pedidos de Concessão e Revisão dos pedidos de Aposentadoria, Reserva Remunerada, Reforma, Pensão por Morte e Reversão ao Serviço Ativo. Na prática, também são analisados por essa Coordenadoria os pedidos de Abono de Permanência e Auxílio Funeral.

9.8.1. Processos analisados

A conclusão da análise dos requerimentos previdenciários está intimamente relacionada à correta instrução processual. Destarte, a evolução dos números de processos analisados no setor sofre a influência da instrução processual realizada pelos órgãos/interessados, além do quantitativo de técnicos contratados para realização do serviço na CCAH. No ano de 2019 foram analisados 7.155 (sete mil, cento e cinquenta e cinco) processos por este setor, conforme demonstram os dados a seguir:

Gráfico 18: Comparativo do quantitativo de processos analisados Período anos de 2018 a 2019

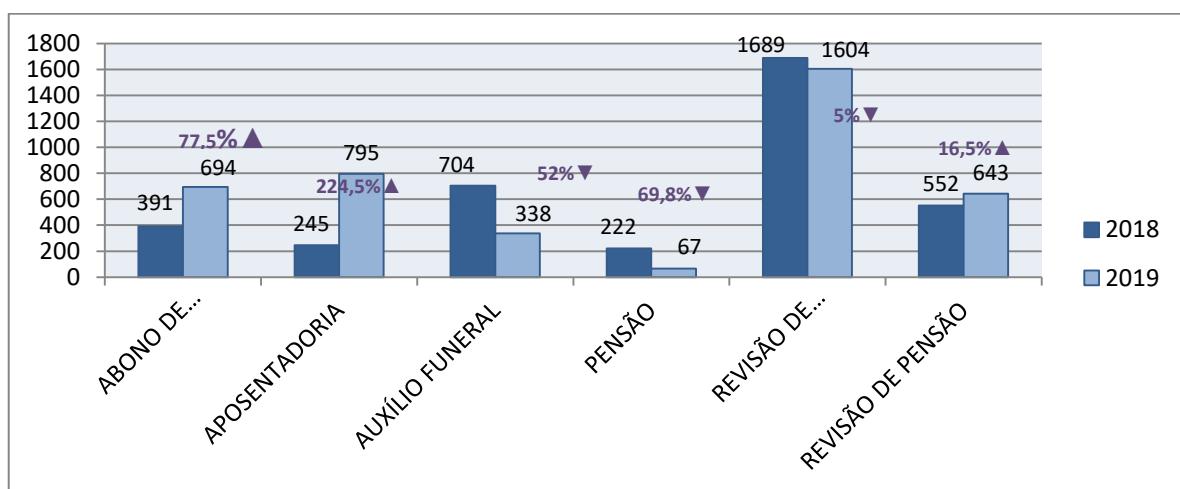


Fonte: CCAH/IGEPREV

Da avaliação dos dados acerca do quantitativo de processos previdenciários analisados, podemos observar que ocorreu uma redução na produção técnica no ano de 2019. Tal fato se deu em razão de:

- Diminuição da equipe técnica especializada com a finalização dos contratos de trabalho;
- Aumento significativo das demandas judiciais no ano de 2019, ocasionando o deslocamento de mais técnicos para atender a todos os cumprimentos de decisões judiciais;
- Posse de novos Servidores Efetivos, o que demandou tempo para adaptação e capacitação, a qual foi realizada pelos próprios gestores de cada setor, resultando no acúmulo de trabalho de revisão/ratificação das análises técnicas (Período de capacitação: 06/05/2019 a 07/06/2019).
- Paralização de concessão de Reforma pelo período de 02 (dois) meses, em virtude da pendência de definição do TCE, acerca da inclusão de parcelas transitórias nos proventos de Reforma, onde o Militar não é capaz de prover os meios de subsistência, o que foi definido em 06.09.2019 com a publicação no DOE nº 33.974 da Resolução nº 19.137 do TCE/PA.

Gráfico 19: Comparativo entre estoques dos principais processos que tramitam pela CCAH – Período dez/2018-dez/2019



Fonte: CCAH/IGEPREV

Verificou-se o aumento em 10% (dez porcento) no estoque de processos no ano de 2019, em comparação com o exercício de 2018, em decorrência de:

- Reforma de Previdência: A intensificação dos debates, bem como o avanço da PEC 06/2019 que ocasionaram um aumento nos pedidos de Aposentadoria e Reserva Remunerada, haja vista o receio dos segurados, no que tange à perda de direitos;
- Redução da produção técnica pelas razões já expostas no item anterior;
- Retorno de muitos processos despachados e indeferidos em 2018, após a devida regularização da Instrução Processual para reanálise;
- Aumento de servidores ativos que implementam os requisitos para requerer aposentadoria voluntária em cada exercício, sendo este em uma média de 2.500 (dois mil e quinhentos) ao ano.

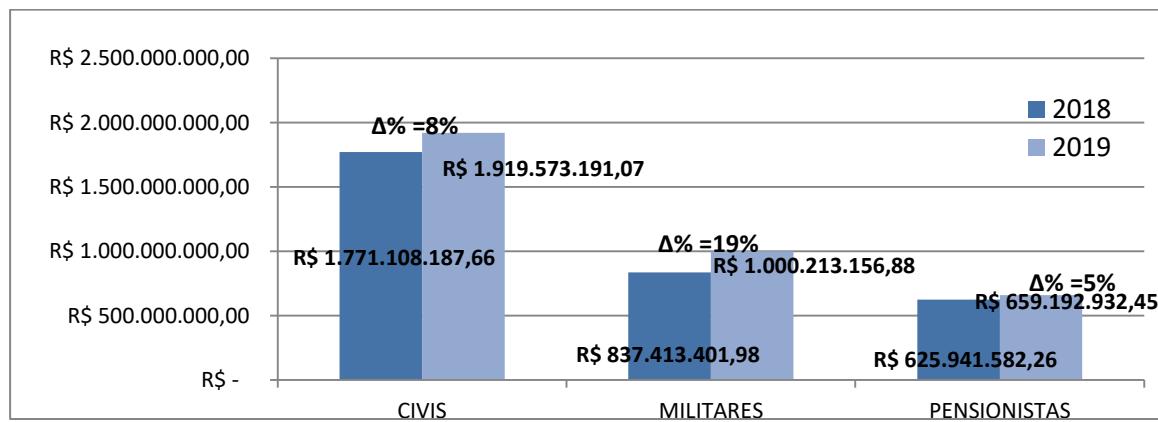
9.9. COORDENADORIA DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS – CCOB

De acordo com os relatórios atualizados gerados pelo sistema E-Prev, esta Coordenadoria gera a folha de pagamento de 47.660 beneficiários, entre Inativos (civis e militares) e Pensionistas. Para tanto, as folhas relativas às competências de 01/2019 a 12/2019, totalizaram em R\$ 3.295.359.755,06 (três bilhões, duzentos e noventa e cinco milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e seis centavos) de Recursos públicos.

Conforme estabelece o Título III do Regulamento Geral, do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Pará, são atribuições desta Coordenadoria a análise dos processos relativos a: isenção de imposto de renda; pensão alimentícia; salário-família; liberação de crédito; regularização cadastral; pagamento de valores retroativos; retificação de DIRF/Cédula “C”; habilitação, suspensão e cancelamento de consignatário; suspensão, cancelamento e reativação de benefícios previdenciários; histórico financeiro e cumprimento de decisões judiciais

Em que pese o número de concessões ter diminuído em 2019, pelos motivos já expostos anteriormente (CCAH), verificou-se no mesmo ano um aumento de 10,65%, em relação a 2018, no valor da folha de Inativos e pensionistas. Esse aumento, tem como razões principais o cumprimento de Decisões Judiciais, a implementação de parcela do Piso Nacional do Magistério e a atualização dos proventos da Polícia Civil (Delegados) por cumprimento de Lei específica.

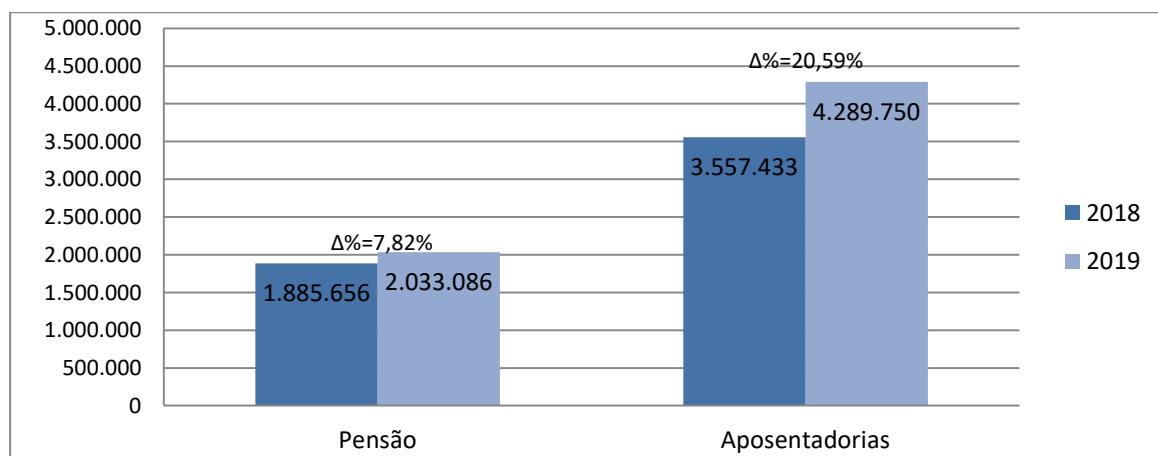
Gráfico 20: Evolução comparativa da folha de pagamento. Período dez/2018-dez/2019



Fonte: Sistema de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – E- Prev. Dezembro de 2018 e dezembro de 2019.

Em 2019, houve um aumento de 16,16% nos cancelamentos de benefícios previdenciários, em relação a 2018. Essa diferença ocorreu em razão dos benefícios suspensos, por falta de recadastramento no censo de 2012, que foram cancelados a partir de janeiro de 2019, assim como a maior eficiência na análise dos registros de óbitos, no SISOB e em outras fontes.

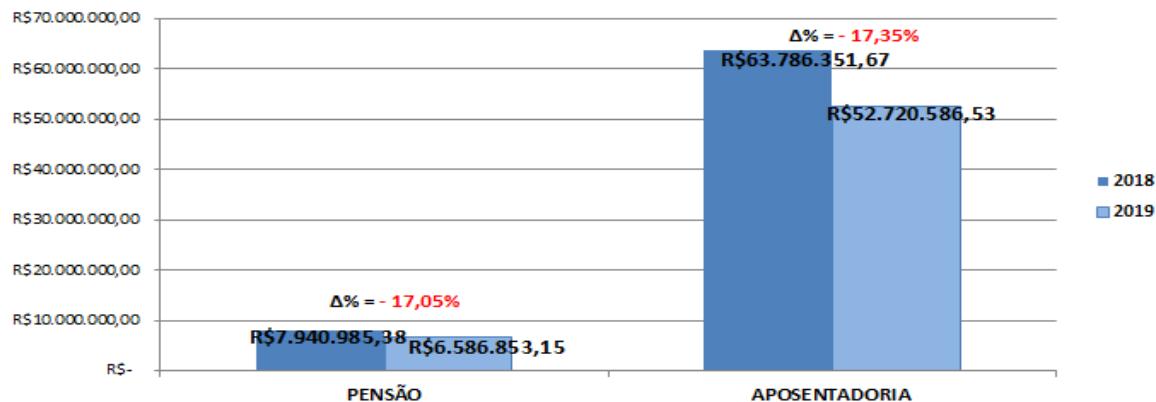
Gráfico 21: Economia com os cancelamentos de pensões e aposentadorias. Período dez/2018-dez/2019.



Fonte: Sistema de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – E- Prev. Dezembro de 2018 e dezembro de 2019.

Em agosto de 2018, o sistema E-prev foi parametrizado para a aplicação automática do Teto constitucional, de R\$ 30.385,30. Em janeiro de 2019, por decisão do Supremo Tribunal Federal, esses valores foram reajustados com base no Teto do Poder Judiciário (R\$ 35.462,22), propiciando que alguns benefícios não mais alcançassem o referido limite.

Gráfico 22: Economia com a aplicação do redutor constitucional. Período dez/2018-dez/2019



Fonte: Sistema de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – E- Prev. Dezembro de 2018 e dezembro de 2019.

Salienta-se que, em fevereiro de 2019, os procedimentos de citação e prazos recursais envolvendo os benefícios de Pensão por Morte, atingidos pelo Redutor Constitucional foram concluídos, assegurando, a aplicação do teto remuneratório do serviço público, a todos os Inativos e Pensionistas que recebiam proventos superiores ao Limite Constitucional.

Para 2020, destacam-se as seguintes perspectivas de aprimoramentos:

- Aperfeiçoamento no E-prev do cálculo de retroativos;
- Implantação e operacionalização do sistema E-Prev em todos os setores do Instituto;
- Efetiva implementação da folha de pagamento dos inativos da ALEPA;
- Demonstrativo, em forma de relatório, do cálculo de retroativo automático no sistema E-Prev, para a definitiva substituição das planilhas manuais;
- Revisão e atualização do Regulamento Geral do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Pará;
- Elaboração de normas e procedimentos, a fim de uniformizar entendimentos no âmbito da Diretoria de Previdência.

9.10. GERÊNCIA DE DILIGÊNCIAS – GDIL

A Gerência de Diligência, diretamente subordinada à Diretoria de Previdência, compete o acompanhamento dos expedientes encaminhados pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará - TCE/PA, em relação aos benefícios previdenciários de Aposentadoria, Reforma e Pensão por Morte dos Segurados vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social estadual.

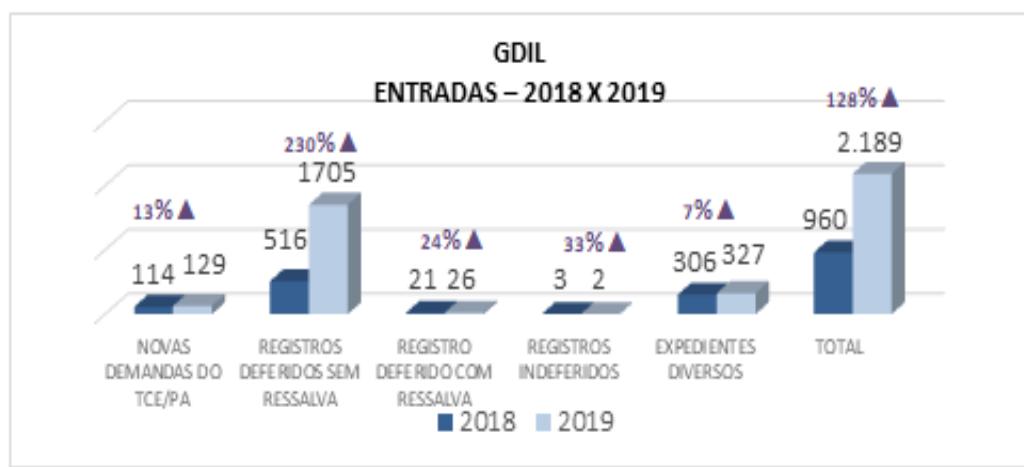
Dentre as suas principais atribuições, destaca-se a análise e o atendimento às solicitações da Corte de Contas, mediante manifestação e adoção das providências devidas, com justificativa em caso de impedimento ou divergência de entendimento quanto à observância às determinações e recomendações do TCE/PA.

Tem como objetivos essenciais a redução das incorreções jurídicas e documentais; o aperfeiçoamento e o desenvolvimento de medidas preventivas e corretivas; a uniformização de posicionamentos entre o IGEPPREV e o TCE/PA; e a celeridade ao registro dos atos de concessão e revisão dos benefícios.

Em relação ao quantitativo de benefícios registrados e demandas atendidas, após detida análise, foi constatado que a grande maioria dos expedientes direcionados à GDIL são referentes a Portarias de Concessão e/ou Revisão de Benefícios Previdenciários registrados sem ressalva, 1.705 de um total de 2.189, o que demonstra a conformidade de entendimentos entre o IGEPPREV e a Corte de Contas, essencial, para que os Atos Administrativos, expedidos pelo Instituto, estejam revestidos de legalidade e não venham a ser questionados futuramente.

Também, pode-se verificar os poucos casos de indeferimento de registro de benefício (somente dois casos), sendo um por motivo de fraude ao Regime Geral de Previdência Social, e o outro por ausência de documento pessoal de Segurado, sem manifestação após comunicação válida.

Gráfico 23: Demonstrativo de novos expedientes recebidos. Período dez/2018-dez/2019



Fonte: GDIL/IGEPREV

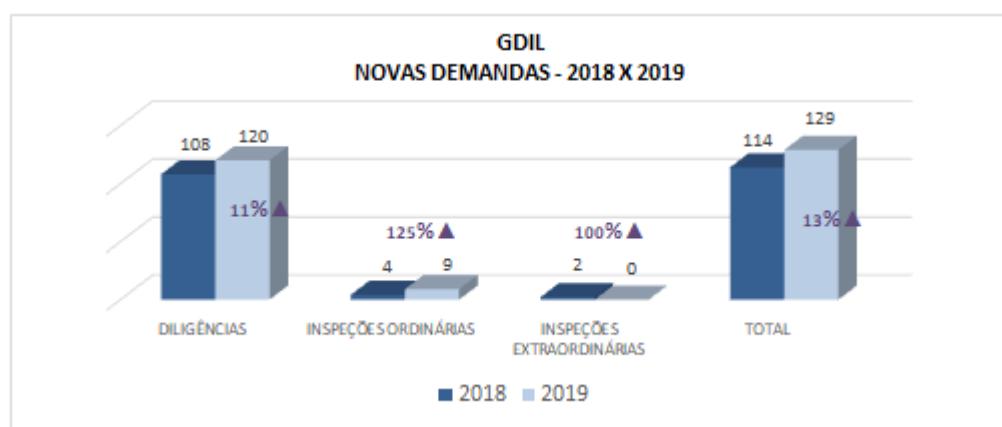
Outro ponto a ser observado é que, no ano de 2019, as novas demandas do TCE/PA (Diligências e Inspeções Ordinárias), foram atendidas em sua maioria, o que não significa necessariamente que foram cumpridas, porém manifestadas consoante o

posicionamento Técnico/Jurídico do Instituto, encontrando-se atualmente na situação de “aguardando julgamento do TCE”,

Ademais, cabe destacar que as referidas demandas do corrente ano se referiam, na maior parte, a benefícios concedidos entre os anos de 2008 a 2015, o que demonstra uma visível melhora na qualidade técnica dos trabalhos desenvolvidos pela DIPRE, por meio dos setores CCAH, CCOB e GDIL.

No ano de 2019, também foram intensificadas as relações institucionais entre a Corte de Contas e esta Autarquia, por meio de reuniões técnicas, principalmente em relação ao desenvolvimento de Sistemas para análise de Registros de Atos, objetivando maior celeridade processual, troca de informações e cooperação técnica para o constante aprimoramento da Gestão Pública.

Gráfico 24: Demonstrativo de novas demandas recebidas. Período dez/2018-dez/2019



Fonte: GDIL/IGEPREV

A GDIL tem como principais metas para o ano de 2020:

- Conclusão da análise do estoque do setor, em harmonia com a análise das novas demandas (previsão para término em março/2020);
- Digitalização do arquivo definitivo da GDIL;
- Redefinição do setor como Gerência de Conformidade de Benefícios Previdenciários e de suas competentes atribuições;
- Desenvolvimento e efetivação de procedimentos para reduzir o tempo de conclusão das demandas (digitalização das novas concessões pela CCAH; AR eletrônico; aperfeiçoamento do PAE; implantação do PPD);
- Integração entre os sistemas de processo eletrônico do IGEPREV e do TCE/PA.

10. GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA – DAFIN

De acordo com Decreto nº 1.751, de 30 de agosto de 2005, o Regimento Interno do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPPREV, a Diretoria de Administração e Finanças tem como finalidade programar, coordenar, supervisionar e avaliar as atividades e os procedimentos de gestão de pessoal, recursos logísticos, patrimônio, finanças, orçamento e a contabilidade do IGEPPREV, tendo ainda, a responsabilidade de controlar e fiscalizar a utilização dos recursos financeiros da Taxa de Administração, que viabilizam as despesas de custeio do Instituto.

10.1. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

O Marco Legal da taxa de Administração é a Lei Complementar nº 039, de 9 de janeiro de 2002, Artigo 74, inciso IV.

IV - a utilização de recursos do Fundo para custeio de despesas administrativas acima de, 2% (dois por cento), do valor total das despesas com remuneração, proventos e pensões dos segurados vinculados ao regime instituído por esta Lei Complementar, relativamente ao exercício financeiro anterior. (NR LC51/2006)

Entretanto, somente a partir do Decreto nº 2.022, de 04 de dezembro de 2009 foi regulamentado o art. 74, inciso IV, da Lei Complementar nº 039, de 9 de janeiro de 2002. A partir de março de 2010, o Instituto passou a custear suas despesas administrativas com os recursos da Taxa de Administração, 0261 - Recursos Próprios, desonerando os cofres do Tesouro Estadual. Tal marco financeiro-contábil trouxe agilidade aos gastos necessários e perspectiva real, não só para implementar uma Previdência com excelência na prestação de serviços à sociedade, mas também por reduzir a dependência de Recursos do Tesouro Estadual.

Quadro 3: Taxa de Administração – 2019

PODER	REMUNERAÇÃO EM 2018	VALOR DA TAXA DE 2019 (2%)
TOTAL	R\$ 11.260.508.468,06	R\$ 225.210.169,36

Fonte: do Poder Executivo: NUTII/SIGIRH/SEAD. Órgãos dos outros Poderes, os dados são extraídos de relatórios recebidos. dos mesmos.

10.2. COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS – COAS

Em 2019, estabeleceu-se a suspensão de envio impresso dos contracheques aos segurados, contribuindo deste modo para a preservação do meio ambiente, bem como reduzindo de despesas pelo Instituto. Assim, no 1º semestre, implantou-se ações de sensibilização junto aos segurados, utilizando informativos disponibilizados no site do Instituto; de orientações presenciais na Central de Atendimento para utilização do Sistema Eprev, para emissão de contra cheque e de cédula “C”.

Essa ação propiciou a economicidade de, aproximadamente, R\$1.000.000,00 (Um Milhão de Reais), principalmente, com a redução de 20% nos Contratos Administrativos de impressão e com o cancelamento do envio de contracheques. Destacamos igualmente os seguintes tópicos:

- 1) Controle e acompanhamento do andamento da execução de Contratos e Convênios além dos demais Serviços vinculados ao IGEPEV:
 - Análise e Revisão de todos os instrumentos em execução;
 - Criação de novos mecanismos de controle e redefinição de atribuições da equipe de colaboradores do setor (COAS e GSA).
- 2) Coordenação e supervisão da execução das atividades relativas à aquisição de materiais de consumo e permanente do IGEPEV e demais atribuições:
 - Criação e Início das atividades da CPL – Comissão permanente de Licitação (DAFIN);
 - Capacitação e interação dos Servidores da CPL e da COAS/GSA;
 - Revisão das atividades do Protocolo (DIPRE) e do Projeto de Digitalização (Arquivo).

De acordo com o Decreto Estadual de nº 01, de 02/01/2019 e as medidas de contenção adotadas, o IGEPEV, redefiniu suas Metas, considerando o percentual de redução de 15% nos valores totais de contrato, exceto quando caracterizarem serviços continuados e de naturezas distintas, fatos que inviabilizam sua redução em consequência garantem à manutenção de postos de trabalho e a eficácia das atividades rotineiras. Conforme o descritivo abaixo (considerando apuração junto a COFIN).

1) Contratos Vigentes:

- Número total de contratos: 61 (sessenta e um). Valor total a ser pago: R\$ 14.786.588,98 (Quatorze milhões, setecentos e oitenta e seis mil, quinhentos e oitenta e oito reais e noventa e oito centavos);
- Com a adoção de Medidas de austeridade para equilíbrio fiscal e financeiro, foi gerada uma economia de R\$ 2.537.656,11 (Dois milhões quinhentos e trinta e sete mil seiscentos e cinquenta e seis reais e onze centavos).

Tabela 15: Contratos renegociados em 2019 e resultados obtidos

Contratos Reduzido com Contraproposta da Contratada					
ITENS	EMPRESA	Valor do Contrato	Valor do Contrato Reduzido (R\$)	Valor Reduzido (R\$)	Reduzido (%)
1	CENTRO INTEGRADO EMPRESA ESCOLA - CIEE	R\$ 21.321,00	18.000,00	3.321,81	15,58
2	CLARO TELEFONIA FIXA	R\$ 60.689,32	45.516,99	15.172,33	25
3	CLARO TELEFONIA MÓVEL	R\$ 68.473,62	51.355,22	17.118,41	25
4	LG - RECEPCIONISTA	R\$ 77.119,80	39.153,72	37.966,08	49,23
5	LG - MENSAGERISTA	R\$ 63.373,68	32.181,15	31.192,53	49,22
6	PIEER	R\$ 235.740,00	212.166,00	23.574,00	10
7	DECOLANDO	R\$ 93.077,15	88.423,29	4.653,86	5
8	CORREIOS	R\$ 1.250.000,00	421.000,00	829.000,00	66,32
9	AVAL	R\$ 289.274,16	263.441,98	25.832,18	8,93
10	FUTTURA	R\$ 712.500,00	679.796,25	32.703,75	4,59
11	PARAMITA	R\$ 82.507,32	77.251,60	5.255,72	6,37
12	ORACLE	R\$ 766.359,20	712.627,12	53.732,08	7,01344
13	TICKET	R\$ 40.187,16	38.177,80	2.009,36	5
14	SILVIA & LEITE	R\$ 10.188,79	10.064,77	124,02	2
15	INTELIT	R\$ 2.660.000,00	2.128.000,00	532.000,00	20
16	ATENTA	R\$ 10.080.000,00	9.156.000,00	924.000,00	10
17	PROJEBEL RECEPÇÃO	R\$ 693.796,27	642.108,45	51.687,82	7,45
18	PROJEBEL MOTORISTAS	R\$ 131.116,44	121.794,06	9.322,38	7,11
19	PROJEBEL PORTARIA	R\$ 108.319,08	105.957,72	2.361,36	2,18
20	TECH LEAD	R\$ 4.626.000,00	4.499.641,67	126.358,33	5
	TOTAL	22.070.042,99	19.342.657,80	2.537.656,11	11,55

Fonte: COAS/IGEPREV

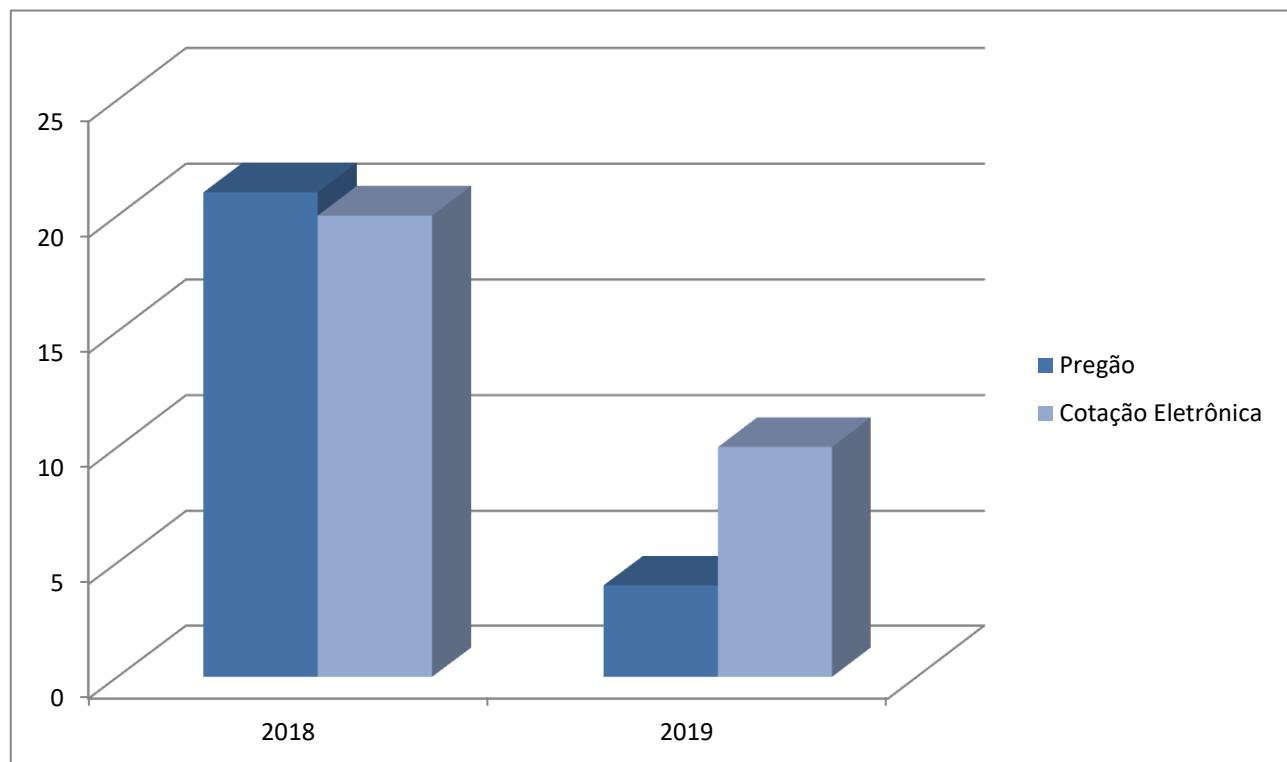
10.3. COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

Foi constituída, em agosto de 2019, a Comissão Permanente de Licitação – CPL, tendo como finalidade realizar e coordenar o procedimento licitatório do Instituto, designando novos servidores para compor a referida comissão. No seu início, os servidores foram capacitados, finalizando na formação de 04 (quatro) novos pregueiros, sendo todos servidores efetivos. Obtiveram, também, acesso aos sistemas eletrônicos de compras, tanto na esfera estadual como na esfera federal.

Ao longo do ano de 2019, foram realizadas 10(dez) cotações eletrônicas e 04 (quatro) pregões eletrônicos, distribuídas nas seguintes classificações de objetos: material de consumo 07(sete), material permanente 01(um), contratação de empresa especializada na prestação de serviço 05 (cinco) e material de expediente 01 (um).

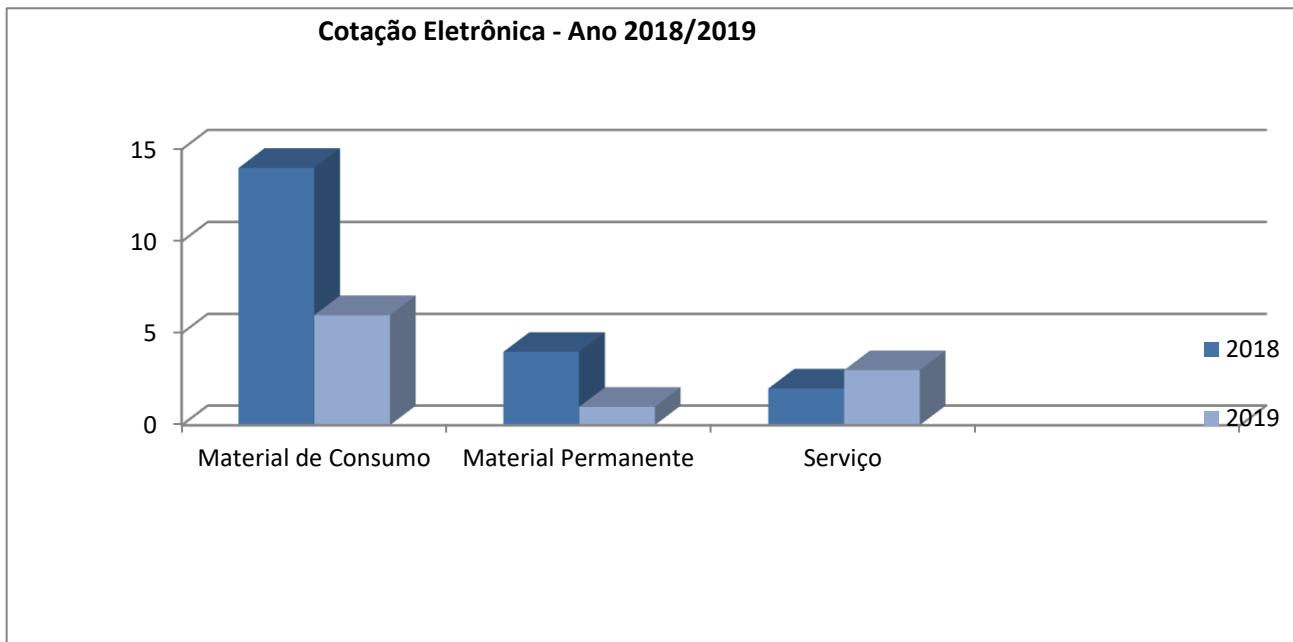
Em 2018, foram realizadas 20 (vinte) cotações eletrônicas e 21 (vinte e um) pregões eletrônicos, sendo 19 (dezenove) para material de consumo, 06 (seis) para material permanente e 16 (dezesseis) para serviços. Comparativamente ao ano de 2019, observa-se que foram reduzidas as licitações, em função da substituição e capacitação da equipe de pregueiro, conforme exposto acima.

Gráfico 25: Pregão e cotação eletrônica – Total 2018 e 2019



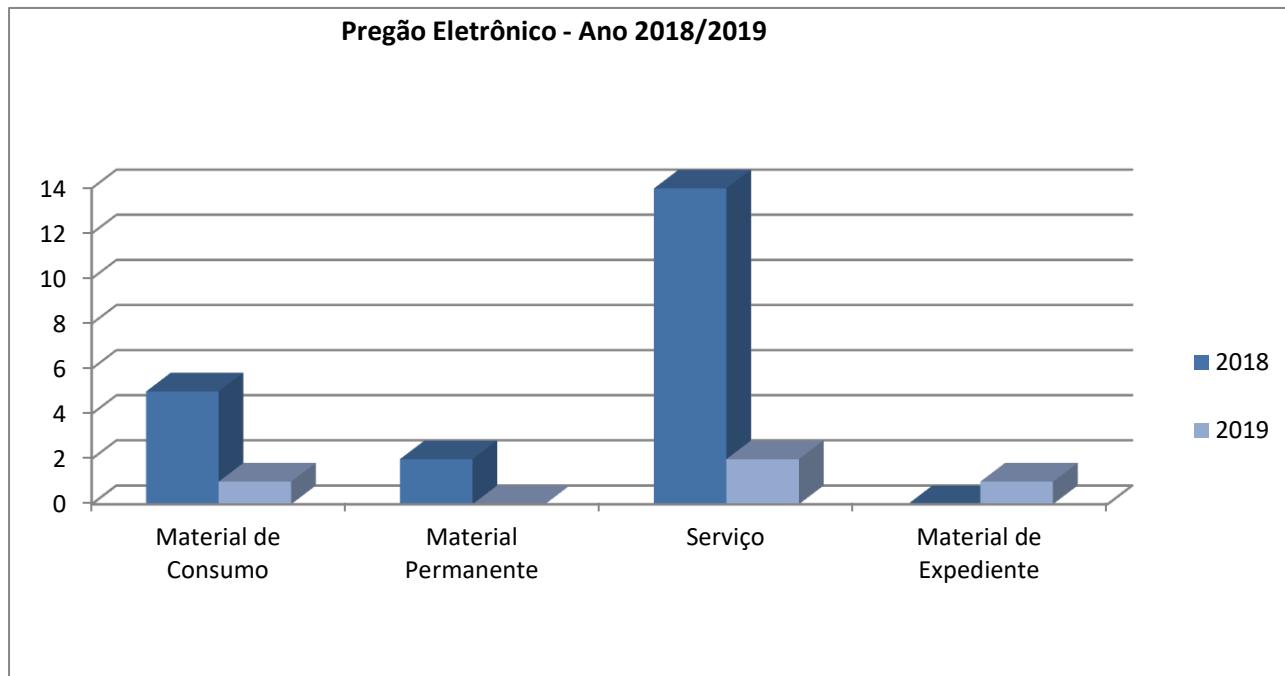
Fonte: ComprasPará/BanparáNet

Gráfico 26: Cotação eletrônica 2018/2019 – Por tipo



Fonte: BanparáNet

Gráfico 27: Pregão Eletrônico 2018/2019 – Por tipo

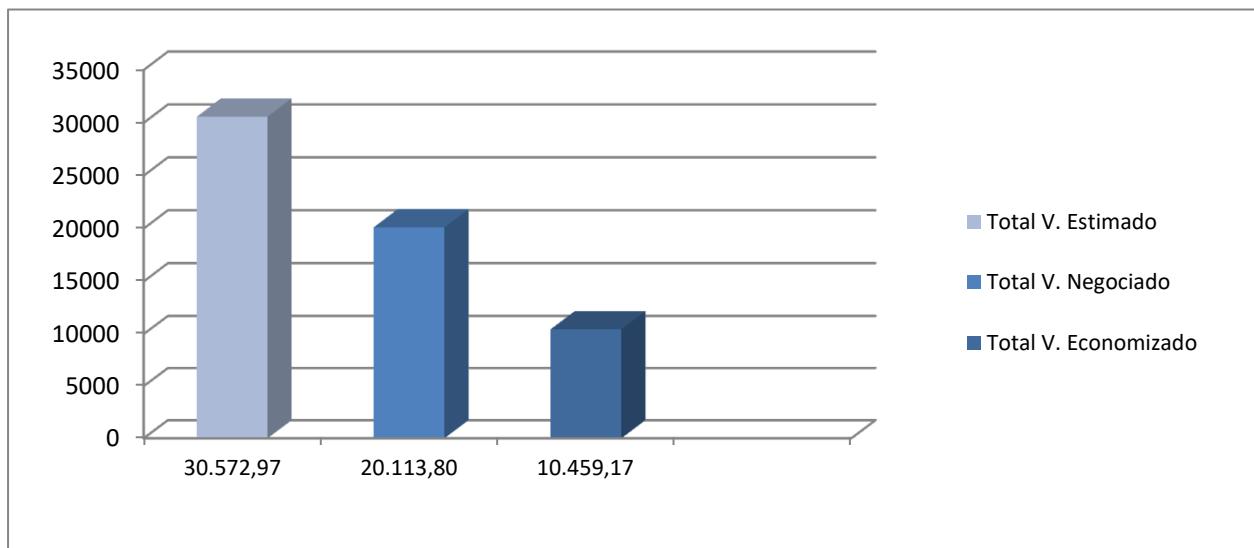


Fonte: ComprasPará

Dentre as dez cotações eletrônicas do ano de 2019, 05 (cinco) foram homologadas, obtendo uma economia total para o Instituto no valor de R\$ 10.459,17 (dez mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e dezessete centavos), entre o valor estimado (R\$ 30.572,97) e o valor negociado (R\$ 20.113,80). Nota-se também, que duas não tiveram seus editais publicados, uma teve desistência do vencedor, a outra

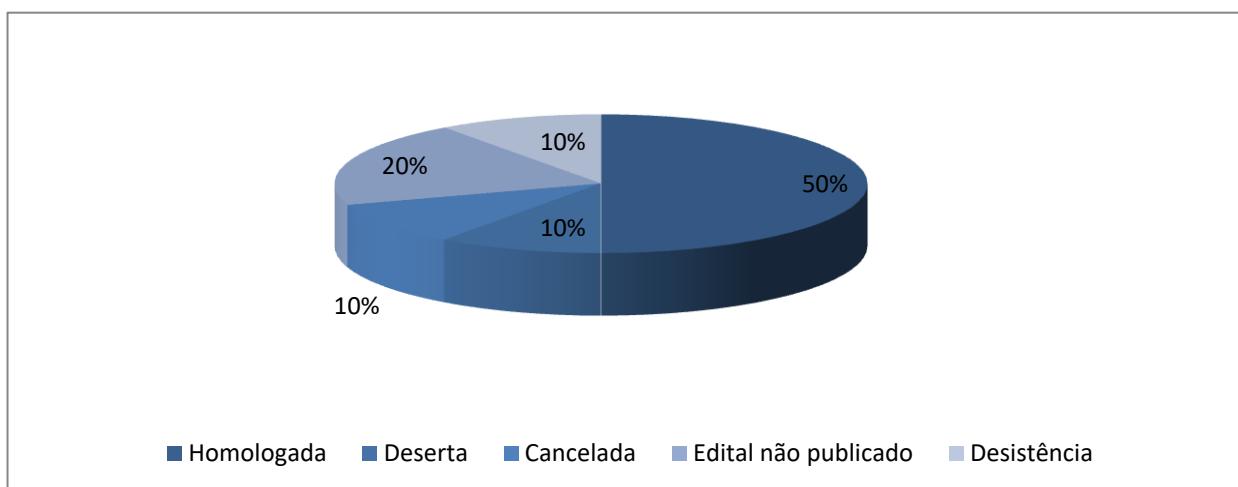
foi cancelada por erro técnico nas especificações do termo de referência e por último teve uma cotação deserta sob alegação dos licitantes de que o preço médio estava abaixo do valor de mercado. Foi elaborado, também, o gráfico em porcentagem para melhor ilustração:

Gráfico 28: Total estimado, negociado e economizado – Cotações Eletrônicas - 2019



Fonte: BanparáNet

Gráfico 29: Tipos de resultados de cotação eletrônica

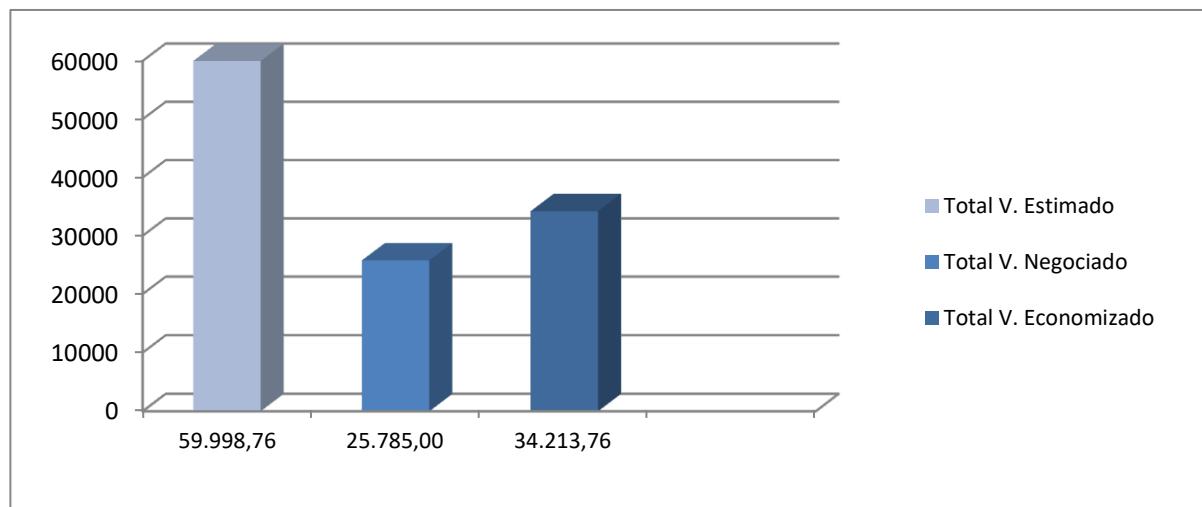


Fonte: BanparáNet

Sobre os quatro (04) pregões eletrônicos, um foi homologado, obtendo uma economia total para o Instituto no valor de R\$ 34.213,76 (trinta e quatro mil, duzentos e treze reais e setenta e seis centavos), entre o valor estimado (R\$ 59.998,76) e o valor negociado (R\$ 25.785,00). Nota-se também, que dois foram revogados (um após a impugnação e outro por oportunidade e conveniência) e um foi deserto em virtude dos

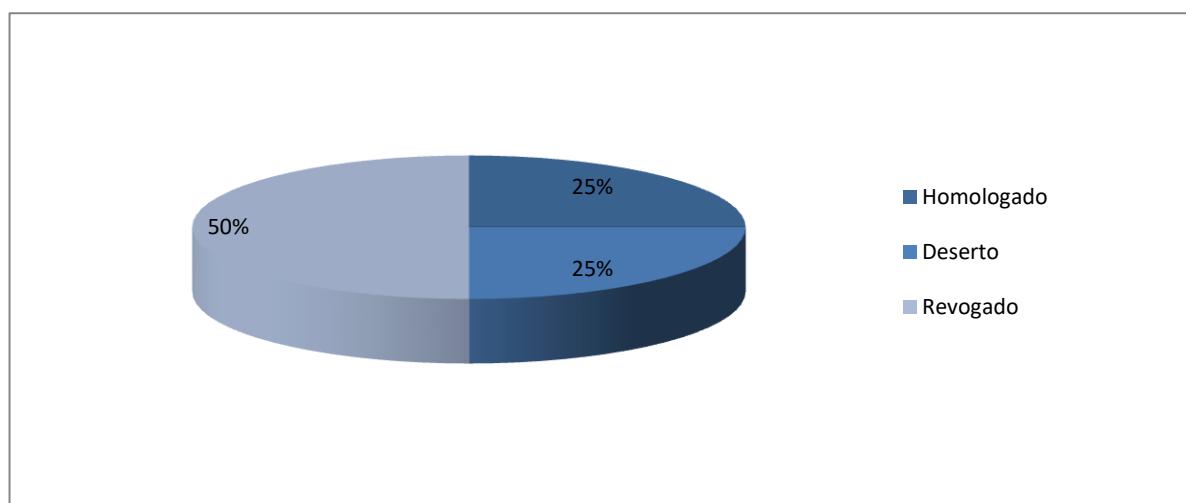
valores ofertados que foram maiores que os valores estimados. Foi elaborado, também, o gráfico em porcentagem para melhor ilustração:

Gráfico 30: Totais em valores estimados, negociado e economizado



Fonte: BanparáNet

Gráfico 31: Resultados do certame de Pregões eletrônicos



Fonte: ComprasPará

10.4. COORDENADORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTIN

No ano de 2019, foram realizadas ações de implantação de novas tecnologias, assim como a continuidade de serviços e sistemas em produção, a saber:

10.4.1. Data Center IGEPREV

Ações realizadas no espaço DATACENTER no período:

- Apresentado o projeto de climatização do DATACENTER que busca a independência do espaço de processamento de dados e informação do sistema de refrigeração do prédio, sendo aprovado pela DAFIN e PRESIDÊNCIA;
- Substituição emergencial de bateria para o grupo UPS que atende este ambiente que fora danificado em incidente causado pela interrupção abrupta de energia ao prédio;
- Substituição dos servidores de alto desempenho para modelo Power System IBM modelo S922;
- Substituição de área de armazenamento unificado para modelo DELL EMC Unity XT visando atender a continua expansão de serviços e sistemas;
- Substituição do switch topo de rack DATACOM DM1200E para DATACOM DM4100, visando a alta disponibilidade do ambiente de internet e rede de dados PRODEPA;
- Substituição do switch topo de rack DATACOM DM1200E para DELL N4032, visando a alta disponibilidade do ambiente dos sistemas críticos do IGEPREV;
- Organização lógica dos racks de ativos, servidores e serviços do IGEPREV, conforme imagens abaixo:

Figura 6: Organização lógica dos racks de ativos, servidores e serviços do IGEPREV





Fonte: NUTI/IGEPREV

10.4.2. Data Center PRODEPA

- Migração do servidor de arquivos do CTIN para o DC Igeprev;
- Migração do BI Oracle para o DC IGEPREV;
- Renovação do Suporte HPE para servidores HPE DL380 G7 SFF CTO Server (12 meses), último ciclo de suporte para o Storage HP6000 EV e Switch SAN HP (12/2020) e unidade de fita HP MSL4048 2 LTO-4 Ultrium 1840 FC;
- Migração de versão do software de recuperação de backup Networker - v.8.1 para v.9.1;
- Renovação do serviço de dados, entre PRODEPA e IGEPREV, com atualização no link para os serviços oferecidos à sede e ao posto de atendimento avançado (Núcleo Regional de Castanhal) em 500 MB e 10 MB, respectivamente.

Figura 7: Data Center PRODEPA



Fonte: NUTI/IGEPREV

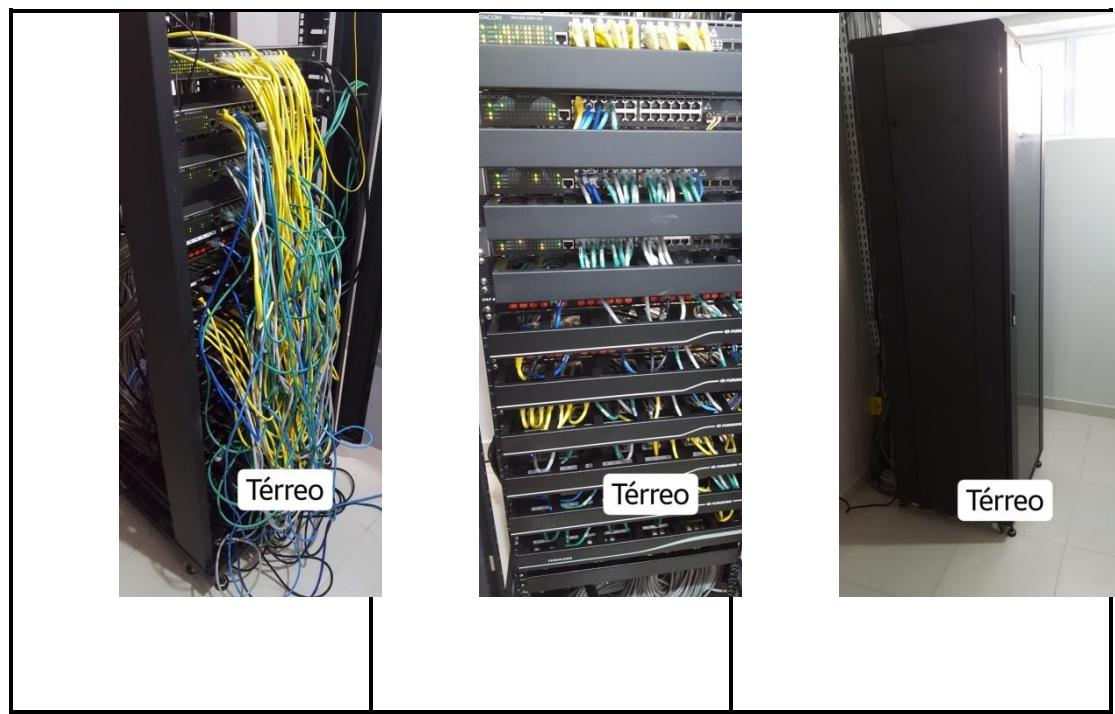
10.4.3. Rede local

- Implantação de VLAN (Rede Local Virtual) com a finalidade de segmentar a rede lógica visando aumentar o controle de acesso e tráfego na rede, melhorando o desempenho e segurança no domínio IGEPREV-PA. Para administração e fácil identificação, as VLANs foram agrupadas de acordo com sua finalidade: SERVIDORES, SEGURANÇA (DMZ), ANDARES e FORNECEDORES;
- Reestruturação lógico-elétrica do GRC (Gerência do Núcleo de Registros e Certidões) para atender expansão do setor;
- Reestruturação da rede sem fio visando o atendimento de todo o corpo técnico do IGEPREV, FORNECEDORES e TERCEIROS.

Substituição de fornecedor de Serviço de Reprografia com implantação de impressoras multifuncionais SAMSUNG M4080FX e policromática SAMSUNG C4062FX.

Organização lógica dos racks das salas técnicas dos andares, conforme imagem abaixo:

Figura 8: Racks das salas técnicas dos andares



Fonte: NUTI/IGEPREV

10.4.4. Serviços

- Atualização do sistema operacional de rede Windows Server;
- Atualização do sistema operacional de rede do servidor de arquivos e reestruturação da política de acesso e restrições aos volumes da rede INSTITUCIONAL;
- Atualização do sistema operacional de rede do servidor de arquivos e reestruturação da política de acesso e restrições aos volumes da rede CTIN;
- Virtualização dos servidores de arquivo e sistemas localizados no PRODEPA e inseridos na rede local IGEPREV;
- Reestruturação da política de acesso dos servidores, fornecedores e do público em geral;
- Renovação de licença de uso da solução de segurança FRONTEND, Kaspersky Lab;
- Virtualização do servidor legado SISPREV – Windows Server 2003 – apenas para consulta na rede local;
- Virtualização do serviço de retificação e transmissão da DIRF, além do repasse de conhecimento da equipe do CCOB;
- Desenvolvimento de procedimento operacional para atendimento e correção do CTIN;
- Documentação do procedimento de suporte de 1º nível do serviço de segurança predial (CÂMERAS) e refrigeração (SAMSUNG);
- Resgate de informações do serviço de biometria (Ponto Digital);
- Documentação de processo operacional da área.

10.4.5. Sistemas

1) E-PREV - Manutenção Contínua do Sistema

O Sistema Informatizado de Gestão Previdenciária – E-prev, consiste em uma ferramenta de trabalho operacional e integrada que provê a gestão de recursos previdenciários, observando-se as peculiaridades do Regime Próprio de Previdência do Estado do Pará.

O E-prev ao longo dos anos vem passando por um processo de evolução, manutenção e correções de seus módulos. Essas manutenções não se limitam apenas

às funcionalidades criadas no sistema, mas também nos processos de trabalho criados ou aperfeiçoadas, alcançando expressivos resultados.

Abaixo seguem as principais funcionalidades criadas ou modificadas em cada módulo:

- ✓ Módulo de Cadastro
- ✓ Parametrização dos documentos de identificação.
- ✓ Módulo Censo
- ✓ Criação do módulo do Censo de acordo com o processo da DIPRE;
- ✓ Biometria e Imagem;
- ✓ Assinatura Digital;
- ✓ Indexação de Documentos;
- ✓ Arrecadação;
- ✓ Integração de Contribuições com a SEPLAD dos municipalizados;
- ✓ Gestão dos recolhimentos e dívidas das Prefeituras;
- ✓ Integração com o Banco do Brasil para débito automático;
- ✓ Integração com o Banpará para emissão das guias (em andamento);
- ✓ Certidão Negativa;
- ✓ Confecção do requerimento;
- ✓ Confecção da CTC;
- ✓ Criação de todo o processo em forma digital (em desenvolvimento);
- ✓ Investimento;
- ✓ Portal de Credenciamento das Financeiras Completo;
- ✓ Gestão dos Relatórios Enviados pelo IGEPREV;
- ✓ Jurídico;
- ✓ Relatórios para cálculo de retroativos com parametrização da folha de pagamento;
- ✓ Folha de Pagamento;
- ✓ Cruzamento do Sistema de Controle de Óbitos - SISOBI com os benefícios do Igeprev;
- ✓ Funcionalidade para adiantamento/parcelamento do décimo terceiro;
- ✓ Agendamento/Agrupamento de importação de consignações;
- ✓ Agendamento automático de exclusão de prévias;
- ✓ Estorno de PA's;
- ✓ Unificação de Dirf entre o Financeiro e Folha de Pagamento;

- ✓ Retificação DIRF;
- ✓ Criação de grupos avançados para processamento;
- ✓ Parametrização e Processamento da folha de inativo da ALEPA.
- ✓ Concessão;
- ✓ Regras da Lei Complementar na Pensão;
- ✓ Reversão de Aposentadoria e suas regras;
- ✓ Exclusão de Benefício da Folha de Pagamento.

2) SISJURI – Sistema Jurídico

Foram feitos diversos aperfeiçoamentos e customizações no sistema para atender as demandas dos técnicos e Procuradores, que atuam na Procuradoria Jurídica do Instituto.

Atualmente, o Sistema encontra-se em uso na referida unidade administrativa, com 100% dos usuários capacitados para utilizar a ferramenta.

3) SIGEP - Sistema de Gestão Pessoas

O Sistema de Gestão de Pessoas começou a ser desenvolvido para realizar a gestão de recursos humanos do IGEPEV, com funcionalidades específicas para atuação nesta Autarquia.

O sistema será responsável por consolidar informações dos funcionários, melhorando e agilizando a gestão do Instituto, consolidando informações que vão desde os dados básicos até treinamentos e cursos realizados pelos servidores, dados estes que atendem as legislações federais e estaduais relacionadas à gestão dos Servidores, tudo de forma rápida, simples e segura. O sistema também gera relatórios diversos relacionados aos dados mantidos no mesmo.

Apesar de existir o SIGIRH, que é o sistema de Recursos Humanos fornecido pelo Estado do Pará, a Coordenadoria de Gestão de Pessoas possui diversos dados dos colaboradores do Instituto mantidos em planilhas em Excel, pois o SIGIRH não fornece relatórios e funcionalidade suficientes para garantir uma boa gestão de informações, gerando desencontro de dados, retrabalho e possível falta de assertividade nas informações prestadas por este setor.

Também há a necessidade de integração com o setor de protocolo do IGEPEV, pois grande parte dos pedidos de serviços prestados por este setor é iniciada pelo setor de protocolo, como por exemplo:

1. Licença Prêmio;
2. Declaração de Tempo de Serviço;
3. Licença Saúde;
4. Auxílio Natalidade;
5. Licença Maternidade;
6. Licença Gala e
7. Demais licenças previstas no RJU.

O projeto tem previsão de término em março de 2020.

4) PPD - Processo Previdenciário Digital

O sistema PPD - Processo Previdenciário Digital está sendo desenvolvido para atuar na gestão dos processos previdenciários do IGEPREV, com funcionalidades específicas para este Instituto.

Atualmente, a maioria dos benefícios previdenciários do IGEPREV são disponibilizados e analisados, por meio de processos físicos e tramitam em diversos setores do Instituto. Um dos principais problemas causados por este modelo de processo é a demora na sua análise, já que todas as atividades referentes aos processos são executadas e forma manual, e, consequentemente, demandando mais tempo de resposta.

A adoção do modelo digital de processos previdenciários, através de um sistema automatizado, permitirá atuar diretamente na causa do problema principal, que é segurança e a demora na análise dos processos.

O PPD está em uso integrado ao Sistema de Atendimento Agendado – SIAAG, o que permite que a demanda do público externo tramite entre os setores de forma eletrônica, estabelecendo prazos para resposta com a criação automática de processos.

Com a entrega total do sistema prevista para abril de 2020, será possível criar processos previdenciários obedecendo aos fluxos dos processos mapeados que foram inicialmente, os benefícios de pensão por morte e auxílio funeral. Também será possível integrar o PPD ao Sistema Jurídico – SISJURI, possibilitando que processos jurídicos gerem processos administrativos eletrônicos, automaticamente.

10.5. COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS - CODP

No mapa estratégico do IGEPPREV foram definidos dois objetivos referentes à gestão de pessoas: o primeiro relacionado ao fortalecimento do quadro funcional e, o segundo, atentando à valorização dos servidores. Assim, a Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas – CODP pautou suas ações, a fim de atender as metas definidas, bem como alinhar a gestão de pessoas do Instituto às diretrizes da gestão Estadual.

10.5.1. Fortalecimento quantitativo e qualitativo do quadro funcional do IGEPPREV

Para fortalecer o quadro funcional, o IGEPPREV em parceria com a SEPLAD, realizou Concurso Público para 74 (setenta e quatro) vagas, com admissão no decorrer do ano de 2019. Também, foi solicitada à SEPLAD a autorização para contratação de 74 (setenta e quatro) servidores temporários, em caráter excepcional, a fim de viabilizar o adequado funcionamento das atividades desenvolvidas pelo Instituto. Assim, até dezembro/2019, registrou-se um total de 232 (duzentos e trinta e dois) servidores, distribuídos por tipo de vínculo, conforme a tabela abaixo:

Tabela 16: Distribuição dos Servidores por categoria. 2018 a 2019

Situação Funcional	2018	2019
Cedidos	12	12
Comissionados ¹	17	20
Temporários	127	92
Efetivos ²	39	108
Total	195	232

Fonte: CODP/IGEPPREV

¹ Exclusivamente comissionados

² Incluso servidores cedidos para outros órgãos

Com a conclusão do Processo Seletivo Simplificado – PSS, em outubro de 2019, o IGEPREV admitiu 65 (sessenta e cinco) servidores temporários, tendo sido distribuídos nas funções, conforme tabela abaixo:

Tabela 17: Distribuição de Servidores Temporários 2018 a 2019

Função Temporária	2018	2019
Analista de Investimento	2	2
Assistente Administrativo	51	43
Técnico de Administração e Finanças	13	9
Técnico em Gestão de Informática	3	2
Técnico Previdenciário A	57	34
Técnico Previdenciário B	2	1
Técnico em Comunicação Social	-	1
Técnico em Arquivologia	-	2
TOTAL	128	94

Nota: desconsiderou-se o quantitativo de estagiários

Fonte: CODP/IGEPREV

Em maio de 2018, foi publicado o edital do Concurso Público C-184, no Diário Oficial do Estado nº 33.626, de 28/05/2018 com o total de 74 (setenta e quatro) vagas. Das 74 (setenta e quatro) vagas ofertadas no concurso C-184, apenas, 69 (sessenta e nove) foram preenchidas com admissões no ano de 2019, tanto pela aprovação no concurso, quanto por decisões judiciais, referentes ao concurso citado, conforme a tabela abaixo:

Tabela 18: Cargos efetivos no Concurso Público C-184

Função	Número de vagas	Número de vagas PCD	Admissões
Analista de Investimento	03	-	03
Técnico de Administração e Finanças	14	01	13
Técnico de Estatística e Atuária	01	-	-
Técnico Previdenciário A	49	03	50
Técnico Previdenciário B	03	-	03
Total	70	04	69
TOTAL GERAL		74	69

Fonte: CODP/IGEPREV

Mesmo com a admissão de servidores efetivos, foi iniciado o Processo Seletivo Simplificado – PSS, no mês de agosto/2019, para 74 (setenta e quatro) servidores temporários, em caráter de substituição às funções temporárias que tiveram termo final à partir de agosto de 2019. O Intuito de contratação temporária foi o de não se ter interrupção na adequada continuidade das atividades do Instituto. Após a realização do PSS, 65 (sessenta e cinco) servidores temporários foram admitidos, isso em virtude de desistências ou impossibilidades de admissão de alguns aprovados.

A não oferta de cargos de nível médio e de Técnico em Gestão de Informática no Concurso C-184, de 2018, aliada a necessidade de se manter o quantitativo de pessoal com o intuito de atender à atual demanda do IGEPREV, dando o adequado andamento aos processos de previdência do Estado, ensejaram a realização de PSS, enquanto não se realiza a adequação do quadro de pessoal à atual demanda do Instituto, com a consequente realização de novo Concurso.

Tabela 19: Funções temporárias ofertadas no PSS 001/2019

Função	Número de vagas	Número de vagas PCD	Admissões
Assistente Administrativo	28	02	27
Analista de Investimento	01	-	01
Técnico de Administração e Finanças	04	-	04
Técnico em Gestão de Informática	02	-	01
Técnico Previdenciário A	31	01	27
Técnico Previdenciário B	01	-	01
Técnico em Comunicação Social	02	-	01
Técnico em Arquivologia	02	-	02
Total	71	03	65
TOTAL GERAL		74	65

Fonte: Edital PSS 001-2019 IGEPREV / CODP nov/2019

Após a realização do Concurso Público C-184 e do Processo Seletivo Simplificado 01/2019, o quadro de pessoal do Instituto teve considerável acréscimo de servidores efetivos, com a posse dos aprovados à partir do mês de maio de 2019, passando de 41 (quarenta e um) em 2018, para 108 (cento e oito) servidores efetivos em dezembro de 2019. Quanto ao quantitativo de servidores temporários, houve um

decréscimo, passando de 130 (centro e trinta) em dezembro de 2018, para 92 (noventa e dois) em dezembro de 2019.

Tabela 20: Quadro funcional do IGEPREV antes e após o PSS 001/2019

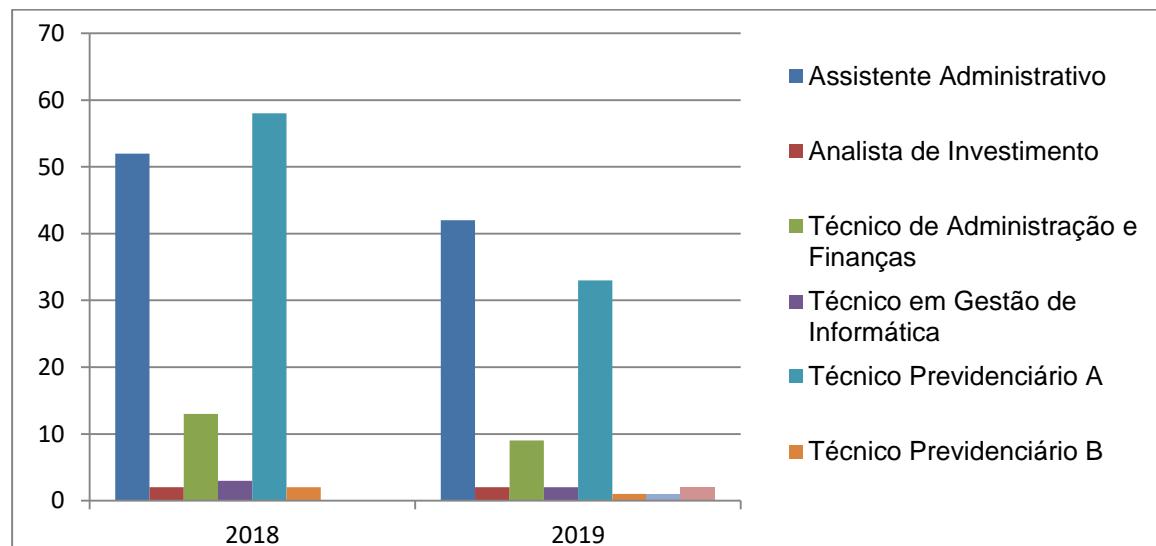
SERVIDORES	OUTUBRO/2019	NOVEMBRO/2019
Cedidos	12	12
Comissão	20	20
Contratos Temporários	36	92
Efetivos	103	108
Estagiários	5	75
TOTAL	246	307

Fonte: BI – *Business Intelligence* (Novembro/2018)

Dessa forma, no comparativo anual, considerando o período de 2018 a 2019 e, tendo como referência o mês de dezembro, observamos que houve um crescimento no quantitativo de pessoal, passando de 262 (duzentos e sessenta e dois) em 2018 para um total de 307 (trezentos e sete) em 2019.

Ainda é possível observar que, através dos Processos Seletivos Simplificados realizados em 2018 e 2019 e do Concurso Público C-184 de 2018, foi possível não só aumentar quantitativamente o quadro de servidores, bem como qualitativamente, tendo em consideração os critérios adotados na seleção, e ainda por conta do aumento do número de técnicos de nível superior que estão direcionados a trabalhar na análise e resolução dos processos, em estoque e nos processos que continuam chegando ao Instituto. No gráfico abaixo é demonstrado a evolução das funções temporárias a nível técnico do Instituto, no intervalo de 2018 a 2019.

Gráfico 32: Evolução do quadro de Servidores Temporários 2018 a 2019



Fonte: CODP dez2019/IGEPREV

O quantitativo de servidores de nível médio, ainda é um desafio para o Instituto. Pois, assim como o cargo de nível superior de Técnico em Gestão de Informática, não houve oferta de vagas no Concurso Público, também, não foram ofertadas vagas para o cargo de Assistente Administrativo, sendo esse um dos motivos que ensejaram a realização de PSS.

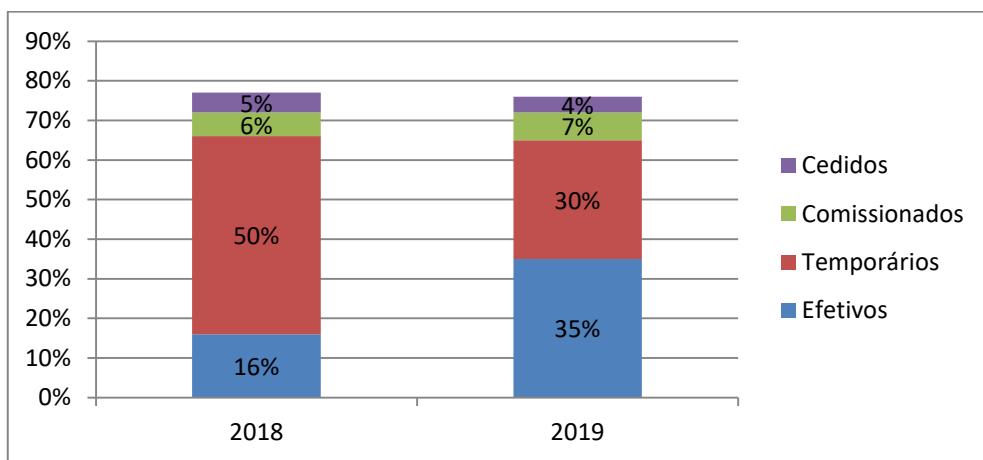
Tabela 21: Distribuição por categoria de Servidores no IGEPREV 2018-2019.

Vínculo	Dezembro /2018	Dezembro/2019
Cedidos	12	12
Comissão	17	20
Contratos Temporários	127	92
Efetivos	39	108
TOTAL	195	232

Fonte: BI – Business Intelligence (Dezembro/2019)

Da análise da tabela acima, é possível observar que em 2019 a proporção de Distribuição, por categoria, de Servidores, em comparação ao ano anterior foi de 21% o que reforça a ideia de fortalecer o quadro funcional do Instituto, considerando a crescentes demandas de concessão de benefícios de Aposentadoria e Pensão por morte, bem como a exigência de maior controle interno dos processos.

Gráfico 33: Distribuição do quadro de pessoal do IGEPREV por categoria. 2018 a 2019 (%)



Fonte: CODP dez/2019/IGEPREV

10.5.2. Desenvolvimento de Habilidades e Competências Profissionais

Visando promover e adequar às ações de desenvolvimento e capacitação profissional à política de desenvolvimento de pessoas programada pela Secretaria de Estado de Planejamento e Administração – SEPLAD, especificamente, as referentes ao Programa de Modernização da Gestão Pública do Governo do Estado do Pará, o Instituto atou na promoção e realização de capacitação dos servidores, qualificando, aperfeiçoando e desenvolvendo seu quadro funcional, a fim de promover a profissionalização às atividades que desempenham.

O Instituto passou a contar o Centro de Capacitação, composto por 02(duas) salas de aula com capacidade para 15 (quinze) pessoas, 01(um) miniauditório com capacidade para 40 (quarenta) pessoas, e 01(uma) sala de aula/laboratório de informática com capacidade para 15 (quinze) pessoas. O espaço para capacitação surgiu como uma alternativa por outros modelos de capacitação, além da Escola de Governança do Estado do Pará, haja vista a necessidade de computar para o IGEPREV o quantitativo de servidor capacitado, na Ação do PPA. A disponibilidade do espaço possibilitou ao IGEPREV realizar diversos cursos internos, tais como: Processo Administrativo Eletrônico – PAE, Sistema E-prev, Legislação Previdenciário e outros, conseguindo atingir 100% dos novos servidores.

Em números absolutos, as capacitações têm apresentado crescimento, apesar dos Decretos de contingenciamento do governo, em virtude de parcerias e estímulos de capacitação aos servidores. Com o ingresso de novos servidores efetivos e temporários, por meio do Concurso C-184 e pelo PSS 01/2019, respectivamente,

houve um aumento significativo de servidores capacitados, ultrapassando a meta estimada no PPA 2016-2019, Passando de 89 para 166 servidores capacitados.

Tabela 22: Servidores capacitados por ano 2018 – 2019

2018	2019	%
89	166	86,52

Fonte: CODP/IGEPREV

Ainda, em 2019, as capacitações continuaram no espaço do IGEPREV, tendo como foco a formação básica em Regime Próprio de Previdência e nas ferramentas tecnológicas utilizadas no Estado e no IGEPREV, isso foi necessário em virtude da renovação do quadro funcional do IGEPREV. Assim, todos os servidores admitidos no ano corrente, exceto os servidores admitidos por força de determinação judicial, passaram por capacitação em Regime Próprio de Previdência – RPPS, módulo teórico e prático e sistema EPREV, em parceria com a EGPA, e PAE, e a parceria da SEPLAD, alcançando a marca de 90% do quadro do IGEPREV capacitado na utilização do sistema de Protocolo Administrativo Eletrônico do Estado.

Figura 9: Desenvolvimento de Competências



Fonte: ASCOM/IGEPREV

O Projeto Profissões – tem por objetivo principal promover, através de visita institucional ao IGEPREV, o contato de estudantes com a atuação de profissionais do Instituto. A ação é caracterizada pela realização de palestra onde se apresenta o Instituto e relatos de experiências profissionais dos servidores do IGEPREV aos estudantes, que em geral, estão no início de sua carreira profissional.

No ano de 2019, 54 alunos do curso de Serviço Social, da Universidade Federal do estado do Pará – UFPA estiveram no IGEPREV participando do Projeto Profissões, tendo como ministrante da palestra, a servidora Nadla Daibes, Assistente Social do

Instituto, com mais de 15 anos de experiência na área social do IGEPREV. Na ocasião, os estudantes tiveram a oportunidade de conhecer a atuação do profissional de Serviço Social no âmbito da previdência do Estado e sua atuação no IGEPREV.

Figura 10: Projeto Profissões



Fonte: CODP

10.5.3. Valorização do Servidor e Qualidade de Vida no Trabalho

Como proposta de alinhamento ao Plano Plurianual 2016-2019, a CODP realizou através do Programa de Qualidade de Vida do IGEPREV – “Viver Melhor”, ações voltadas à valorização do servidor e à qualidade de vida no trabalho, divididas em dois grupos: Projeto Saúde e Bem-estar e Projeto Integração no Ambiente de Trabalho, as ações e eventos visam melhorar a saúde e o bem estar dos servidores e estagiários, promovendo a integração e motivação, objetivando o incremento da produtividade, diminuição do absenteísmo e maior satisfação no ambiente de trabalho.

O **Projeto de Saúde e Bem-estar** com enfoque na prevenção de doenças, e também na melhoria das relações sociais de cada indivíduo, com sua família e no ambiente de trabalho. Sob essas diretrizes, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- a) **Ginástica Laboral** – Ação que visa à melhoria da condição física e mental do servidor, preparando-o para a jornada de trabalho, além da prevenção de lesões e dores ligadas as rotinas de trabalho, através de técnicas e exercícios de alongamentos, como o “*Lian Gong*” e técnicas de meditação, como “*Ho’ponopono*”.

Figura 11: Ginástica Laboral



Fonte: ASCOM/IGEPREV

b) **Feira do Produtor** – A feira do produtor busca trazer, mensalmente, aos servidores produtos naturais e orgânicos, originados diretamente do produtor, com o objetivo de estimular uma alimentação saudável e contribuir para a economia local.

Figura 12: Feira do Produtor



Fonte: ASCOM/IGEPREV

c) **Análise do Perfil Profissional e Comportamental** – Consiste na aplicação de testes para avaliação do perfil comportamental do servidor. A ação foi

realizada como subsídio à definição de lotação dos novos servidores efetivos ingressantes no ano de 2019.

- d) **Outubro Rosa** – Dedicado a reforçar os cuidados com a saúde da mulher, principalmente em atenção ao câncer de mama e do colo de útero.

Figura 13: Outubro Rosa



Fonte: ASCOM/IGEPREV

- e) **Novembro Azul** – Concebido para reforçar os cuidados com a saúde do homem, principalmente em relação ao câncer de próstata.

Figura 14: Novembro Azul



Fonte: ASCOM/IGEPREV

- f) **Atendimentos psicológicos e Escuta Clínica** – Possibilita ao servidor, que potencialize características positivas ou traga à tona situações que lhe cause desconforto ou sofrimento psíquico.
- g) **Doação de Sangue** – Ação realizada no intuito de fazer que os servidores se conscientizem quanto à importância da doação de sangue.

Figura 15: Doação de Sangue



Fonte: ASCOM/IGEPREV

h) Diálogos de Saúde: Os diálogos são palestras/conversas/debates sobre determinados aspectos da saúde física e mental, relacionadas a outras ações voltadas para a qualidade de vida no trabalho.

Figura 16: Diálogos de Saúde



Fonte: ASCOM/IGEPREV

O Projeto Integração no Ambiente de Trabalho tem foco nas relações interpessoais dentro do IGEPREV, buscando valorizar os servidores em datas comemorativas e conscientizá-los da importância do trabalho em equipe para a conquista de resultados satisfatórios, propiciando maior interação entre o corpo funcional do Instituto, possibilitando o clima organizacional agradável.

As ações deste Projeto ficaram limitadas, em parte, por conta do Parecer de nº 38/2019-PROJUR/IGEPREV, e do disposto no Decreto Estadual nº 01/2019, de 02/01/2019. Ainda assim, a CODP, com a participação dos servidores, e apoio da gestão conseguiu realizar as seguintes ações:

- a) **Aniversariante do mês** - busca valorizar o servidor no ambiente de trabalho concedendo o dia do aniversário como folga.
- b) **Dia Internacional da Mulher** – O Dia Internacional da Mulher é uma data comemorada para celebrar as conquistas sociais, políticas e econômicas das mulheres ao longo do tempo. Na ação de 2019, houve comemoração durante todo o mês de março, incluindo homenagem musical às servidoras no Instituto, com distribuição de brindes; Roda de Conversa sob o tema “A participação da mulher no mercado de trabalho”, no Teatro Gasômetro, com apresentação de banda musical composta por servidores do IGEPPREV; sessão de maquiagem e exposição de fotografia das servidoras.

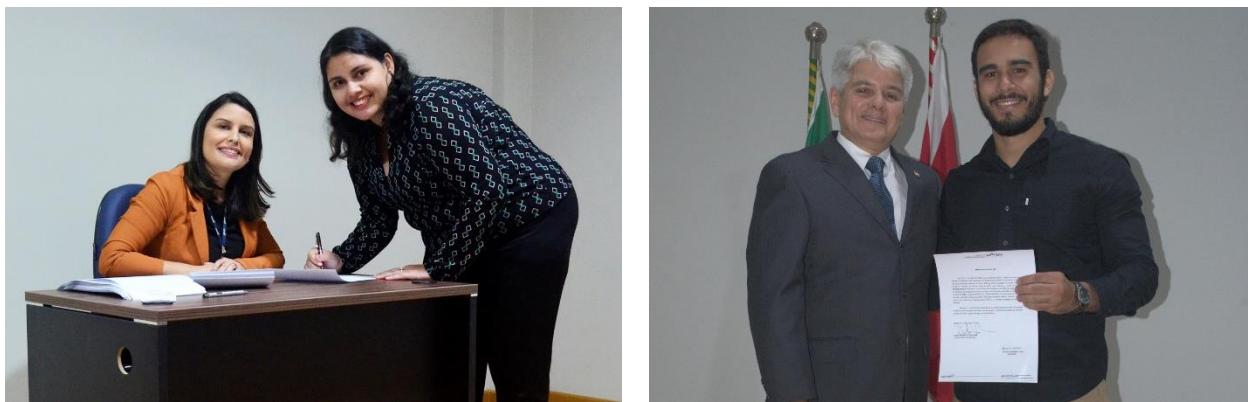
Figura 17: Dia Internacional da Mulher



Fonte: ASCOM/IGEPREV

- c) **Cerimônia de Posse** – momento de recepção dos novos servidores efetivos admitidos em 2019.

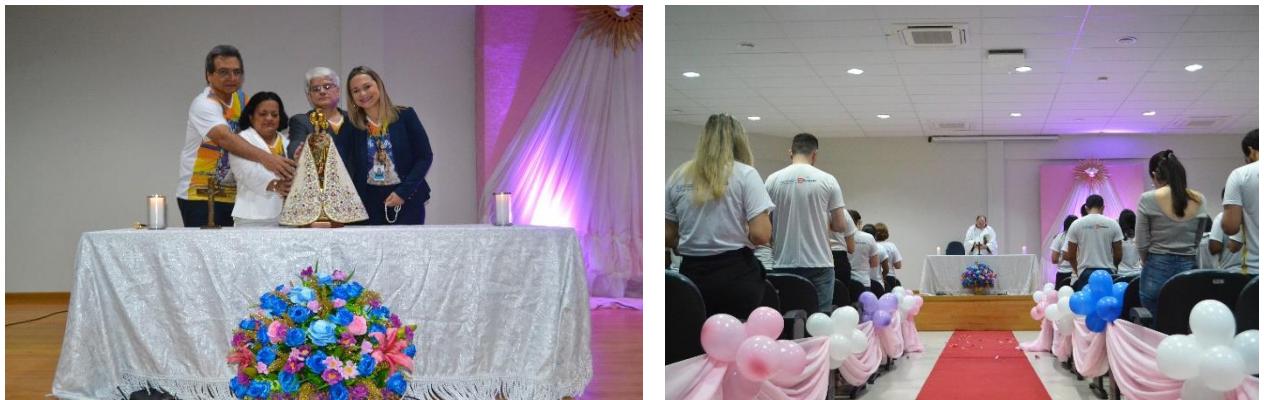
Figura 18: Cerimônia de Posse



Fonte: ASCOM/IGEPREV

- d) **Festa Junina** – objetivando a integração e motivação, a CODP atuou na decoração do espaço, em evento organizado com a colaboração dos servidores.
- e) **Visita da Imagem Peregrina** – No IGEPREV esse período de devoção é sinônimo de fé e tradição.

Figura 19: Visita da Imagem Peregrina



Fonte: ASCOM/IGEPREV

O Projeto Humanizar – tem como objetivo focar nas potencialidades das pessoas por meio do resgate dos valores humanos, através da apresentação, debate e internalização de 12 valores humanos escolhidos para serem trabalhados ao longo das atividades. Objetiva-se estimular o diálogo e novas visões de mundo, estendendo-se estas reflexões e comportamentos ao convívio familiar e ao trabalho.

No ano de 2019, o projeto foi realizado com os Coordenadores do Instituto. Na ocasião, além de uma dinâmica de interação, que buscou fortalecer as relações entre os ocupantes de cargo de chefia do Instituto, ainda se realizou um minicurso com o intuito de orientá-los quanto à gestão de equipe.

10.6. COORDENADORIA DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO - COAF

10.6.1. Receitas Previdenciárias

A Receita Previdenciária integra o orçamento do FINANPREV (840202) e FUNPREV (840203), Fundos responsáveis pela gestão previdenciária do Estado do Pará.

O FINANPREV – Fundo Financeiro de Previdência do Estado do Pará, UG-840202, Fundo Contábil, registra todas as receitas previdenciárias destinadas ao financiamento dos benefícios dos servidores efetivos que ingressaram no Estado até 31/12/2016, conforme estabelece a Lei Complementar nº 112, de 28 de dezembro de 2016.

O FUNPREV – Fundo Previdenciário do Estado do Pará, UG-840203, registra as receitas dos segurados efetivos que ingressaram no Estado após 01/01/2017, constantes no artigo 4º da Lei Complementar nº 112, de 28 de dezembro de 2016.

Os registros contábeis relacionados às receitas previdenciárias são efetuados de forma segregada nas Unidades Gestoras (UG): IGEPREV (840201), FINANPREV (840202) e FUNPREV (840203).

10.6.2. FINANPREV

Tabela 23: Receitas do Poder Executivo do **FINANPREV**. Período 2018-2019

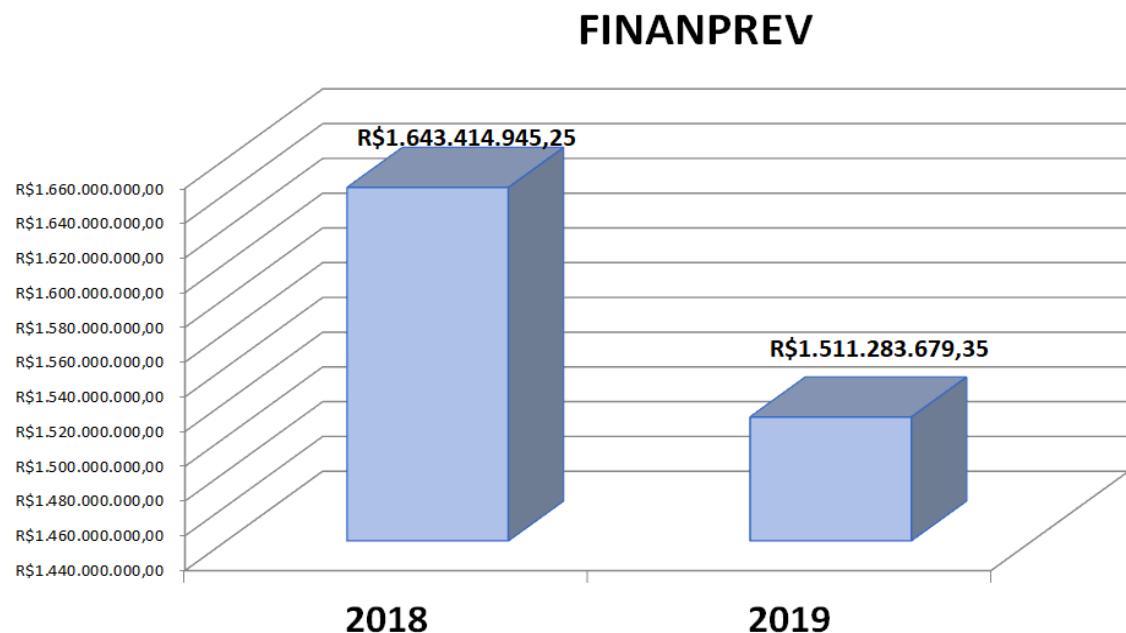
FINANPREV	2018	2019	Variação
CONTRIB. (0254)	573.365.578,96	531.336.330,90	-7,33%
CONTRIB. (0258)	960.270.329,38	866.170.733,89	-9,80%
CONTRIB. (0654)	42.092.631,73	42.219.905,35	0,30%
CONTRIB. (0658)	67.686.405,17	71.718.119,90	5,96%
RENTAB. EA*/S	-	-	-
RENTAB. EA**	185.141.093,09	21.241.021,36	-88,53%
RENTAB. ANO**	154.067.961,46	235.741.751,31	53,01%
TOTAL	1.982.623.999,79	1.768.427.862,71	-10,80%

**Exercícios Anteriores/Superávit
Fonte: SIAFEM/COAF

Observa-se que no FINANPREV houve o declínio no total da receita previdenciária arrecadada (10,80%), ocasionado por diversos fatores, dentre os quais destacamos:

- A redução no quantitativo de servidores ativos, que migraram para a Inatividade (Civis), Reserva e Reforma (Militares), que geraram pensão por morte para seus dependentes legais, ou, ainda, que mudaram de regime previdenciário (RGPS ou RPPS diverso);
- Na Inatividade o segurado civil contribui para o RPPS, somente, sobre o valor excedente ao teto do INSS, que em 2019 era de R\$5.839,45;
- Os Segurados Militares deixam de contribuir para o RPPS quando ingressam para a Reserva e Reforma, aplicando-se igual regra ao pensionista militar.

Gráfico 34: Comparativo de Receitas Previdenciárias – **FINANPREV**



Nota: Não foram consideradas as Receitas, referentes a Rentabilidade de 2018 e 2019.

Fonte: COAF/IGEPREV

10.6.3. FUNPREV

Em virtude da Lei Complementar de nº.112, de 28 de dezembro de 2016, que alterou a data de corte da segregação de massa do Regime de Previdência Estadual, passando de 11 de janeiro de 2002 para 01 de janeiro de 2017, ocorreu a redução da receita arrecadada pelo Funprev no exercício de 2017, considerando que, somente a partir de fevereiro de 2017, com o ingresso de novos servidores concursados, a receita com arrecadação de Contribuição previdenciária começou a ser constituída. O incremento da Receita previdenciária foi ocasionado pelo de aumento de novos servidores Civis e Militares, conforme tabela 24 e gráfico 35 abaixo:

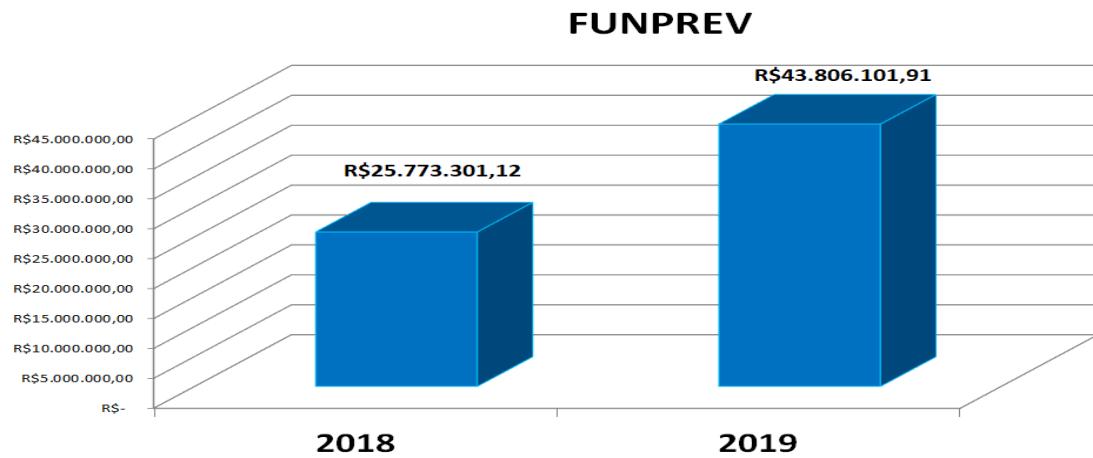
Tabela 24: Receitas Correntes do **FUNPREV**. Período 2017-2019

FUNPREV	2017*	%	2018	%	2019
SEGURADO	1.212.820,64	962,54	12.886.650,56	86,50	24.034.387,14
PATRONAL	1.212.820,64	962,54	12.886.650,56	86,50	24.034.387,14
TOTAL	2.425.641,28	1062,54	25.773.301,12	86,50	48.068.774,28

Nota: * Arrecadação de Contribuição previdenciária, somente, a partir de fevereiro de 2017.

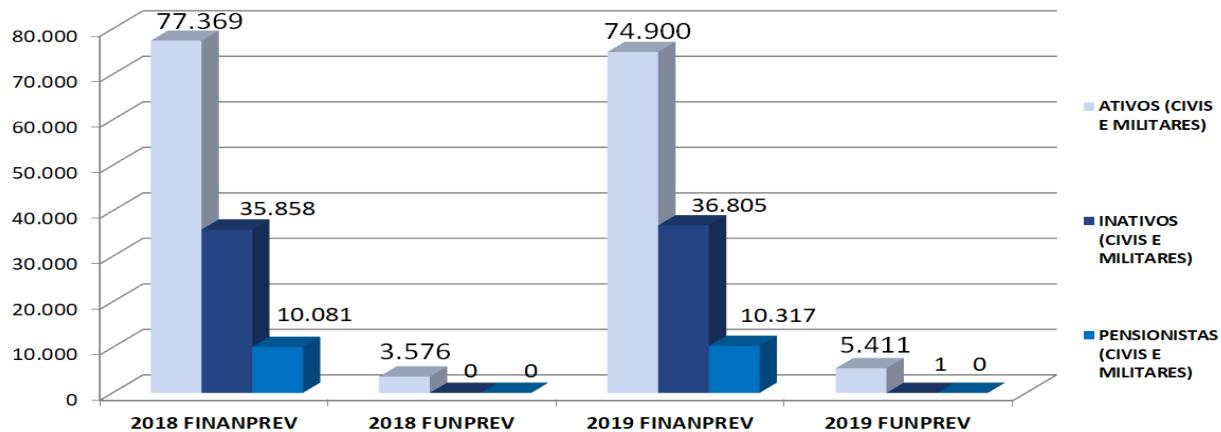
Fonte: COAF/IGEPREV

Gráfico 35: Comparativo de Receitas Previdenciárias – **FUNPREV**



Fonte: COAF/IGEPREV

Gráfico 36: Quantitativo de Segurados – **FINANPREV E FUNPREV**



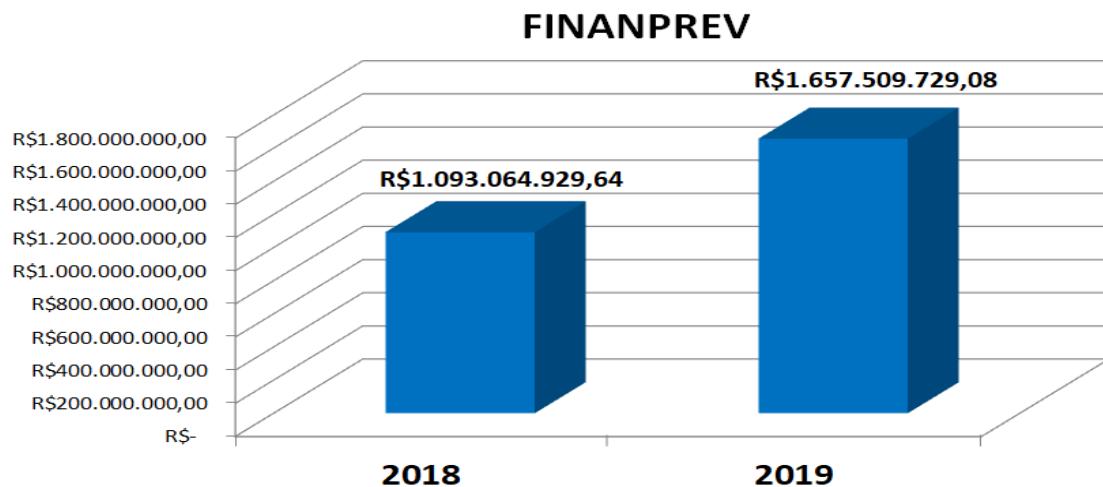
Nota: Os dados referentes ao quantitativos de servidores Ativos, nos anos de 2018 e 2019, foram extraídos do banco de dados do SIGIRH/SEAD, enquanto as informações sobre os Inativos e Pensionistas migraram do Sistema E-PREV/IGEPREV, utilizando-se como base as folhas do mês de dezembro.

Fonte: COAF/IGEPREV

Em 2019, houve um significativo progresso nas concessões dos benefícios de Aposentadorias e Pensões por morte, em relação aos resultados obtidos em 2018, promovendo o aumento nas despesas com as folhas de pagamento de Inativos Civis em 1%, Militares em 8% e de Pensionistas em 2%.

Esse acréscimo, elevou em 51,63% o valor repassado como Complementação do Tesouro Estadual, referente ao Poder Executivo, na ordem de R\$564.44.799,44, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 37: Complementação do Tesouro Estadual para o RPPS – Poder Executivo



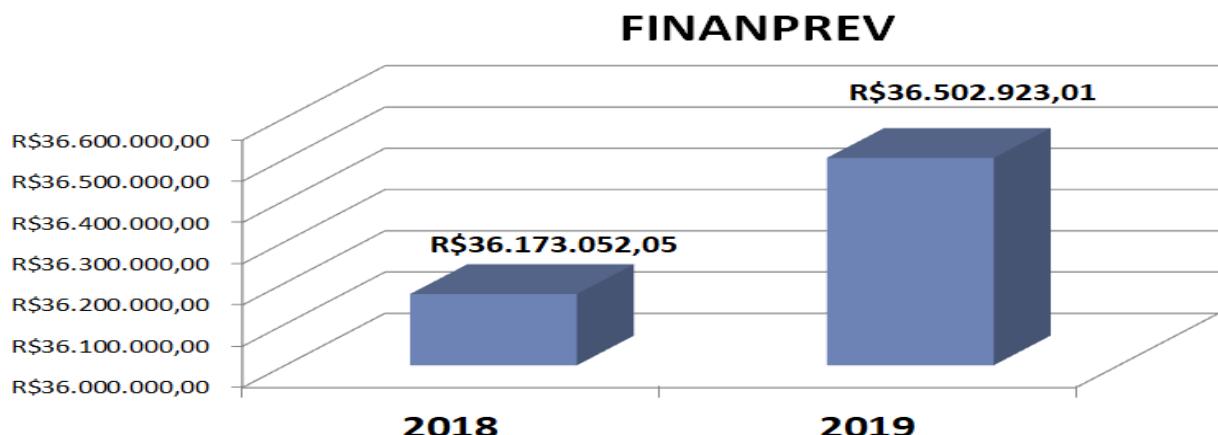
Nota: Não foram consideradas as Receitas, referentes a Rentabilidade de 2018 e 2019.

Fonte: COAF/IGEPREV

Em 2018, foram utilizados os 80% dos rendimentos de 2017, um total de R\$185.141.093,09, além do rendimento obtido no ano de 2018, no período de janeiro à novembro, cujo montante foi de R\$154.067.961,46, equivalendo ao 50% disponibilizado para utilização com pagamento das folhas de inativos e pensionistas do Poder Executivo;

No ano de 2019 foi utilizado, apenas, o valor do rendimento, referente ao mês de dezembro de 2018, R\$21.241.021,36 e os 50%, disponibilizado para utilização com pagamento das folhas de inativos e pensionistas do Poder Executivo, o valor de R\$235.741.751,31, justificando-se a redução de 88,53%.

Gráfico 38: Complementação do Tesouro Estadual para o RPPS – Poderes Legislativo e Judiciário



Fonte: COAF/IGEPREV

Quando aos Poderes Legislativo e Judiciário, em 2019 houve acréscimo de 1% no aporte financeiro realizado ao FINANPREV, em virtude da concessão de benefícios de aposentadoria e pensões, que impactaram no fundo.

10.6.4. Procedimentos Contábeis no RPPS do Estado do Pará: Adoção da conta múltipla

Com objetivo de alcançar os resultados almejados e gerenciar de forma mais efetiva o RPPS, o IGEPREV se adequou à Portaria de nº. 549 da Secretaria do Tesouro Nacional, que estabelece regras quanto: Periodicidade, formato e sistema para disponibilização de informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais; Regras para atualização do CAUC; Disponibilização de informações no SICONFI e geração da Matriz de Saldos Contábeis – MSC, que corresponde a uma estrutura padronizada para o recebimento de informações contábeis e fiscais dos entes da

Federação para fins de consolidação das contas nacionais e da geração de estatísticas fiscais, cujo objetivo do recebimento de dados e informações por meio da MSC é automatizar a elaboração das declarações, tendo como vantagens e avanços pela utilização da Nova Proposta: Toda a execução orçamentária e financeira do RPPS fica contido/dentro do órgão IGEPREV; Conta Bancária Única (CTU) conciliada pelo Instituto de Previdência; Os demais Poderes e Órgãos ficam exclusivamente com seus respectivos orçamentos e financeiros (apartado), porém visualizam, simultaneamente, com o IGEPREV toda a situação orçamentária e financeira dos recursos do RPPS. Também, têm o total acesso as informações referentes às despesas com Inativos e Pensionistas.

Tal inovação foi um marco no fluxo de execução das folhas de pagamento do RPPS, onde cada órgão dos Poderes passa a compor uma unidade gestora executora vinculada aos Fundos de Previdência do RPPS estadual, porém, permanecendo com os Poderes a responsabilidade pelo processamento e execução das folhas de pagamento.

Quadro 4: Unidades gestoras executoras de Previdência

Conta D – FINANPREV PODERES			Conta D – FUNPREV Poderes		
Unidade Gestora da Conta D	Órgão	Unidades Gestoras Executoras	Unidade Gestora da Conta D	Órgão	Unidades Gestoras Executoras
840202	ALEPA	840221	840203	ALEPA	840231
	TCE	840222		TCE	840232
	TCM	840223		TCM	840233
	TJE	840224		TJE	840234
	MP	840226		MP	840236
	MPC	840227		MPC	840237
	MPCM	840228		MPCM	840238

Nota: Unidades gestoras executoras de previdência

Fonte: Contabilidade/COAF

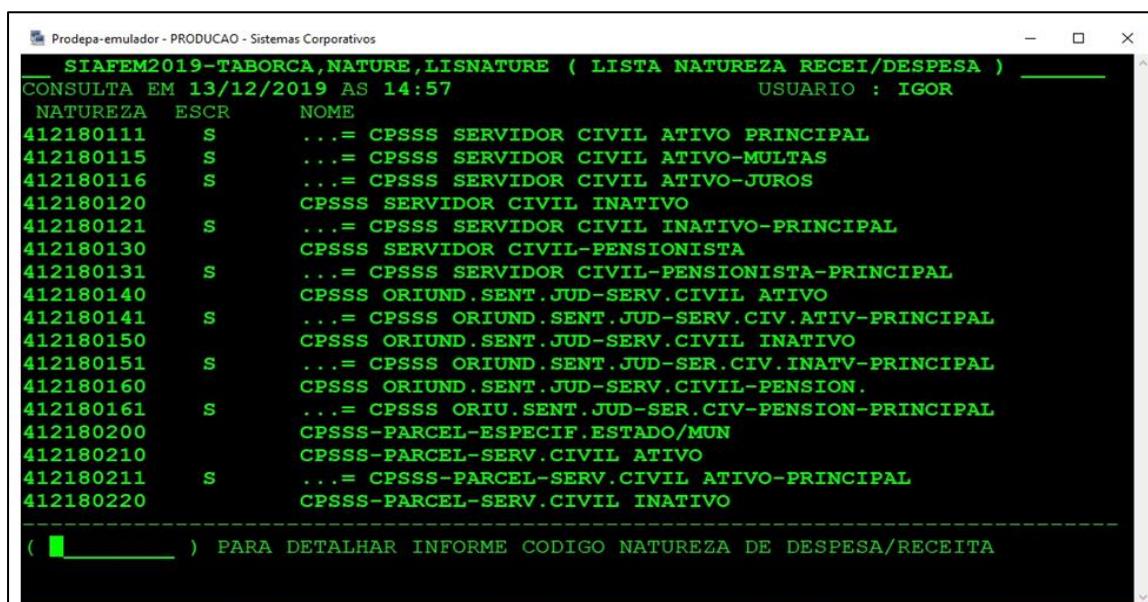
Em razão da criação da Conta Múltipla, o COAF pode evidenciar de maneira mais transparente e detalhada as informações referentes às despesas Previdenciárias no Demonstrativo de Informações Previdenciárias e de Repasses (DIPR), relatório de fundamental importância elaborado pela Coordenadoria no atendimento aos critérios de emissão da Certidão de Regularidade Previdenciária (CRP).

Com a criação das unidades gestoras executoras de Previdência no SIAFEM aos órgãos dos Poderes, o Instituto passa a ter todo controle orçamentário e financeiro das receitas e despesas previdenciárias do Estado do Pará, destacando a relevância da

Conta Múltipla, na qual a Coordenadoria de Arrecadação realiza a conciliação bancária diária, o controle dos recursos financeiros, permitindo assim aos Poderes, o pagamento de suas folhas de Inativos e Pensionistas.

Para 2019, surgiram os procedimentos de ajustes nas contas de natureza de receita, conforme orientação do ementário da receita orçamentária, vide Portaria STN nº 388, de 14 de junho de 2018. Em parceria com a Diretoria de Contabilidade da Secretaria da Fazenda, a COAF realizou adequações às novas estruturas de contas de receita, melhorando os relatórios da LRF. Como resultado, houve melhoria significativa nos registros contábeis das receitas orçamentárias, considerando que os mesmos ficaram mais transparentes e fidedignos à realidade, em função da segregação das contas contábeis,

Figura 20: Natureza de receitas orçamentárias



SIAFEM2019-TABORCA,NATURE,LISNATURE (LISTA NATUREZA RECEI/DESPESA)

CONSULTA EM 13/12/2019 AS 14:57 USUARIO : IGOR

NATUREZA	ESCR	NOME
412180111	S	... = CPSSS SERVIDOR CIVIL ATIVO PRINCIPAL
412180115	S	... = CPSSS SERVIDOR CIVIL ATIVO-MULTAS
412180116	S	... = CPSSS SERVIDOR CIVIL ATIVO-JUROS
412180120		CPSSS SERVIDOR CIVIL INATIVO
412180121	S	... = CPSSS SERVIDOR CIVIL INATIVO-PRINCIPAL
412180130		CPSSS SERVIDOR CIVIL-PENSIONISTA
412180131	S	... = CPSSS SERVIDOR CIVIL-PENSIONISTA-PRINCIPAL
412180140		CPSSS ORIUND.SENT.JUD-SERV.CIVIL ATIVO
412180141	S	... = CPSSS ORIUND.SENT.JUD-SERV.CIV.ATIV-PRINCIPAL
412180150		CPSSS ORIUND.SENT.JUD-SERV.CIVIL INATIVO
412180151	S	... = CPSSS ORIUND.SENT.JUD-SER.CIV.INATV-PRINCIPAL
412180160		CPSSS ORIUND.SENT.JUD-SERV.CIVIL-PENSION.
412180161	S	... = CPSSS ORIUND.SENT.JUD-SER.CIV-PENSION-PRINCIPAL
412180200		CPSSS-PARCEL-ESPECIF.ESTADO/MUN
412180210		CPSSS-PARCEL-SERV.CIVIL ATIVO
412180211	S	... = CPSSS-PARCEL-SERV.CIVIL ATIVO-PRINCIPAL
412180220		CPSSS-PARCEL-SERV.CIVIL INATIVO

() PARA DETALHAR INFORME CODIGO NATUREZA DE DESPESA/RECEITA

Nota: relação de contas de natureza de receita orçamentária de contribuições previdenciárias.

Fonte: (SIAFEM, 2019)

10.6.5. Módulo de Arrecadação do Sistema E-prev - Municipalização do Ensino

Em 2002, dos 143 municípios que compõem o Estado do Pará, 104 aderiram ao Convênio de Municipalização do Ensino, destes apenas 64 municípios permanecem ativos. Sendo que, 33 municípios realizam o pagamento de suas contribuições previdenciárias, via débito automático do Banco do Brasil, em decorrência do contrato para débito automático, via Banco do Brasil, entre o Governo do Estado e os Municípios, para realização das retenções previdenciárias. Os 31 municípios restantes,

permanecem efetuando os pagamentos de suas contribuições mensais, por meio da Guia de Recolhimento Previdenciário - GRP pelo Banpará. Importante ressaltar que se encontra em fase de teste, no Módulo de Arrecadação do E-prev, o procedimento para realização de débito em conta.

Em setembro de 2019, o Tesouro Estadual, por meio da SEFA, efetuou a quitação as dívidas previdenciárias de 20 municípios, referentes ao período de novembro de 2018 à agosto de 2019, totalizando R\$ 660.191,39 (Seiscentos e sessenta mil, cento e noventa e um reais e trinta e nove centavos), atendendo ao disposto na Lei Ordinária nº 8.848, de 09 de maio de 2019, que institui o Programa de Ajuste Fiscal dos Municípios do Estado do Pará e condiciona a retenção de transferências constitucionais aos municípios do Estado do Pará. Desta maneira, os municípios adimplentes podem solicitar via ofício ao Presidente, Sr.º Silvio Roberto Vizeu Lima, Certidão Negativa de Débito perante o IGEPREV, sempre informando no ofício e-mail e telefones para contato, mediante procuração anexa.

A grande mudança ocorrida nesta atividade foi a implementação do Módulo de Arrecadação Previdenciária no Sistema EPREV, que trouxe mais eficiência e agilidade na fiscalização e controle das Receitas, com a migração do banco de dados dos Municípios para o EPREV, automatizando o trabalho de conferência e confirmação de dados, antes desempenhado de forma manual, tornando mais confiáveis e céleres as remessas aprovadas e enviadas para o Banco do Brasil, assim como, os retornos das mesmas sendo debitados em tempo hábil.

É notável uma benéfica evolução nos procedimentos, a fim de proporcionar um melhor atendimento e respostas mais precisas às questões que abrangem os Municípios, fato que vem contribuindo, significativamente, para melhoria no alinhamento da comunicação entre os Municípios e o IGEPREV.

10.6.6. Arrecadação e Fiscalização Previdenciária de Servidores Cedidos

Em Dezembro de 2019, a Coordenadoria de Arrecadação e Fiscalização iniciou uma força-tarefa, para levantamento de informações previdenciárias dos servidores estaduais cedidos.

O trabalho contemplou, inicialmente, a remessa de ofício à SEPLAD, para obtenção de listagem contemplando o quantitativo de servidores cedidos, bem como seus órgãos de origem e órgãos/entidades cessionários.

A partir desta informação, a COAF expediu ofícios para os órgãos supracitados, requerendo dados funcionais e financeiros de cada servidor, de modo a realizar confronto entre as respostas que serão recebidas, para apuração da regularidade da base previdenciária e do repasse da contribuição vertida em favor de cada servidor estadual.

Caso sejam identificadas irregularidades na base de cálculo ou no repasse realizado, ou, caso exista pendência de repasses, a COAF irá atuar na regularização, mediante realização de cálculos para cobrança dos valores devidos, em tudo respeitadas as formalidades legais, com atualização pelo IPCA e juros de mora.

Convém destacar que se trata de uma atividade que se somará às rotinas de trabalho desta Coordenadoria, com vistas a garantir uma transparência cada vez maior aos registros de repasses previdenciários e minimizar equívocos no histórico contributivo dos servidores. Em Dezembro de 2019, a Coordenadoria de Arrecadação e Fiscalização iniciou uma força-tarefa, para levantamento de informações previdenciárias dos servidores estaduais cedidos.

10.6.7. Compensação Previdenciária – COMPREV

A compensação previdenciária funciona como importante instrumento de equilíbrio financeiro e atuarial entre os regimes previdenciários e contribui para o aumento da receita do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará.

O exercício de 2019 foi particularmente importante para a compensação previdenciária, no âmbito do RPPS/PA, haja vista a decisão, em ainda no início do exercício, de analisar com profundidade as razões do elevado número de requerimentos indeferidos pelo INSS. Um plano de ação foi elaborado e a partir dele foi possível identificar os motivos de indeferimento e atender grande parte das demandas apontadas, com substancial melhoria na qualidade das informações prestadas ao RGPS. As demais atividades da compensação previdenciária se desenvolveram com normalidade e os números expressam o esforço dispendido, com foco na produtividade e na qualidade das informações. Melhor estruturada, a compensação previdenciária do RPPS/PA está preparada para as mudanças que ocorrerão com o advento do Decreto nº 10.188, de 20 de dezembro de 2019. São boas as perspectivas para 2020, com novo sistema COMPREV/WEB e dinâmica nos procedimentos.

10.6.8. Atividades desenvolvidas

1) Números da COMPREV/Regime de Origem - R.O.

1.1) Processos tramitados da CCAH

As atividades de verificação de compensação nos benefícios de aposentadoria e pensão, tramitados da DIPRE/CCAH, totalizaram, no período janeiro a dezembro de 2019, o expressivo número 850 processos (Tabela 25), com média de 71 análises/mês. Sem exceção, os processos físicos são merecedores de análise detalhada, dando-se o devido encaminhamento. Os benefícios com compensação têm o respectivo processo digitalizado e arquivado em meio eletrônico.

Tabela 25: Processos tramitados da CCAH

RPPS/PA	2018 (A)	2019(B)	(B-A)	%
SEM COMPREV	19	347	328	1726
COM COMPREV	201	503	302	150
TOTAL	220	850	630	286

Fonte: COMPREV/IGEPREV

Tabela 26: Requerimentos Reenviados

RPPS/PA	2018 (A)	2019 (B)	%
SEM COMPREV	406	31	-92,36
COM COMPREV	1247	514	-58,78
TOTAL	1653	545	-67,03

Fonte: COMPREV/IGEPREV

Em 2018, houve elevado número de reenvio de requerimentos, provocando novos indeferimentos pelo INSS, refletidos em 2019 (Tabela 26). Tal fato ocasionou mudanças na estratégia de trabalho da equipe da COMPREV. Após duas rodadas de reuniões com o INSS e o TCE, a gestão decidiu por paralisar as atividades de reenvio dos requerimentos, com o objetivo de estabelecer o plano de ação COMPREV/2019, priorizando o levantamento dos requerimentos indeferidos e os aguardando imagem. Após criteriosa análise das causas de indeferimento, foram processados novos requerimentos, com atendimento das demandas apontadas.

Em 2019 houve a retomada da análise dos processos de pensão, mereceu especial atenção as peculiaridades desse procedimento, por um tipo específico de compensação. Ponto importante a considerar é a existência de 393 (trezentos e noventa e três) requerimentos na posição “em análise” no RGPS. A falta de decisão pelo INSS inibe a

expectativa de recebimentos dessa importante receita previdenciária. Há necessidade, urgente, de tratativas com o gestor do RGPS para a retomada da análise dos nossos requerimentos, cuja defasagem alcança a média de três anos, implica dizer que desde 2017 o INSS não decide sobre os requerimentos de R.O. a ele demandados.

1.2) Números da COMPREV/Regime Instituidor - R.I.

Como demonstração de reciprocidade, a direção superior do IGEPREV ordenou que os requerimentos de R.I. – quando o RGPS é o instituidor do benefício – fossem decididos quanto à aceitação e/ou indeferimento da compensação previdenciária. Logo o estoque de requerimentos pendentes foi devidamente analisado e os requerimentos de R.I. tratados conforme a legislação. Não há mais solicitação de COMPREV em R. I.

10.6.9. Ações consideradas positivas de 2019

1) Plano de ação

Como relatado, no primeiro semestre as atividades da equipe COMPREV se concentraram na força-tarefa do Plano de Ação 2019, idealizado com o objetivo de levantar os processos decididos pelo RGPS como “indeferidos” e aqueles que estão na posição “aguardando imagem”. Desse trabalho, resultou:

- Levantamento completo dos motivos de indeferimento, conforme consta no Sistema COMPREV/WEB;
- Reenvio dos requerimentos, com status de indeferido, após serem atendidas as demandas indicadas;
- Integração dos sistemas COMPREV/WEB e DIGITALIZAÇÃO.
- Envio das imagens dos documentos exigidos para mudança de status “aguardando imagem” para “análise”
- Atualização dos requerimentos com status “indeferido” para reenvio no menor tempo possível.

2) Integração IGEPREV/TCE

No médio prazo, o esforço do Presidente do IGEPREV em alinhar com o TCE/PA para uma resposta mais rápida nos procedimentos de homologação e registro dos benefícios, tende a suprir uma deficiência da Compensação Previdenciária, resultando maior eficácia, eficiência e produtividade, no sentido de trazer celeridade na análise dos

benefícios concedidos. Esse é um passo importante para o Instituto minimizar os efeitos da prescrição sobre requerimentos que aguardam deferimento do RGPS.

3) Outras ações

- Análise nos processos com COMPREV de Pensão (a partir de outubro). Essa ação surgiu após reunião da equipe com o coordenador do COAF, onde se decidiu por realizar estudo;
- Renovação da equipe técnica.

10.6.10. Comportamento financeiro da COMPREV em 2019

No período de janeiro a dezembro, a arrecadação da compensação alcançou o total de R\$ 1.606.303,19 (um milhão, seiscentos e seis mil, trezentos e três reais e dezenove centavos). Muito pouco, quando comparado com anos anteriores, mas reflete a falta de análise dos requerimentos por parte do INSS. Houve somente repasse de valores “pro rata”, estes constantes, mês a mês, em aproximadamente R\$ 122 mil.

Tabela 27: Fechamento financeiro - COMPREV

FECHAMENTO FINANCEIRO COMPREV	
Janeiro	R\$ 122.772,50
Fevereiro	R\$ 138.857,76
Março	R\$ 123.236,71
Abril	R\$ 123.371,89
Maio	R\$ 122.973,10
Junho	R\$ 122.973,10
Julho	R\$ 114.279,53
Agosto	R\$ 122.973,10
Setembro	R\$ 122.973,10
Outubro	R\$ 122.973,10
Novembro	R\$ 245.946,20
Dezembro	R\$ 122.973,10
TOTAL	R\$ 1.606.303,19

Fonte: COMPREV/IGEPREV

10.6.11. Perspectivas para 2020

Conforme projeto trazido pelo Presidente do IGEPREV, como novidade da reunião ordinária do Conselho Nacional de Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência - CONAPREV 2019, será inegável, pelas evidências – e aí guardamos grandes esperanças -, de que o exercício financeiro de 2020 será de profundas alterações nas atividades de compensação previdenciária, conforme se depreende abaixo:

1. Processo único de compensação previdenciária (na nova versão do sistema não existe mais a subdivisão entre RI e RO);
2. Integração com os Sistemas internos para abertura automática de requerimentos;
3. Análise automática de requerimentos, a partir de dados de Tribunais de Contas e Certidão de Tempo de Contribuição - CTC;
4. Redução significativa na quantidade de indeferimentos de requerimentos devido à criação de exigências. Ao invés do requerimento ser indeferido por alguma pendência, será aberta exigência e o requerimento fica pendente e não indeferido. Quando a exigência é resolvida, o requerimento segue o fluxo com todo o histórico de atividades gravado;
5. Rastreabilidade dos requerimentos, desde a sua criação até a efetivação da compensação;
6. Revisão da compensação. Caso o benefício seja revisado (o valor, por exemplo);
7. Gestão eletrônica de documentos para diminuir a necessidade de papel durante o processo de requerimento/compensação;
8. Relatórios Gerenciais para suporte na tomada de decisões;
9. Controle de pagamento bancário e por guia de recolhimento;
10. Integração do novo COMPREV via WebService, para ser utilizado por RPPS que possuem sistemas próprios de gestão das aposentadorias.

Comparativamente ao ano anterior, reconhece-se redução na quantidade de requerimentos enviados e/ou reenviados. Porém, na realidade, observou-se melhoria dos controles internos, resultado de mudanças estratégicas internas e gestões do Instituto com o TCE e o INSS para superar gargalos, com foco especial sobre as razões do elevado número de indeferimentos dos requerimentos enviados no passado.

Encerra-se o ano de 2019 com excelente perspectiva de que a partir de 2020 haja uma Nova COMPREV e uma nova realidade quanto à apropriação dessa importante receita previdenciária.

10.7. COORDENADORIA DE FINANÇAS - COFIN

10.7.1. Execução das despesas administrativas

Tabela 28: Despesas administrativas

Empenho Liquidado (R\$) 2018	Empenho Liquidado (R\$) 2019	%
34.568.448,02	34.651.782,85	0,2

Nota: esforço em regularizar os processos DEA

Fonte: SIAFEM/COFIN/IGEPREV

10.7.2. Execução das despesas previdenciárias

Tabela 29: Despesas previdenciárias

UNIDADE GESTORA - EXECUTIVO	EMPENHO LIQUIDADO - 2019
840202 - Fundo Financeiro de Previdência do Estado do Pará – Benefícios Previdenciários	3.423.016.055,04
Total Liquidado	
840203 - Fundo Previdenciário do Estado do Pará	157.442,65
Total Liquidado	
UNIDADE GESTORA - ÓRGÃOS INDEPENDENTES DOS OUTROS PODERES	EMPENHO LIQUIDADO – 2019
840220 - Defensoria Fundo Financeiro	39.594.695,28
840221 - ALEPA Fundo Financeiro	51.092.807,82
840222 - TCE Fundo Financeiro	45.691.973,52
840223 - TCM Fundo Financeiro	25.692.765,94
840224 - TJE Fundo Financeiro	179.891.989,02
840226 - M.P.Fundo Financeiro	80.459.208,75
840227 - MPC Fundo Financeiro	7.235.966,01
840228 - MPTCM Fundo Financeiro	1.730.971,58
Total Liquidado	431.390.377,92
Total Geral Liquidado	3.854.563.875,61

NOTA: Considerando que a execução orçamentária e financeira no exercício de 2018, relativamente às Despesas com Benefícios Previdenciários, se deu de forma descentralizada nas diversas unidades gestoras dos órgãos independentes dos Poderes, não foi demonstrada a evolução em relação ao exercício de 2019, cuja execução passou a ser realizada, com a criação de unidades gestoras para os referidos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, vinculadas ao IGEPREV.

Fonte: SIAFEM/COFIN/IGEPREV

10.7.3. Execução das outras despesas (Recursos do Tesouro)

Tabela 30: Outras despesas – Recursos do Tesouro

UNIDADE GESTORA OUTRAS DESPESAS	EMPENHO LIQUIDADO (R\$) 2018	EMPENHO LIQUIDADO (R\$) 2019	%
840202 - Fundo Financeiro de Previdência do Estado do Pará - RPV	2.304.239,17	9.513.642,18	313
840201 - Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - Auxílio Funeral	1.669.242,84	2.096.878,09	26
Total Liquidado	3.973.482,01	11.612.539,27	192

Fonte: SIAFEM/COFIN/IGEPREV

O comportamento das despesas custeadas com recursos do Tesouro Estadual, representadas na tabela, é decorrente dos seguintes fatores:

- Quanto às despesas com Requisições de Pequeno Valor – RPV, o aumento se deu principalmente pela excessiva demanda de massa. Com a não observância pelo Estado do Pará da Lei nº 7.807/2014 e Lei nº 8.229/2015, tiveram inicio a nossa demanda em 2017, quando ainda os Procuradores levavam os processos até o 2º grau. Após analise ficou comprovado que quando recorríamos das decisões, acrescia ao valor principal, os honorários de sucumbência. Então no final de 2018 em diante, a PROJUR foi autorizada a não recorrer das referidas Leis, o que obviamente tornou o processo ainda mais célere, por isso o aumento expressivo da RPV. Outro ponto foi a não aplicação do piso nacional do magistério para os professores de nível médio, nesse caso específico havia petição reconhecimento do direito, o que tornava o processo mais ágil. E numa tentativa de negociação entre Tribunal de Justiça, IGEPREV e Professores, começamos a adotar a conciliação, no caso havia por parte do IGEPREV a proposta de acordo, antes mesmo da contestação, o que ocasionou um aspecto positivo com relação à economia aos cofres públicos;

- Quanto às despesas com Auxílio Funeral, a Coordenadoria de Cadastro e Habilitação – CCAH promoveu uma alteração no fluxo dos requerimentos de Auxílio Funeral, os quais passaram a ser analisados pela equipe de técnicos da pensão por morte. Desta forma, os Auxílios Funerais passaram a ser apreciados cumulativamente aos processos de pensão por morte. Tal procedimento propiciou maior celeridade no trâmite e análise processual, ocasionando o aumento significativo na conclusão dos processos, entre deferimentos e indeferimentos, refletindo no percentual apontado no quadro acima.

10.7.4. Desafios da Coordenadoria de Finanças

- Consolidar os procedimentos de execução orçamentária e financeira das folhas de benefícios Previdenciários através do PAE;
- Concluir o projeto de automatização do pagamento de Pensão Alimentícia;
- Reestruturar a COFIN, na perspectiva do Pró-Gestão, para atender as atuais e futuras demandas em decorrência da consolidação da Gestão Única.

CONSIDERAÇÕES

Investimento na capacitação e no incremento do quantitativo de servidores efetivos foi a prioridade no início do ano de 2019, visando celeridade ao expressivo passivo de processos de Aposentadorias; Reserva e Reforma, Auxílio Funeral e de Pensão por Morte, existentes. No primeiro semestre de 2019, foram empossados 69 (sessenta e nove) servidores, aprovados no Concurso Público C -184. No segundo semestre, foi realizado Processo Seletivo Simplificado - PSS, com a admissão de 65 (sessenta e cinco) servidores temporários, lotados nas diversas áreas do Instituto. Ampliou-se, assim, dentre outras áreas, o quadro técnico da Procuradoria Jurídica do IGEPREV, bem como, redimensionamento da sua estrutura física, em função da crescente demanda de processos judiciais, que exigem um corpo funcional integrado e capacitado, em razão da especificidade dos processos.

O ingresso de novos servidores efetivos possibilitou incremento de qualidade e quantidade, especialmente, na Diretoria de Previdência, que passou de 05(cinco) para 54(cinquenta e quatro) o total de servidores ocupantes do cargo de Técnico Previdenciário “A”, representando 245% de acréscimo no corpo funcional da categoria, estabelecendo mais segurança e celeridade nas análises e manifestações pertinentes aos beneficiários previdenciários.

Observou-se que, através do Processo Seletivo Simplificado- PSS realizado em 2019 e do Concurso Público C-184 de 2018, foi possível não só minimizar o déficit do quadro de servidores do Instituto, como também houve uma melhoria qualitativa, considerando os critérios adotados na seleção, e ainda por conta do aumento no número de técnicos de Nível Superior, que foram direcionados a trabalhar na análise e resolução dos processos em Estoque e de novos processos.

A formalização do Termo de Adesão ao Programa PRÓ-GESTÃO propiciou ao IGEPREV iniciar os procedimentos preparatórios para a Certificação, adequando seus processos de trabalho às exigências estabelecidas, nas diferentes ações que integram as 03 (três) Dimensões da Certificação (Controles Internos, Governança Corporativa e Educação Previdenciária), exigindo mais comprometimento, qualidade e controles internos, no âmbito das grandes áreas de atuação do IGEPREV.

No que tange a gestão do Fundo Previdenciário do Estado do Pará - FUNPREV, a Rentabilidade Global da carteira foi de R\$628.967.822,28, superando em 124,90%, o equivalente a R\$348.757.008,04, a Meta Atuarial de 7,44%, que correspondente a

R\$280.210.814,24, obteve assim, no período de janeiro a dezembro de 2019, um desempenho extraordinário.

A implantação do Módulo de Arrecadação Previdenciária trouxe maior eficiência e agilidade na Fiscalização e Controle das Receitas, em função da migração do banco de dados dos Municípios para o Sistema E-prev, automatizando o trabalho de conferência e confirmação de dados, antes desempenhado de forma manual, tornando mais confiáveis e céleres as remessas aprovadas e enviadas ao Banco do Brasil, assim como, os retornos das mesmas remessas, debitadas em tempo hábil. São notórias as mudanças alcançadas com as alterações no fluxo do processo e nos procedimentos, proporcionando respostas mais precisas às questões que abrangem os Municípios, contribuindo, significativamente, inclusive, no alinhamento da comunicação entre os Municípios e o IGEPREV.

No intuito do alcance da reciprocidade aos trabalhos realizados pelas equipes do INSS e do IGEPREV, quanto as análises dos requerimentos enviados pelo Instituto, a equipe de Compensação Previdenciária, procedeu as análises dos requerimentos de Regime Instituidor - RI, quando o RGPS é o instituidor do benefício, paralisadas desde o ano de 2017, em função da Lei de proporcionalidade. Assim, o Estoque de requerimentos de RI pendentes, foi devidamente analisado e zerado, tratados conforme dispõe a legislação.

Buscando melhorar as práticas da Gestão Previdenciária, na manutenção dos benefícios previdenciários, destaca-se a finalização da plataforma de folha de pagamento dos Inativos da ALEPA e a economia anual de R\$54.700.155,52 (cinquenta e quatro milhões, setecentos mil, cento e cinquenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos), provenientes da aplicação das rubricas do Redutor Constitucional, relativas às competências de janeiro a dezembro de 2019.

Primando pelos Princípios da Celeridade, Eficiência e Eficácia, encontra-se em fase de homologação o módulo Digital de Concessão e Revisão de Benefícios Previdenciários, por meio da implantação de Sistema automatizado, para a Concessão de Pensões. Logo que homologado, almejamos expandir para a Concessão e Revisão de Aposentadorias, Reservas e Reformas.

Outro ponto significativo na Gestão Previdenciária foi promovido pela Gerência de Diligência, que reduziu em 70% (setenta por cento) seu passivo de processos, referentes às demandas mais antigas sobre benefícios previdenciários, oriundas do Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Os ajustes procedimentais, no âmbito da

instrução e análise processual por parte do IGEPREV, possibilitaram um aumento de 230% (duzentos e trinta por cento) dos Registros dos Atos de Concessão de Benefícios previdenciários, sem ressalva alguma do Plenário, e uma redução de 33% (trinta e três por cento) dos Registros indeferidos.

O incremento de 33% (trinta e três por cento) na produção de Certidões de Tempo de Serviço – CTC, bem como a redução de seu Estoque em 25% (vinte e cinco por cento) em comparação ao exercício de 2018, foi derivado da automatização do Sistema E-prev. Tornou-se mais célere o atendimento das demandas e desenvolveu-se um módulo para CTC eletrônica, a fim de promover a digitalização desse Serviço, em consonância com a implantação do Processo Previdenciário Digital (PPD) no IGEPREV. Esse módulo está em fase final de homologação.

A realização de Perícias Psicossociais, feitas pelos profissionais do Núcleo de Atenção Psicossocial, executam serviços de recebimento e apuração de Denúncias e Prova de Vida, além de fornecer apoio institucional às diversas atividades realizadas pelo Instituto, especialmente aos projetos voltados a Educação Previdenciária e ao acolhimento dos Inativos e Pensionistas.

Em 2019, foram suspensos e/ou cancelados 80 (oitenta) benefícios, em decorrência de irregularidades detectadas, ocasionando uma economia de R\$461.157,32 (quatrocentos e sessenta e um mil, cento e cinquenta e sete reais e trinta e dois centavos) ao Instituto.

Formou-se no início de 2019, Comissão para preparação da realização do Censo Previdenciário, em 2020, de forma Regionalizada, e que busca, entre outros objetivos, a Sustentabilidade do Sistema Previdenciário Estadual, conjugando e potencializando as adequações dispostas e necessárias, derivadas da Reforma da Legislação Previdenciária, particularmente, no âmbito Estadual, ocorridas no final de 2019 e início de 2020.

Esse é o nosso Relatório,

Silvio Roberto Vizeu Lima
Presidente do IGEPREV